

**As Estelas Decoradas da Idade do Bronze Final do Território Português
Sistematização e Problemáticas Sócio-Culturais**

Filipe Miguel Martins Gardete

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Outubro de 2015

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Mário Varela Gomes.

Aos meus Avós Ernesto e Constança.

AGRADECIMENTOS

Tendo concluído esta dissertação de mestrado, sinto-me desde logo compelido a relembrar todas as pessoas, que de uma maneira ou outra, fizeram parte de uma jornada que demonstrou ser marco importante na minha vida profissional. Nem todos puderam, por variadas razões, ser nomeados individualmente, mas estarão certamente em consideração, nas memórias que me proporcionaram.

Um primeiro agradecimento é oferecido ao meu orientador, o Professor Doutor Mário Varela Gomes, pela paciência, orientação e conhecimentos, que se demonstrou sempre pronto a disponibilizar, mesmo quando eu próprio não lhe consegui corresponder na proporcionalidade em que o deveria ter feito.

Relembro os meus professores, que ao longo destes anos fizeram por transmitir os seus conhecimentos, experiências e que ajudaram a moldar o profissional que hoje sou, um sincero obrigado por tudo. À Professora Doutora Joaquina Soares, pelas oportunidades dadas, pelos conselhos e motivação que sempre se mostrou pronta a providenciar.

Aos meus colegas de curso, que com saudade recordo, companheiros de luta e por vezes desventura, reservo um grande obrigado por todas as conversas e discussões que partilhámos.

Ao Gonçalo, à Joana, ao Ricardo, à Sara e à Raquel, por todo o apoio, pela amizade e pela ajuda técnica dada. Foram vocês que proporcionaram, de várias maneiras, a conclusão desta obra.

Reservo para a Adriana um agradecimento especial, por todo o apoio e encorajamento prestados sem qualquer hesitação ao longo deste caminho. Sem ti, teria sido de todo impossível a finalização desta dissertação.

Por último, mas não menos importante, uma dívida de gratidão para com a minha família, que desde sempre apoiou a minha escolha de vida profissional e muito sacrificou para que pudesse alcançar este sonho.

As Estelas Decoradas da Idade do Bronze Final do Território Português
Sistematização e Problemáticas Sócio-Culturais

Filipe Miguel Martins Gardete

PALAVRAS-CHAVE: Estelas, Idade do Bronze Final, Território Português

O objectivo deste trabalho é criar acervo documental correspondente às catorze estelas funerárias da Idade do Bronze Final encontradas em território português, e, contribuir para o estudo das comunidades humanas que as criaram, tendo em conta que estas manifestações devem reflectir questões de índole social, económica e ideológica.

A iconografia presente nestes monumentos e a sua distribuição, revelaram um núcleo de características predominantemente atlânticas, em estelas de sub-tipos mais recuados, localizadas nas regiões de Vila Real em Trás-os-Montes e Beira Interior que, por sua vez, se prolonga na Extremadura Espanhola. A concentração de monumentos de tipologia mais tardia e com influências do Mediterrâneo Oriental, verifica-se em zonas a sul, no Alentejo e Algarve e ao longo da bacia fluvial do rio Guadalquivir, em território espanhol.

Estes factos corroboram assim, aspectos propostos nos anos setenta do século XX, por M. V. Gomes e J. P. Monteiro, que valorizaram as origens diferenciadas para os elementos iconográficos das estelas decoradas da Idade do Bronze Final, da Península Ibérica e ofereceram evolução cronológica de tais monumentos.

KEYWORDS: Stelae, Late Bronze Age, Portuguese Territory

The objective of this work is to create a documental collection where, fourteen Late Bronze Age funerary stelae, found in portuguese territory, can be studied in order to attain knowledge of the human communities which created them, having in consideration that these manifestations reflect issues of social, economic and ideological nature.

The iconography present in these monuments, together with its distribution, has revealed a core of atlantic characteristics in stelae of more ancient subtypes, in the regions of Vila Real, in Trás-os-Montes and Beira Interior, which extends itself towards the Spanish Extremadura. On the other hand, the concentration of later monuments, of Eastern Mediterranean influence, will be found further South, in Alentejo, Algarve and along the Guadalquivir river basin, in Spanish territory.

These facts acknowledge aspects, already proposed in the nineteen-seventies by M. V. Gomes and J. P. Monteiro, regarding the differentiated origins of the iconographic elements and chronological evolution in the Late Bronze Age stelae, of the Iberian Peninsula.

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
1.1 - OBJECTIVOS	1
1.2 - METODOLOGIA	2
2 - ESTADO DA ARTE	5
2.1 - HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO	5
2.2 - AS GRANDES PROBLEMÁTICAS (CRONOLOGIA, ORIGENS E SIGNIFICADOS)	13
3 - AMBIENTE NATURAL E ANTROPIZAÇÃO	17
3.1 - GEOGRAFIA.....	17
3.1.1 - Geologia, Corografia, Hidrografia	17
3.1.2 - Clima e Coberto Vegetal	22
3.1.3 - Os Recursos Económicos	25
3.2 - A PRESENÇA HUMANA ANTIGA	27
3.3 - A PROTO-HISTÓRIA	31
4 - ANTECEDENTES E FORMAÇÃO	37
5 - AS ESTELAS - INFORMAÇÃO EMPÍRICA	47
5.1 - DISPERSÃO DOS MONUMENTOS.....	47
5.2 - MATÉRIA-PRIMA.....	50
5.3 - FORMA DO SUPORTE.....	52
5.4 - ESTADO DE CONSERVAÇÃO.....	54
5.5 - DIMENSÕES.....	55
5.6 - ICONOGRAFIA	59
5.6.1 – Número de Elementos	59
5.6.2 - Escudos	61
5.6.3 - Espadas	63
5.6.4 - Lanças	65
5.6.5 - Capacetes	66
5.6.6 - Arcos	68
5.6.7 - Fíbulas, Espelhos, Pentes e Pinças.....	69
5.6.8 - Formas Antropomórficas	72
5.6.9 - Formas Zoomórficas	75
5.6.10 - Indeterminados	76
5.6.11 - Estrutura Compositiva	77
6 - CRONOLOGIA	81
7 - CONCLUSÕES	83
BIBLIOGRAFIA	89
LISTA DE FIGURAS	95
LISTA DE QUADROS	96
ANEXO 1 – CATÁLOGO DAS ESTELAS DA IDADE DO BRONZE FINAL NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS	97

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Objectivos

O presente trabalho tem como principal objectivo o estudo das sociedades humanas, as suas capacidades cognitivas e as manifestações sócio-religiosas, durante a Idade do Bronze Final no território actualmente português, a partir da informação empírica existente nas estelas daquela Idade. Ele assenta na base teórica de que tais monumentos espelham aspectos de índole social, económica e ideológica de tais comunidades humanas.

Pretendemos recolher toda a informação existente sobre tais monumentos encontrados na zona de estudo e concentrar a mesma de forma a criar acervo documental que permita nova análise de conjunto. Esta deve, não só, actualizar os trabalhos pioneiros, elaborados por Almagro Basch, Almagro Gorbea, Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro, Eduardo Galán, Celestino Pérez, Díaz-Guardamino tal como de outros investigadores que se dedicaram à mesma temática, mas também explicar, discutir e, acima de tudo, propor novas rotas de pesquisa que conduzam ao melhor conhecimento, tanto das estelas, como monumentos particulares, mas igualmente das diversas problemáticas que levantam relativamente às sociedades proto-estatais em que se inseriam.

Naquele contexto, importa considerar o relacionamento das estelas e das sociedades que as produziram com o meio a que pertenciam, nomeadamente com aspectos da geografia do território português, temática que se refere, desde logo, não só com a matéria-prima nelas usada, mas também com a forma como a geografia influenciou o comportamento social e económico das populações e, designadamente, no campo das migrações de conceitos e ideias ou, mesmo, das próprias populações.

Além de síntese prévia, necessária para perspectivar o trabalho já elaborado, relativo a esta temática, catálogo do acervo existente permitirá estudar, comparativamente, a iconografia de modo a procedermos não só à elaboração de quadros tipológicos actualizados, mas também à análise sistemática e estruturada de toda a informação presente nas estelas, designadamente no que respeita às suas composições iconográficas.

Por fim, mas não menos importante, importa abordar o estudo do contexto arqueológico das estelas, que se encontra balizado por três teorias principais; a primeira daquelas relaciona os monumentos com rituais de cariz funerário e social, na qual eles possuíam funcionalidades conotadas com a memorialização, honorificação e glorificação ou heroicização de indivíduos ligados à liderança política e à função guerreira, remetendo a segunda para aspectos de definição de territorialidades e das relações entre as populações que as produziram, não só com o espaço que ocupavam mas também com outras populações próximas e a terceira que propõe apenas uma explicação de carácter cognitivo da representação de motivos simbolicamente importantes para as sociedades da época.

Deve-se, no entanto, independentemente daqueles posicionamentos teóricos, entender tais manifestações como exemplos de expressões cognitivas, pelo que tentaremos, depois de abordar o estudo das materialidades existentes e figuradas, alcançar o carácter não palpável deste tipo de testemunhos, ou seja, o seu potencial simbólico.

Ao presente trabalho importa não só apresentar soluções, mas também levantar novas questões pertinentes, nomeadamente aquelas que se prendem com o desenvolvimento social e religioso das sociedades proto-históricas do território actualmente português.

1.2 - Metodologia

Para alcançarmos os objectivos anteriormente enunciados, a partir da informação empírica, correspondendo ao acervo arqueológico constituído pelas estelas decoradas da Idade do Bronze Final, percorremos os passos a seguir enunciados.

O primeiro daqueles respeitou à recolha da documentação escrita e iconográfica sobre as estelas e sobre temáticas genéricas relacionadas com a Idade do Bronze Final, elaborando-se corpo de conhecimentos denominado estado da arte. Importou averiguar-se sobre possíveis antecedentes daquelas manifestações e sobre as grandes temáticas transversais que, de algum modo, pudessem contribuir para uma melhor abordagem às questões por elas levantadas, nomeadamente no âmbito cronológico e cultural. Seguindo tal perspectiva, teve-se em conta não só trabalhos recentes, mas também

outros cujas considerações são tidas, no presente momento, como “datadas”, embora as consideremos significativas na perspectiva historiográfica e não só.

Após a recolha da documentação, procedeu-se ao tratamento da mesma, de forma a utilizar a informação existente e eliminar não só redundâncias mas também colocar de parte dados insuficientes ou de cariz duvidoso que pudessem interferir na elaboração do presente trabalho, que se pretendeu rigoroso. Neste contexto, foi elaborado inventário das estelas, até agora publicadas, que conta com catorze exemplares, constituído por fichas individuais, com os descritores de cada uma delas, julgados pertinentes (origem, contexto arqueológico, matéria-prima, dimensões, iconografia, associações, bibliografia, imagens, etc...)

O método de registo utilizado contempla imagem de cada monumento, desenhada e, quando possível, fotografia do mesmo.

Os descritores foram divididos por três grupos. O primeiro destes corresponde ao que chamámos informação arqueológica, de que fazem parte a proveniência, data da descoberta, possível contexto arqueológico, conservação, matéria-prima, forma, dimensões, localização e nome do proprietário. O segundo grupo é constituído pelo acervo figurativo, constando informações sobre o campo iconográfico, técnica de gravação, conservação das gravuras, número de motivos, número de associações, descrição das gravuras e observações. O terceiro grupo é formado por comentário e a principal bibliografia que refere a estela.

O passo seguinte consistiu no tratamento dos dados obtidos e registados nas fichas, permitindo criar tabelas e mapas de distribuição sobre temáticas, que vão desde a matéria-prima e tipologia dos monumentos, passando pelas suas dimensões, distribuição geográfica e iconográfica que contêm.

Importa registar que nem sempre foi possível aceder a informação que permitisse responder a todos os descritores, pois muitos dados não se encontram disponíveis, devido a lacunas nos estudos precedentes, mas também ao facto de diversos monumentos corresponderem a descobertas descontextualizadas ou encontrarem-se fragmentados. Todavia, apesar das limitações indicadas, a informação existente permitiu produzir trabalho sistemático, apesar do pouco volume de dados da amostragem e da variedade tanto dos atributos formais como do acervo iconográfico.

Uma vez recolhida e tratada a informação empírica, procedeu-se ao cruzamento da mesma com dados cronológicos e contextuais, de forma a se proceder ao relacionamento entre os monumentos e a componentes económica, social e religiosa ou ideológica, passando-se à construção de modelos interpretativos.

A presença e/ou ausência de diferentes artefactos, das imagens do guerreiro e de outros indivíduos, de animais, tal como as diversas composições iconográficas, continuaram a linha e propostas anteriores (Gomes e Monteiro, 1997; Almagro Gorbea, 1977) a estruturar as novas interpretações.

2 - ESTADO DA ARTE

2.1 - História da Investigação

O conhecimento de todos os trabalhos, desde notícias de descoberta aos desenvolvimentos teóricos que as estelas da Idade do Bronze Final, encontradas na Península Ibérica e no sul de França, proporcionaram, ao longo de décadas, constitui importante informação, não só relativamente à História, como contributo no que respeita ao posicionamento científico e metodologia de quem as estudou.

Para o território actualmente nacional, tem sido nas duas últimas décadas que têm surgido maior número de estelas, muito embora a primeira tenha surgido nos inícios do século XX.

O estudo das estelas da Idade do Bronze Final iniciou-se em Espanha, nos finais do século XIX, com a notificação do achado de um daqueles monólitos, contendo gravuras relacionadas com conotações de cariz heroizante, onde surge a representação de guerreiro. Referimo-nos à estela de Solaña de Cabanas, encontrada em 1898 por Mario Roso de Luna. Trata-se de um autor espanhol a quem pertence o primeiro trabalho dedicado ao estudo destes monumentos. Este e outros trabalhos do mesmo autor, embora com falta de algum rigor metodológico, mesmo tendo em conta a época, constituem sem qualquer dúvida, a pedra de fundação de muitos textos elaborados posteriormente sobre tal temática.

No mesmo ano de 1898, o Marquês de Monsalud dava a conhecer novos exemplares de estelas da Idade do Bronze Final, seguindo os passos e ideias de Mario Roso de Luna.

Em Portugal, F. Tavares Proença Júnior publicou, em 1905, o conjunto de estelas de S. Martinho (Castelo Branco), por ele descobertas, uma delas, pelo menos, da Idade do Bronze Final. A sua preocupação segue a mesma direcção dos autores anteriores, focando a atenção no “conteúdo epigráfico”, vendo letras ou símbolos onde mais tarde se iria verificar serem representações de objectos ou pelo menos de parte deles.

Durante os inícios dos anos vinte do passado século, Pedro Bosch Gimpera, em trabalhos sobre invasões célticas da Península Ibérica dá atenção à estela de Solaña de Cabanas e publica a mesma, mas seguindo interpretação incorrecta de Henri Breuil, que a considerou como sendo da I Idade do Ferro.

Aquela cronologia foi corrigida apenas em 1923, por Juan Cabré, que após novo estudo de tais monumentos e acrescentando novos exemplares, propõe a sua inclusão na Idade do Bronze. Após o trabalho de J. Cabré verifica-se um hiato na atenção conferida aos monumentos referidos e só se retoma a sua investigação em 1942, com o trabalho de José Ramón y Fernández Oxea, que engloba todos os monumentos até então conhecidos, e onde surge um mapa de dispersão dos mesmos, dando a entender a existência de conjunto com expressão cultural própria. Ali surge a estela da Figueira (Vila do Bispo, Algarve), a segunda identificada no território hoje português.

Em 1947, Mac White publicou novos exemplares de estelas da Idade do Bronze Final, defendendo que influências vindas do Mediterrâneo Oriental teriam seguido via continental e chegado até à Irlanda. Só depois aquelas chegariam à Península Ibérica. Mas são os seus trabalhos que acabam por dar luz internacional a tais monumentos, suscitando o seu interesse fora da Península Ibérica.

Ao longo da década de 50 do passado século, surgem várias publicações, dando a conhecer número substancial de novas estelas, embora junto com as estelas da Idade do Bronze Final fossem publicados exemplares da Idade do Bronze Médio e inclusive da Idade do Bronze Antigo, facto que só nos anos 70, com os trabalhos pioneiros de M. Varela Gomes e J. Pinho Monteiro (1979) e de Almagro Gorbea (1977) será definitivamente resolvido.

Durante este período inicial referido do estudo das estelas da Idade do Bronze Final, constata-se o facto de a tais monumentos terem sido atribuídas cronologias ora bastante recuadas ou demasiadamente tardias, colocando os mesmos tanto em pleno Neolítico como na Idade do Ferro. Houve também uma tentativa bastante rudimentar de catalogar os achados, embora a informação reunida fosse composta não só por estelas que mais tarde seriam correctamente classificadas como pertencentes à Idade do Bronze Final, mas também por estelas de tipo Alentejano ou da Idade do Bronze Médio do Sul de Portugal ou, até, estelas ainda mais recuadas, das mais variadas tipologias. Verifica-

se também que a maioria dos autores foca, apenas, monumentos descontextualizados e evitam-se conclusões sobre a sua proveniência e possíveis funções.

Em 1966, foi publicado, pelo Professor Martín Almagro Basch, a obra “**Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular**”, surgindo o primeiro corpus documental de tais monumentos, acompanhado de descrições e de registos gráficos e fotográficos, tal como de proposta explicativa daquelas, através da sua tentativa de integração cultural, argumentando-se a sua criação indígena, embora com influências continentais e orientalizantes.

O autor mencionado criou catálogo, no qual insere todas as estelas da Idade do Bronze Final, Idade do Bronze Médio e inclusive uma da Idade do Bronze Antigo, fazendo a descrição de cada uma. Martín Almagro Basch, defendeu então a existência de relações estilísticas entre todas as estelas daquelas Idades, aspecto mais tarde criticado, embora, à época e com os dados disponíveis, o trabalho elaborado tornou-se incontornável.

Além das descrições individuais, ali foi estudado cada motivo representado, desde os escudos, às espadas, carros de combate e capacetes, tentando comparações com os artefactos encontrados no registo arqueológico e assim criar pontes cronológicas que ajudassem a explicar as influências de cariz extra-peninsular de alguns artefactos, com paralelos tanto no Mediterrâneo Oriental como em áreas da Europa Continental.

Com “**Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular**” dá-se a partir daí uma renovação do interesse pelo estudo de tais monumentos da Idade do Bronze Final, surgindo novos investigadores e trabalhos dedicados não só à temática em questão, mas também ao período cronológico na qual as estelas se inserem e, nomeadamente aos contextos a elas subjacentes.

Um dos primeiros trabalhos que trata temáticas cronologicamente anteriores mas relativas às estelas da Idade do Bronze Final e que tenta, através da relação de vários períodos, criar proposta de evolução estilística e cognitiva, é o de Emmanuel Anati denominado “**Arte Rupestre nelli Regioni Occidentali della Penisola Iberica**”, publicado em 1968, apenas dois anos depois de Martín Almagro.

O texto de E. Anati surge como o primeiro do seu tipo, que tenta conotar manifestações de arte rupestre do Calcolítico à Idade do Bronze e estelas dos mesmos

períodos, como resultado da evolução cognitiva das populações e não apenas na perspectiva da arte pela arte, ou seja, aborda a ritualização dos gestos que as criaram.

Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro, discípulos e colaboradores de E. Anati, estudam e publicam, em Espanha e em Portugal, nova sistematização das estelas da Idade do Bronze Final, onde deram a conhecer a estela de Ervidel II (Beja), nas revistas “Trabajos de Prehistoria” e “Setúbal Arqueológica”. Os autores começam por descrever os trabalhos arqueológicos feitos no local, e elaboram estudos de conjunto para as estelas baixo-alentejanas, da Idade do Bronze Médio e para as estremenhas da Idade do Bronze Final, propondo nova tipologia em relação à apresentada por Martín Almagro em 1966. É então proposta tipologia para tais monumentos, dividindo-os em quatro grupos: II-A (escudos, espada e lança), II-B (com mais elementos), II-C (com figura humana) e II-D (com cenas). São, também, estudadas temáticas relacionadas com os motivos gravados e a sua correspondência artefactual. Por fim, foi abordada a problemática referente aos antecedentes estilísticos das estelas, o que conduziu à proposta de as mesmas serem o resultado de desenvolvimento cognitivo já presente no Calcolítico Final, com o Período dos Ídolos e Punhais proposto por Emanuel Anati (1968), para a arte rupestre ao ar livre.

Em Espanha, também em meados dos anos setenta, os trabalhos de Almagro Gorbea, sobre a Idade do Bronze Final, trazem novas luzes a este período histórico, primeiramente com a sua tese, publicada em 1977, e denominada “**El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura**”, onde o autor expõe, de forma bastante completa, a evolução social, económica e tecnológica ocorrida no período referido, na Extremadura Castelhana.

Todavia, talvez o maior destaque deste trabalho se encontre no capítulo dedicado às estelas, onde começa por ilustrar a sua distribuição espacial no Sudoeste da Península Ibérica. Para tal, divide as estelas em vários grupos, nomeadamente em estelas-ídolo, estelas de tipo alentejano, a estelas de tipo Estremenho ou, Bronze Final e, por fim, refere as estelas da I Idade do Ferro.

O autor tenta dividir em vários sub-tipos as estelas da Idade do Bronze Final, usando como factores a tipologia do armamento e o seu posicionamento, colocando depois mapas ilustrativos desses mesmos sub-tipos. Almagro Gorbea dedica-se ainda ao

estudo das materialidades, criando sub-capítulos para cada tipologia de objectos representados nas estelas, ou seja desde armamento a outros, como pentes e fíbulas.

Estamos assim, na presença de corrente de pensamento que se afasta, à primeira vista, dos contributos exclusivamente continentais dos autores da primeira metade do século XX. Não só se alteraram tais posicionamentos teóricos, como as propostas cronológicas relativas àqueles monumentos.

Mário Varela Gomes, em 1990, publicou artigo denominado “**O Oriente no Ocidente. Testemunhos Iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal: smithing gods ou deuses ameaçadores.**”, onde tenta criar pontes entre os deuses ameaçadores existentes em mitologias do Mediterrâneo Oriental e as representações antropomorfas das estelas da Idade do Bronze Final, como entre outros símbolos.

Durante os inícios dos anos 90 do passado século surgiu o manual escolar da “**Proto-História de Portugal**”, de Armando Coelho Ferreira da Silva e Mário Varela Gomes (1992), onde é descrita a contextualização de período que vai desde a Idade do Bronze Final até à II Idade do Ferro, encontrando-se o mesmo dividido entre Sul e Norte. No entanto, dentro deste trabalho foi reservado espaço para o estudo da religião, para os cultos e divindades, tal como para as problemáticas ligadas às questões de prestígio e hierarquia. Dentro destas enquadra-se o estudo das estelas da Idade do Bronze Final, considerando-se aquelas como aspectos decorrentes da crescente complexidade social, relacionada com a exploração dos metais não ferrosos que se desenvolve ao longo da Idade do Bronze Final.

Ali se afirma que as estelas demarcariam as sepulturas de um grupo restrito de indivíduos, cujas acções em vida ter-se-iam relacionado com funções de chefia, capacidades militares e de organização da complexa economia metalúrgica e comercial, existente nas sociedades proto-estatais daquela região.

Mais tarde, surgiria trabalho de sistematização das estelas da Idade do Bronze Final, denominado: “**Estelas, Paisaje y Territorio**”, da autoria de Eduardo Gálan Domingo (1993). Este não só volta a sistematizar a totalidade de estelas conhecidas até então, mas também transfere o foco de atenção das estelas em si para a sua envolvência, dando grande ênfase aos mapas de dispersão, à distribuição das tipologias e inclusive dos motivos que, tal como em trabalhos anteriores, são tratados especificamente. Ainda dentro deste âmbito, foram propostas não só novas tipologias, mas também coloca-se a

possibilidade das estelas constituírem marcadores territoriais, ideia que desde então tem ganhado força dentro dos estudiosos desta temática.

Publicado em 1995, e como que a finalizar período importantíssimo do estudo das estelas da Idade do Bronze Final, surge o catálogo da exposição ocorrida no Museu Nacional de Arqueologia e denominada: “**A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder.**” Aquele é composto por duas partes, constituindo a primeira no inventário das peças expostas, com variados textos explicativos e onde vão surgir três estelas da Idade do Bronze Final, nomeadamente a de Fóios, Baraçal I e Ervidel II. Numa segunda parte encontram-se as sínteses regionais, onde as várias zonas do território nacional foram divididas por diferentes autores. Aqui encontramos artigo de Mário Varela Gomes sobre as estelas, incorporado na síntese regional da Beira Baixa, ao cuidado de Raquel Vilaça.

Com o final dos anos noventa, verificamos que o estudo das estelas da Idade do Bronze Final atinge verdadeiramente a maturidade, no sentido em que a investigação alcança conclusões que permitem resolver questões de âmbito não só tipológico mas também contextual. No entanto, devemos observar tal desenvolvimento como iniciado com a publicação de 1966, da autoria de Almagro Basch. Após a mesma, inicia-se um rol de ideias que passa pela separação concreta das estelas da Idade do Bronze Médio das do Bronze Final e a apresentação de informação que coloca algumas destas estelas no panorama de influências extra-peninsulares, não só continentais, como já apresentado por autores mais recuados, mas agora sobretudo orientalizantes.

Já no final desta grande etapa surgiria uma variante teórica que tenta relacionar os monumentos com a sua envolvência territorial, de forma muito mais aprofundada que até então, surgindo assim uma das mais importantes linhas de investigação actuais e que tenta mudar a funcionalidade dos monumentos, aspecto que não se encontra plenamente resolvido.

Com os inícios do século XXI começam a surgir vários trabalhos, quer específicos, como artigos sobre novos achados, mas também renovado interesse pela discussão teórica das ideias propostas.

No ano de 2001, surge texto publicado por Celestino Pérez, dedicado ao estudo integral dos monumentos e da sua iconografia. O autor defende também a já proposta utilização funerária destes monumentos, apontando novos exemplares descobertos ao

longo da década de noventa do século XX. O detalhe dado ao pormenor do desenho de cada monumento permitiu também a requalificação de alguns deles, encontrando assim novos elementos e dando mais informação sobre outros. Avança também com uma ideia já divulgada por Eduardo Gálan, de que alguns motivos até então dados como sendo indistintos seriam nada mais que instrumentos musicais, importados do Mediterrâneo Oriental.

Apresentado em 2004, “**Symbols and Warriors - Images of the European Bronze Age**” é uma síntese de Richard Harrison que explora a questão das representações artísticas da Idade do Bronze Final, fazendo comparação entre as diversas ocorrências das mesmas na Europa, dando relevo às estelas da Idade do Bronze Final da Península Ibérica e ao repertório de gravuras nelas presentes. Harrison (2004), procurou propor uma via socioeconómica para as questões interpretativas das estelas. (Harrison, 2004, pp. 39-40).

Em 2010, defende a sua tese de doutoramento, Marta Díaz-Guardamino, sendo a mesma intitulada “ **Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica**” e que se tornou trabalho de referência para o estudo das estelas decoradas na Península Ibérica. Neste estudo, a autora promove um conceito de evolução desde o Neolítico até à Idade do Ferro, apontando-se os monumentos como representações que reflectem as mudanças sociais e económicas ao longo dos séculos.

É no contexto referido que em 2011, nas IV Jornadas Raianas, é tratada a temática “**Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História**”, resultando volume de actas com trabalhos de vários autores, que se têm dedicado, ao longo das últimas décadas, ao estudo daquele tema. Não só ali se encontram vários artigos que abordam metodologicamente novos achados, que só por si se revelam importantes, tais como as estelas do Baraçal II, Aldeia Velha e Pedra da Atalaia I, elevando assim o número de monumentos da Idade do Bronze Final, de Portugal, Espanha e Sul de França, para mais de uma centena. Em Portugal contam-se agora catorze de tais monumentos.

Dentro dos estudos ali apresentados, são feitas várias propostas por Raquel Vilaça, apresentando-se os monumentos como marcos que se articulam não só com o território mas com o dia-a-dia das populações (Vilaça, Santos e Gomes, 2011, p.310), e a existência de locais de ritualização onde se concentram mais que um destes monumentos (Santos, Vilaça e Marques, 2011, p.330).

Ali encontramos, também, texto de Eduardo Galán Domingo, que já anteriormente tinha produzido trabalho cujas teorias serviriam de base para muitas das novas propostas feitas em artigos de anos mais recentes, incluindo muitos dos trabalhos inseridos nas actas. Surgem igualmente novas ideias relativas à tipologia das estelas, embora as mesmas sejam bastante variadas, mas tentando trazer novas luzes à classificação de tais monumentos.

Mais recentemente, nos últimos cinco anos, surgiram novos monumentos em território actualmente português, um que se engloba no já conhecido conjunto da Beira Baixa, em que se incluem exemplares estudados nas actas das IV Jornadas Raianas, mas também um exemplar muito mais a norte, que se junta a outro já existente e quebra a teoria de que os monumentos se encontram restritos a áreas mais a sul, ou seja ao Sudoeste Peninsular.

Por fim, em 2014, Armando C. F. Silva, apresenta artigo denominado “**As estelas de Castelões e as representações Proto-Históricas do poder**”, no I Congresso da Associação de Arqueólogos Portugueses, trazendo à luz, mais dois casos de estelas da Idade do Bronze Final, no Norte de Portugal (Silva, 2014, pp.625,632).

Há ainda que realçar a descoberta de casos com contexto, surgindo possível sepultura de incineração nas proximidades da estela de Ervidel II, na Herdade do Pomar (Gomes e Monteiro, 1977, p.281) também a estela de Buox I, em Vaocluse no Sul de França, encontraram-se contextos funerários de incineração, um deles associado a estela (Gálan, 1993, p.17).

A reutilização dos monumentos em épocas posteriores é outra questão importante, que vai sendo abordada por variados autores. O monumento de Capote (Gálan, 1993, p.100) possui inscrição em escrita do Sudoeste, ou seja, da I Idade do Ferro. Casos de reutilização mais tardia, em Período Romano, têm como exemplo a estela de Ibahernando (Almagro, 1966, pp.92-94) que foi, usada como lápide funerária, após ser sobreposta por inscrição latina.

2.2 - As grandes problemáticas (cronologia, origens e significados)

O estudo das Estelas da Idade do Bronze Final provocou, quase desde o seu ténue início nos finais do século XIX, um grande conflito entre várias correntes teóricas, sobre a sua cronologia, origem e significado.

Apesar de estudos recentes, nomeadamente trabalhos de Raquel Vilaça, Celestino Pérez e Eduardo Galán terem ajudado a criar algum consenso entre os investigadores da temática, a falta de contexto arqueológico de tais monumentos, muitas vezes encontrados ao acaso durante a lavoura ou em usos secundário derivados de movimentações em épocas mais tardias, leva a que certas questões permaneçam sem uma resposta capaz de suplantar as dúvidas ainda existentes.

Cronologicamente as estelas da Idade do Bronze Final têm recebido variadas propostas. A grande maioria daquelas é situada entre os séculos X e VII a.C., com variações dentro destas balizas, dependendo da origem proposta não só para os monólitos mas para as representações existentes nos mesmos.

Almagro Basch (1966, p. 204) defendeu a origem indo-europeia das estelas, com cronologia que teria início no século VIII a.C., prolongando-se até à Idade do Ferro e entrando pela mesma. No entanto, estudos posteriores viriam a colocar de parte essa hipótese, com Bendala (1977, p.200), a colocar o seu término no século VII a.C. e avançando com origens na zona do Egeu.

Síntese das estelas da Idade do Bronze Final, de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), coloca, em proposta cronológica mais abrangente, o início no século XII a.C., e o final no século VIII a.C., apresentando como razão, o facto de as estelas serem uma evolução local com variadas influências extra-peninsulares ao longo dos séculos e terminando com a orientalização do território.

Já Blazquez (1985-1986, p.67) e Almagro Gorbea (1977, p.186 e 187) avançam com a possibilidade de uma cronologia entre os séculos IX a.C. e VI a.C. devido às suas propostas que se relacionam com a influência claramente orientalizante dos monumentos.

Em 1989, J. Barceló em “**Las estelas decoradas del sudoeste de la Península Ibérica**”, avança com uma origem atlântica para os motivos das estelas da Idade do

Bronze Final e coloca a baliza cronológica entre os séculos XI e VIII a.C., no Bronze Final Atlântico.

Trabalhos recentes publicados nas “**Actas das IV Jornadas Raianas**”, colocam as cronologias anteriormente referidas em análise, referindo aquilo que Eduardo Galán já havia notado anteriormente, e que respeita o facto de deve descurar que a maioria dos achados se encontra descontextualizado.

A estela de Tojais, estudada por Alves e Reis (2011, pp.187-216) é colocada como sendo da Idade do Bronze Final sem qualquer contestação por parte dos autores, enquanto ao mesmo tempo não avançam com cronologias específicas. Em contrapartida, a estela de Pedra da Atalaia I recebe cronologias do século VIII a.C, sendo a razão apontada, a presença de um espelho na sua composição.

Assim, enquanto a origem dos monumentos tem cada vez mais sido apontada como autóctone e recebendo variadas influências extra-peninsulares quer por via continental, quer atlântica ou até orientalizante, as cronologias das estelas continua a ser um ponto de discordância entre os investigadores, requerendo certamente mais estudos e investigação, não só dos monumentos em si, mas das sociedades que os criaram de forma a podermos obter os resultados pretendidos.

A discussão sobre o significado dos monumentos, não obtém consenso entre os investigadores, dado existirem diversas teorias relativas à função das estelas e designadamente ao que as populações tentariam comunicar através das suas gravuras.

Existem actualmente duas principais teorias sobre as origens das estelas da Idade do Bronze Final, tendo alternado na aplicação das mesmas ao longo das últimas décadas.

A primeira daquelas, suportada até ao início dos anos noventa do século XX e mantendo alguns apoiantes hoje em dia, defende que as estelas constituem monumentos de cariz funerário, cuja função estaria relacionada com a heroicização do guerreiro, como representante da vontade divina. Assim, as estelas estariam colocadas na cabeceira de sepulturas de elites político-militares, de forma a reverenciar e divinizar o sepultado na vida após a morte pelas suas acções terrenas.

M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977) referem as representações como cenas de uma vida após a morte, ou seja uma heroicização do guerreiro e uma ascensão a um

patamar de existência na qual possivelmente serviriam de intermediários entre o mundo mortal e o dos deuses.

A segunda teoria, que surge nos inícios dos anos noventa do século XX, apoia-se em conceitos como a territorialidade e o relacionamento entre populações. Assim sendo, os autores que defendem esta teoria afirmam que as estelas seriam marcadores territoriais, cuja função seria denotar áreas pertencentes a diferentes populações, numa época em que a guerra ocupava um papel vital do dia-a-dia das populações da Península Ibérica.

A falta de provas que relacionem os monólitos e sepulturas, em conjunto com a sua localização em zonas remotas, nomeadamente os achados no interior do território actualmente português, permitiram colocar a possibilidade de aqueles serem nada mais que marcadores territoriais ou inclusive marcas de trilhos onde se faria a movimentação de gado.

No entanto, os últimos trabalhos, têm colocado em questão esta teoria, que esteve em voga durante cerca de duas décadas, assim voltando-se à primeira ideia de que estes monumentos teriam sobretudo função funerária e estreitamente ligada com o mundo cognitivo. O principal argumento reside no facto de a visibilidade das estelas no território ser reduzida, contrariando o objectivo principal de quaisquer marcadores territoriais. Por outro lado, a iconografia presente em algumas estelas denuncia claramente aquela função.

Artigo de Marta Diáz-Guardamino (2014, pp.329,347) denominado **“Shaping Social Identities in Bronze Age and Early Iron Age western iberia: the role of funerary practices, stelae and statue menhirs”** revê teorias relativas aos monumentos e à sua associação a contextos funerários, os últimos, variando dependendo da região da península onde se encontram. Sobre esta questão, demonstra-se uma predominância de cremação na Idade do Bronze Final do sul de Portugal, contrastando com as ocorrências de inumação na bacia do Guadalquivir (Guardamino, 2014, pp. 333 e 335).

Nestes contextos funerários, denota-se a associação à estela de Cortijo de la Reina 1, a um possível registo onde surgem ossos e cinzas, juntamente com urnas (Diáz-Guardamino, 2010, p.403).

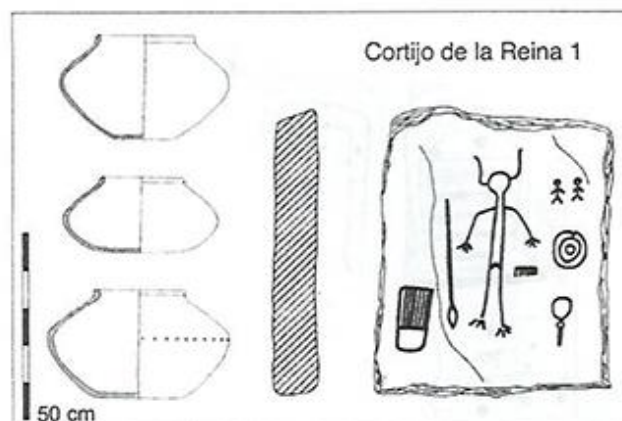


Figura 1 – Estela de Cortijo de la Reina 1 e urnas associadas (seg. Guardamino, 2014, p.338, fig.3).

Neste momento, o estudo das estelas da Idade do Bronze Final encontra-se numa fase em que se levantam grandes questões, havendo poucas respostas para as mesmas.

Concluindo, verifica-se que apesar de variados achados e estudos sobre a temática em questão, existem ainda muitas incógnitas no que se relaciona com pontos fulcrais da cronologia, origem e significado das estelas, contribuindo para isso o achado em grande parte, descontextualizado das mesmas e falta de informação que permita correlacionar os monumentos com outras jazidas arqueológicas proto-históricas.

3 - AMBIENTE NATURAL E ANTROPIZAÇÃO

3.1 - Geografia

3.1.1 - Geologia, Corografia, Hidrografia

As estelas da Idade do Bronze Final encontram-se, na sua quase totalidade, circunscritas à realidade geográfica que é a Península Ibérica, constituindo excepções os exemplares procedentes do Sul de França, detectando-se ainda monumentos congêneres, resultando de convergências ou de possíveis influências no Norte de Itália (Gollaseca).

A localização da Península Ibérica no continente Europeu destaca-se pela posição periférica que ocupa, sendo extremo sudoeste das suas costas que o Atlântico e o Mediterrâneo se encontram, constituindo, assim, posição estratégica fundamental para a navegabilidade inter-regiões, para a disseminação de ideias vindas não só do Mediterrâneo Oriental mas também da Europa Atlântica, não sendo imune às continentais, assim como para o comércio à distância.

Encontra-se ligada ao restante continente europeu por um istmo de terra de 420 km e é separada de África pelo denominado estreito de Gibraltar, que mede cerca de 14 km de largura, a Península Ibérica possui cerca de 589.000 km² de superfície total. A sua altitude média coloca-a em segundo plano no contexto europeu, a seguir à Suíça, cujo território alcança altitudes superiores devido ao facto de ser afectado na totalidade pelo acidente geográfico dos Alpes (Girão, 1960, p.19).

Na Península Ibérica predominam os territórios de cariz acidentado e os cursos hidrográficos altamente demarcados, factores que terão certamente tido influência nos comportamentos das suas populações (Ribeiro, 1987,p.43), incluindo nas suas movimentações. Ela é constituída na sua maioria, por áreas de planície bastante extensas e por um litoral rochoso. No entanto, no litoral português para sul da foz do rio Douro e até ao cabo de Sines e no espanhol junto à foz do rio Guadalquivir, podemos encontrar algumas zonas baixas, cuja formação deve-se a sedimentos terciários, que adquiriram ao longo dos tempos importante papel no comércio, estabelecimento de populações e

inclusive na formação de impérios coloniais de grande alcance marítimo (Girão, 1960, p.20).

O grande Maciço Central, também denominado Meseta Ibérica, ocupa área que corresponde a cerca de metade da superfície peninsular, tendo na sua constituição formações primárias que serviram de núcleo e de apoio à constituição das outras regiões da Península Ibérica, funcionando assim como barreira que resiste às movimentações tectónicas, não deixando no entanto de sofrer enrugamentos de cariz alpino e dispendo de três bacias formadas durante a era Terciária; a Bacia do Ebro a nordeste, a do Guadalquivir a sudeste e a do Tejo-Sado a oeste. (Girão, 1960, p.21).

Geologicamente, a composição do Maciço Central corresponde a xistos argilosos, xistos calcários, mármore, grauvaques, quartzitos, filites, micaxistos, derrames diabásicos e porfíricos, sendo atravessado por intrusões dioríticas e, sobretudo, graníticas (Ribeiro; Lautensach e Daveau, 1991, p.8).

A Península Ibérica encontra-se também limitada por zonas montanhosas de enrugamento - os Pirinéus a norte e Cordilheira Bética ao sul avançando-se a possibilidade da existência de uma terceira zona a oeste, hoje em dia submersa, da qual os únicos vestígios que restam da sua existência são ilhotas isoladas (Berlengas e Farilhões) (Girão, 1960, p.21).

Observando mais atentamente o Maciço Central, o mesmo apresenta-se como extenso planalto, com altitude média de 650 m e forma que lembra ligeiramente um triângulo, cujo vértice está virado para o Mediterrâneo. Encontra-se no entanto dividido entre duas sub-mesetas pelo denominado Sistema Central Divisório, no qual se encontram as serras espanholas de Guadamarra, Gredos, Gata e as serras portuguesas da Lousã e Gardunha. A sua metade setentrional, também denominada de bacia terciária de Castela-a-Velha tem uma altitude média de 700 m, enquanto a metade meridional, com o nome de bacia terciária de Castela-a-Nova, que engloba a Extremadura Espanhola e o Alentejo Português e com altitude média de 600 m, separa as bacias do Tejo-Sado e Guadiana, através dos montes de Toledo (Girão, 1960, p.21).

O Maciço Central possui inclinação, em direcção aos terrenos de formação mesozóica do território português e bacias terciárias do Tejo-Sado. As mesmas impedem o seu acesso directo ao Oceano Atlântico, que se verifica apenas para norte de Espinho e para sul de Sines (Girão, 1960, p.23).

Em relação ao relevo montanhoso da meseta, surgem em primeiro lugar os Montes Cantábricos, dispostos de este a oeste, numa sequência de relevos cuja altitude ultrapassa os 2000 metros. Embora haja tendência para juntar os Montes Cantábricos e os Pirinéus no mesmo conjunto montanhoso, Amorim Girão (1960,p.23), realça que aqueles relevos são separados pela depressão vasca, considerando os primeiros mais antigos, no respeitante à sua formação.

A partir do ponto mais alto da Cordilheira Cantábrica, desenvolvem-se para oeste linhas de relevo, mas uma vez na Galiza, mudam de direcção, diminuindo notavelmente de altitude, podendo assim verificar-se duas secções; as montanhas Cantabro-Asturias que limitam a zona setentrional da Meseta e o Maciço Galaico-Duriense que é composto por conjunto de relevos de variadas composições e cujas orientações, possuindo grande variedade, parecem irradiar do Cabeço de Manzaneda, em Espanha, cuja altitude alcança os 1.778 m, entrando no território Norte de Portugal (Girão, 1960, p.23).

Para este, acabando por alterar para nordeste, o contorno da Meseta é feito pelos Montes Ibéricos, conjunto montanhoso cuja constituição se deve a vários relevos e que possui extensão que vai dos Montes Cantábricos até ao Mar Mediterrâneo, a sul. É também uma barreira para a depressão do Ebro, e os seus picos de maior altitude vão cair em acantilados sobre a mesma.

No seu último troço, os Montes Ibéricos entram em contacto com as cadeias Sub-Béticas, surgindo a Serra Morena como o limite meridional da Meseta e devendo-se a sua formação a acidente tectónico específico (Girão, 1960, p.23).

A relação entre os sistemas Ibérico e Divisório Central constitui a maior área montanhosa da Península Ibérica, e o seu posicionamento deve ser considerado o segundo maior obstáculo à movimentação por parte das populações ibéricas (Ribeiro, 1987,p.3).

As Bacias Terciárias, compostas por planícies de sedimentação recente e cuja formação é devida ao preenchimento de antigas zonas marinhas que rodeavam o Maciço Central na Era Secundária, desempenharam papel fundamental no desenvolvimento comercial ao longo da ocupação humana da Península Ibérica. No entanto, das três grandes bacias: Ebro, Guadalquivir e Tejo - Sado, as duas últimas, devido a questões

que se relacionam com a navegabilidade, tiveram uma importância mais vincada do que a bacia do rio Ebro (Girão, 1960, p.24).

Observando o Sudoeste da Península Ibérica, a depressão do Guadalquivir, lembra, à semelhança do Maciço Central, um triângulo, embora alongado e localizado entre o rebordo do Maciço Central e a Cordilheira Bética (Girão, 1960, p.24).

No extremo oeste da Península, situa-se a última depressão ibérica, a do Tejo - Sado, que ocupa posição comparável à que a depressão da bacia do Ebro assume no flanco oriental. Amorim Girão (1960,p.24) aponta a sua formação devido a um antigo golfo marinho que avançava bastante para o interior e cujo preenchimento foi feito gradualmente. Também ela não tem agora uma comunicação franca com o Oceano Atlântico, ficando separada pelos relevos da orla mesozóica ocidental Portuguesa, tanto na Península de Lisboa como na de Setúbal (Girão, 1960, p.24).

Por fim, mas sem dúvida com uma importância e impacto na ocupação e migrações humanas na Península Ibérica, temos as denominadas Montanhas Periféricas, cujos impedimentos moldaram e influenciaram o comportamento humano. Com localização independente das depressões laterais e do Maciço Central, surgem os acidentes de relevo mais acentuados da Península devendo ambos a sua formação a enrugamentos denominados Terciários ou Alpinos: Os Pirinéus que estão associados à Cordilheira Catalã e cuja localização encontra-se a norte do rio Ebro e a Cordilheira Bética, que faz fronteira a sul com o Guadalquivir (Girão, 1960, p.25).

Com orientação quase rectilínea e estendendo-se desde o Golfo de Biscaia até ao Golfo de Leão, localizam-se os Pirinéus, possante formação montanhosa cuja composição é feita de terrenos graníticos antigos, recobertos por massas das eras Secundária e Terciária, formando sucessão de picos com cotas que alcançam os 3000 m de altitude.

Já a Cordilheira Bética, que contorna o litoral mediterrânico desde a ponta de Tarifa e Gibraltar até aos cabos de Gata, de Palos e da Nau, apresenta-se como uma constituição geológica bastante variada e com as maiores altitudes da Península Ibérica (Mulhacen, na Serra Nevada com 3.481m). Este facto serve, na opinião de Amorim Girão (1960,p.25), para concluir que se está na presença de enrugamentos recentes, nos quais os factores de erosão ainda não se manifestaram de forma notável, e que a sua formação se deve ao apoio do Maciço Central (Girão, 1960, p.25).

As principais bacias fluviais da Península correspondem aos grandes rios como o Douro, o Tejo, o Guadiana, o Guadalquivir e o Ebro, na sua esmagadora maioria navegáveis em boa parte dos seus percursos. Nascendo no denominado sistema montanhoso Ibérico, o Douro, o Tejo, o Guadiana e respectivos afluentes, irrigam regiões onde a presença de estelas se faz sentir, nomeadamente nos dois últimos. Elas afectaram a ocupação da Península Ibérica pelas populações humanas, não só nas suas relações intra-peninsulares, mas também contribuíram para a forma como as relações extra-peninsulares foram feitas.

A bacia do Douro, demarcada como sendo a mais irregular das cinco, denota-se devido a esse mesmo factor. Nascendo na serra de Urbión (Espanha), o rio Douro força o seu caminho através dos terrenos primários do Maciço Central não tendo, ao invés dos restantes, passagem por terrenos cujo relevo e geologia sejam mais fáceis de permear. Ao longo da sua extensão, quase totalidade as suas margens são caracterizadas por serem irregulares, muitas vezes em acantilados.

A bacia do Tejo-Sado surge já como sendo parte de uma das importantes depressões terciárias da Península, ou seja, terrenos constituídos por sedimentos acumulados pouco a pouco. Nascendo na serra de Albarracín, o rio Tejo deve uma boa parte do seu percurso ao Maciço Central, escavando o mesmo, tal como o rio Douro, até penetrar nas planícies sedimentares, alargando consideravelmente perto da foz. Já o Sado, nasce na Serra da Vigia e percorre 180 km de terrenos pertencentes apenas à bacia terciária em que o rio se insere (Girão, 1960, p.24).

A bacia do Guadiana, cuja importância durante a Proto-História advinha do seu potencial económico ligado à agricultura, à pastorícia e a presença de minérios nas suas proximidades, mas também devido às zonas navegáveis do seu curso, permitindo potenciar a interacção económica e cultural, apresenta elevado número de estelas da Idade do Bronze Final, mas também denso povoamento daquele período. De todos, o Guadiana é aquele cujo caudal mais é afectado pelas secas, não sendo raro os seu níveis baixarem ao ponto de permitir uma travessia a pé em certos pontos. Em épocas passadas o Guadiana permitia navegação até um pouco mais a norte de Mértola (Gálan, 1993, p.26).

A bacia do Guadalquivir, rio cuja nascente se localiza no sistema montanhoso Bético, revelou estelas da Idade do Bronze Final na província de Sevilha, ao longo do

seu curso. Fazendo parte de uma das depressões laterais mais importantes, o Guadalquivir possui boas condições de navegabilidade. Durante a Idade Média e Moderna grandes navios alcançavam, sem restrições, Sevilha (Girão, 1960, p.24).

Os rios Tejo e Douro desaguam em território português. O primeiro e o Guadiana servem, em parte, de fronteira entre os dois países ibéricos. O Guadalquivir corre apenas em território espanhol.

Situa-se também na Península, embora com posição territorial diferente, o rio Ebro, cuja nascente embora encontrando-se também no sistema montanhoso ibérico, flui na direcção noroeste - sudeste, desaguando no Mediterrâneo. Existem outros rios, que embora possuindo tamanho consideravelmente menor, não deixaram, por certo, de ter bastante importância económica, durante a Idade do Bronze Final.

Torna-se claro, através da distribuição das estelas em apreço, que as vias fluviais constituíram um dos principais meios de difusão, de mercadorias e, como não podia deixar de ser, de ideias e conceitos, ao longo da Idade do Bronze Final.

O conjunto de acidentes de cariz geográfico, anteriormente descritos, tornam a penetração e movimentação de populações na Península Ibérica, para lá das planícies dos territórios meridionais, bastante complicada, embora eles não impedissem totalmente a migração de ideias e de pessoas, através de rotas bastante adversas o que corrobora teorias que propõem rotas de estilo único, ou seja, apenas por mar ou por terra.

3.1.2 - Clima e Coberto Vegetal

A Península Ibérica, marcada por uma regularidade e simetria climatérica, deve tal a factores que se relacionam com a sua insularidade e ao seu contorno semelhante a um polígono regular. Segundo Girão (1960, p.27), esta unidade pode-se verificar através da distribuição da temperatura, da pressão atmosférica e do vento, elementos cuja interdependência é facilmente detectável.

Segundo Amorim Girão: *“As isotérmicas e isobáricas, tanto do mês mais frio como do mais quente, apresentam quase sempre círculos bem definidos e regulares em*

torno do centro de altas e baixas pressões, que se formam durante o inverno e verão sobre Madrid.” (Girão, 1960, p.27).

Por sua vez, a precipitação anual das regiões da Península Ibérica mostra-se com um demarcado desfasamento, coexistindo duas zonas com níveis de pluviosidade bastante diferentes, a zona Costeira Cantábrica e do Oceano Atlântico que avança até quase à foz do Tejo, onde a chuva é abundante e o centro peninsular, Litoral Atlântico ao sul do Tejo e todo o Litoral Mediterrâneo onde os níveis de pluviosidade são bastante baixos. Designam-se por vezes de “*ibéria húmida*” e “*ibéria seca*” (Girão, 1960, p.28).

É possível verificar influência de característica atlântica que se faz notar, segundo A. Girão, através dos ventos oceânicos, das baixas oscilações de temperatura que resultam em verões frescos, céu nublado e uma atmosfera forte em humidade e chuvas abundantes, sendo os níveis de precipitação atmosférica superior a 1000 mm, e existindo zonas em que se alcança o dobro dos valores, inclusive no verão, o que permite a abundância de árvores e outro coberto vegetal (Girão, 1960, p.28).

Uma segunda influência, esta de cariz mediterrânico, faz-se sentir junto do mar com a mesma denominação e prolonga-se ainda por Portugal. Caracteriza-se por temperaturas bastante elevadas, surgindo assim verões extremamente quentes e invernos mais temperados em oposição ao clima atlântico. O céu costuma ser bastante limpo, permitindo um bom aproveitamento da luz solar, sendo as chuvas escassas, com valores aproximados aos 500 mm, sendo quase inexistentes no verão, o que afecta os cursos que água que sofrem grandes variações da força do seu caudal, chegando alguns a secar quase inteiramente em boa parte dos seus cursos (Girão, 1960, p.28).

Estando próxima do Continente Africano faz com se afirme uma influência climatérica de características oriundas dessa massa continental, que afecta apenas uma área bastante circunscrita, nomeadamente, a sul da Serra Morena, onde causa temperaturas extremamente elevadas, médias de pluviosidade muito baixas, chegando a ser nulas em alguns anos e criando no verão, quando sopram ventos do Sahara, calor e secura bastante elevados (Girão, 1960, p.29).

As influências acima referidas, tanto de feição marítima como terrestre, misturam-se e atenuam as suas influências, tornando-se incapazes de alcançar os planaltos do Maciço Central, que se encontra isolado em quase todos os rebordos por relevo acidentado. Verifica-se, assim, uma acentuada diferença entre esta última e as

áreas litorais que rodeiam a quase totalidade da Península Ibérica com excepção do istmo de terra que a liga à Europa.

O interior da Península, ocupado na sua grande maioria pelo Maciço Central e zonas de relevo acidentado, caracteriza-se por variações de temperatura bastante acentuadas, havendo uma dualidade de Invernos bastante rigorosos e longos onde sopram ventos de características glaciais ao lado de nevões e de verões secos e com temperaturas bastante elevadas. Afirma A. Girão (1960, p.29) que encontramos assim perante um clima de cariz continental, classificado como ibérico e cujas características base são o frio, que se relaciona com a altitude da região, e a secura dado o afastamento do mar (Girão, 1960, p.29).

O coberto vegetal depende, da qualidade dos solos e dos factores climáticos acima descritos, o que resulta numa diversidade florística bastante vincada, variando de região para região climática. O mesmo sofreu alterações extremas ao longo da ocupação humana, pelo que as florestas naturais são raras e a maiorias das existentes actualmente resultam de reflorestações que começaram a ocorrer durante a Idade Média (Ribeiro,Lautensach e Daveau,1991,p.952).

Existe uma divisão bastante acentuada entre as espécies de flora existentes nas áreas litorais a Sul, Sudoeste e Sudeste, das que cobrem zonas mais setentrionais ou interiores da Península Ibérica.

A Sul encontramos plantas de feição macaronésia ou ibero-marroquina, tal como a oliveira (*Olea europaea L.*), a figueira (*Ficus carica*), a amendoreira (*Prunus dulcis*), que fazem parte de um grupo de plantas adaptadas aos Verões secos e cujo clima, a Norte, caracterizado por frio extremo e chuvas abundantes, revela-se pouco propício à sua existência (Ribeiro,Lautensach e Daveau,1991,p.18)

Existe, no entanto, plantas cuja adaptabilidade permite superar estes factores e prosperar, surgindo em determinadas áreas mais a norte, tais como a azinheira (*Quercus Ilex*), que suporta frios inverniais de Castela-a-Velha, mas não as chuvas abundantes e o clima fresco do extremo Noroeste, sendo assim, bastante rara na Cantábria e inexistente na Galiza.

O sobreiro (*Quercus suber*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), a urze-branca (*Erica arborea*), o loendro (*Nerium oleander*) e a tamareira (*Phoenix dactylifera*) e os

agrumes evitam na totalidade a Meseta Central, ocupando ao invés áreas periféricas (Ribeiro;Lautensach e Daveau,1991,p.18)

Relativamente ao Norte da Península e ao Maciço Central, observam-se plantas originárias da Europa Ocidental e Central, cuja existência é limitada a áreas onde os Verões são suficientemente frescos e chuvosos, encontrando-se neste grupo a Faixa Roxa (*Fagus sylvatica L.*), o vidoeiro branco (*Betula pendula*), o pinheiro de Alepo (*Pinus halepensis*) e vegetação rasteira, como as estevas (*Cistus ladanifer*), sendo as duas últimas bem adaptadas ao clima árido do Maciço Central.

Dentro daquele grupo destacam-se espécies que evitam a secura da Meseta Central, nomeadamente a videira (*Vitis vinífera*), a urze vulgar (*Calluna vulgaris*) e a urze tetralix (*Erica Tetralix*), o tojo europeu (*Ulex europaeus*), o azevinho (*Ilex aquifolium*), o teixo (*Taxus baccata*), a dedaleira (*Digitalis purpurea L.*), várias espécies de silvas, o feto vulgar e outras (Ribeiro,Lautensach e Daveau,1991,p.19).

Da flora antiga sabe-se da existência de espécies arbóreas como a azinheira (*Quercus ilex*), o sobreiro (*Quercus suber*) e em áreas de maior altitude o carvalho-vermelho (*Quercus róbur*) (Ribeiro,1987,p.52).

3.1.3 - Os Recursos Económicos

O tipo de vegetação, em associação com o relevo acidentado da Península Ibérica, reflecte-se no aproveitamento dos recursos, nomeadamente na grande extensão de áreas dedicadas à pastorícia. Na actualidade esta é caracterizada pela existência de grandes quantidades de rebanhos, mas com número reduzido de animais, consequência directa da falta de prados. A existência destes depende da quantidade de pluviosidade constante durante grande parte do ano, espectro verificado apenas nas áreas setentrionais da Cordilheira Cantábrica, Maciço Galaico e Pirinéus.

Os minerais ocuparam papel de destaque na economia da Península Ibérica, sobretudo em regiões onde o potencial agrícola era bastante reduzido, se comparado com outras áreas setentrionais da Europa Continental.

Possuindo um dos maiores, senão o maior veio, de cobre existente no Mediterrâneo Ocidental, a exploração mineira de Rio Tinto, aglomerou, desde o

Calcolítico, populações em seu redor, levando à criação de prósperas sociedades metalurgistas, que possuíram a capacidade de controlar largas áreas territoriais, englobando as bacias do rio Guadiana e Guadalquivir, zonas de concentração de estelas da Idade do Bronze Final.

Para norte daquela área, nos maciços centrais, encontramos zonas com concentrações de estanho, metal vital para a produção do bronze, liga cuja resistência permitiu alterar os conceitos de guerra e conflito, mas também produzir ferramentas muito úteis na economia.

Foram ainda explorados outros minérios, como a prata e o ouro, este nas aluviões do rio Tejo, ali se obtendo importantes quantidades daquele até à Idade Moderna.

Relativamente às espécies de fauna domesticada, o porco predomina devido a existência de bolotas das *querci* mediterrâneas, das quais o animal se alimenta primariamente. Ocupam também posição de destaque o gado caprino e o ovino, que, fazendo uso das plantas herbáceas rasteiras, bastante características do clima seco, tornaram-se espécies com bom nível de rendimento económico tendo em conta os

A pesca, actividade milenar, alcançou na Península Ibérica, bastante importância, sendo no entanto restrita na sua grande maioria à fachada Atlântica, onde a grande plataforma continental aí existente, criou abundância de pescado, quase sem rival na restante Europa (Ribeiro,1987,p177).

Dentro das espécies de pescado mais exploradas são de salientar o atum como peixe de maior porte que requer métodos de pesca aplicados ao mar alto, e a sardinha cuja pesca é bastante mais simplificada uma vez que não necessita de técnicas especializadas. São ambas, consideradas de alto rendimento uma vez que relativamente ao custo da sua apanha produzem grandes quantidades de alimento, sendo ainda hoje em dia duas espécies bastante apreciadas (Ribeiro,1987,p.20).

Em contrapartida, o Mediterrâneo, como mar fechado e com uma plataforma continental extremamente reduzida é bastante pobre neste tipo de recursos, dependendo da importação, nomeadamente das zonas litorais Atlânticas da Península Ibérica (Ribeiro,1987, p.177).

Também os cursos fluviais da Península Ibérica, que provaram ser fontes abundantes de alimento, oferecendo às populações diversas espécies de pescado. Na foz

dos mesmos verificaremos grande concentração de povoados que fizeram uso alimentar das espécies de moluscos presentes e, portanto, com valor económico.

Ainda associados à foz dos rios e à exploração marítima, observamos desde época recuada a exploração do sal, fonte vital da economia ao longo dos séculos de forma a cozinhar e, acima de tudo, preservar alimentos perecíveis. A sua exploração em escala industrial desde a Pré-História foi feita através da evaporação da água do mar, através da exposição solar ou ígnea, possibilidade apontada por parte de Armando C. F. Silva e Mário V. Gomes. (1992, p.19).

A caça, actividade de cariz económico mas também prestigiante, esteve associada às elites da Idade do Bronze Final, Bom número de espécies possuía carne apreciada incluindo-se cervídeos, javalis, coelhos e lebres, ursos e aves diversas cuja abundância se verificaria (Silva e Gomes, 1992, p.18)

3.2 - A Presença Humana Antiga

A Península Ibérica é considerada como sendo das primeiras áreas do território europeu na qual se verificou ocupação humana, ocorrida durante o Paleolítico Inferior, nomeadamente pelo *Homem de Orce*, com cronologia tão recuada como 1.2 milhões de anos BP. A presença humana antiga encontra-se principalmente em zonas meridionais e litorais, o que leva a crer que a entrada das primeiras populações na Península Ibérica se fez através do Estreito de Gibraltar, cuja extensão seria bastante mais reduzida à época, altura em que se verificaram regressões marinhas (Silva, Raposo e Silva, 1993, p.58)

A ocupação do interior, ocorrida durante o Paleolítico Inferior Pleno e seguindo tendencialmente os vales dos grandes rios tem como ponto de referência principal, segundo J. L. Cardoso (1993, p.58), os sítios de Torralba e Ambrona situados no Maciço Central, nomeadamente no planalto de Castela-a-Velha, nas proximidades de Sória onde se dá a confluência de três bacias fluviais (Silva, Raposo e Silva, 1993, p.58)

Sinais de ocupação antiga encontram-se também em Atapuerca (Burgos), onde escavações arqueológicas levadas a cabo ao longo das últimas décadas têm revelado novos dados sobre a presença humana na Península, arrastando as cronologias para épocas mais recuadas do que inicialmente pensado. Ali se detectaram restos do *Homo*

Antecessor (800.000 anos BP) e outros contemporâneos do *Homo Heidelbergensis*, cujas cronologias são mais recentes, em torno de 600.000 anos BP. No caso do território português, ocupações deste tipo, encontram-se nas bacias do Tejo e Guadiana (Silva, Raposo e Silva, 1993, p.59)

Enquanto durante os inícios do Paleolítico Inferior, a ocupação humana foi mais rara e dispersa, pensando-se constituída por grupos de cerca de dez indivíduos, os testemunhos das suas acções são escassos, mas aumentam com o decorrer dos tempos.

Ao longo do Paleolítico Médio a ocupação do território peninsular deve-se a populações de *Homo de Neanderthal*, cuja presença se encontra muito bem documentada no registo arqueológico, nomeadamente no espaço actualmente português, onde existiu durante mais tempo do que nos restantes territórios europeus. A penetração destas populações no território peninsular, em oposição ao Paleolítico Inferior, quando a mesma era feita através dos vales dos rios, foi muito mais extensiva. No caso de Portugal ocorreu ocupação de pene-planícies antigas, como exemplifica a Gruta do Escoural, cuja primeira presença humana remonta a este período, e dos maciços periféricos como a Extremadura. (Silva, Raposo e Silva, 1993, p.59)

A ocupação pelo *Homem de Neandertal* tem, na Península Ibérica, datações cerca de 5 a 10 mil anos mais tardias que na restante Europa, o que leva a concluir que os territórios do Sudoeste Espanhol e Português constituem os últimos locais de permanência daqueles (Silva, Raposo e Silva, 1993, p.77)

O verdadeiro apogeu da ocupação humana peninsular surgiria durante o Paleolítico Superior, abarcando todo o seu território. Os vestígios encontrados denotam grande evolução, não só tecnológica mas também de carácter cognitivo. Pertence àquele período grande parte das gravuras do complexo Côa - Douro, mas também numerosas grutas com pinturas e/ou gravuras e sítios de arte ao ar livre, correspondendo a acampamentos.

Locais como a Gruta do Escoural ou a Gruta de Altamira, revelaram-se férteis tendo em vista o estudo das expressões cognitivas de tais populações de primeiros homens modernos (*Homo Sapiens Sapiens*).

A ocupação mesolítica da Península Ibérica encontra-se bem caracterizada devido aos conhecidos concheiros, onde se verificou a existência de testemunhos da

progressiva sedentarização das populações, a par da estreita dependência dos recursos marinhos e fluviais.

Durante o Neolítico as populações peninsulares adoptam a economia de produção de alimentos, suportada pela agricultura e a pastorícia, momento em que ocorreu o aparecimento de monumentos megalíticos. Nos finais do Neolítico, em meados do IV milénio BP ocorreu a chamada Revolução dos Produtos Secundários, resultando num “boom” de produção que potenciaria grande aumento de população e a evolução das manifestações cognitivas, nomeadamente a criação de estátuas menires antropomórficas, que podemos considerar como os primórdios de uma linha evolutiva que irá, quiçá, culminar, durante a Idade do Bronze Final, nas manifestações encontradas nas estelas em estudo.

No Calcolítico o enriquecimento conduziu à competição e aos conflitos, pelo que se construíram grandes povoados muralhados e começou-se a desenvolver, na Península Ibérica, estratégia de ocupação do território semelhante à verificada durante a Idade do Bronze Final.

Povoados como os de Vila Nova de São Pedro ou Zambujal denotam a ocupação de zonas elevadas, com defesas naturais, por parte de populações que desejam não só promover a sua protecção e dos excedentes acumulados, mas também o controlo do território em redor do povoado. Povoados com menores dimensões dependeriam dos “lugares centrais”, onde residiram as elites dirigentes e dali partiriam as directrizes da organização política, administrativa e económica.

Durante o Calcolítico iniciou-se a exploração de minérios não ferrosos, nomeadamente do cobre, da prata e do ouro, que irão desempenhar papel fulcral no desenvolvimento económico e cognitivo que alcançará a Idade do Bronze, constituindo os principais produtos capazes de proporcionarem a interacção comercial, regional e à distância, que as estelas da Idade do Bronze Final bem ilustram.

Gravuras rupestres, mostrando representações idoliformes e punhais, atribuídas ao Calcolítico, devem ainda constituir antecedentes estilísticos e cognitivos das estelas da Idade do Bronze Final.

A estratégia de povoamento ocorrida durante a Idade do Bronze continuou a dar preferência a locais de altitude, cujas características permitem uma melhor defesa de pessoas e bens. No entanto, o registo arqueológico, ainda que reduzido, demonstra que

embora exista uma manutenção de certos povoados, os factores que mostravam a existência durante o Calcolítico de povoados estáveis, ricos em bens e capazes de exercer uma forte e extensa influência político-social, desaparecem, dando lugar a uma ordem política que demonstra a fragilidade das relações inter-populacionais da Península Ibérica nesta época. Durante a Idade do Bronze Inicial e Médio, este registo demonstra uma clara perda de poder ser comparado com as elites dominantes do Calcolítico, e um desagregar das populações, desaparecendo assim as grandes unidades políticas em prol de outras individuais, ou seja compostas por um povoado. Estamos longe das políticas territoriais e supra-regionais do Calcolítico, entrando num período onde as dificuldades postas por novos factores continuam a reescrever o conceito de guerra e conflito, aperfeiçoando o mesmo e passando de uma guerra ritual, ou pelo menos ritualizada para um verdadeiro conflito pelos recursos económicos, pessoas e poder militar e religioso (Díaz-Andreu, 1993, p.246).

A exploração de minérios para além do cobre acaba por transformar fortemente as sociedades que habitavam a Península Ibérica. A exploração do cobre e do estanho, encontram-se divididas territorialmente, havendo uma predominância de estanho no Norte e do cobre no Sul, o que leva a uma necessidade de relações comerciais entre populações para a obtenção de ambos minerais, necessários à criação da liga que é o bronze.

A exploração aurífera desta época, embora feita em minas a céu aberto encontra-se intrinsecamente ligada aos cursos fluviais, sendo a maioria do ouro provindo de aluviões. O rio Tejo demonstrou ser rico em aluviões auríferas, ocorrendo principalmente na sua foz e na zona das Portas do Ródão (Silva e Gomes, 1992, p.20).

Durante a Idade do Bronze Inicial surgiram as primeiras estelas decoradas, com motivos de cariz guerreiro, sendo de destacar, como exemplo, a estela da Longroiva (Silva, Raposo e Silva, 1993, p.242)

Na Idade do Bronze Médio, o sistema de povoamento mantém-se inalterado, surgindo um tipo de manifestação bastante específica e restrita geograficamente ao Sudoeste Peninsular, as estelas de tipo alentejano, também chamadas de tipo I para as distinguir das estelas estremenas ou da Idade do Bronze Final. Nestes monumentos constam representações de armas, importadas do Mediterrâneo Oriental (espadas, alabardas, machados de encabamento directo ou tubular) e outras de produção local,

ligadas à demonstração do poder político-militar e, muito possivelmente, religioso, aspecto que as estelas da Idade do Bronze Final irão potenciar.

3.3 - A Proto-História

A ocupação humana na Península Ibérica durante a Proto-História resulta de um processo complexo, que ao longo dos milénios anteriores se tinha vindo a formar e desenvolver, não só através da evolução das populações e culturas autóctones, mas também devido a fortes influências chegadas através de rotas comerciais oceânicas, tanto atlânticas como mediterrânicas, ou de origem continental, ou seja, vindas da Europa Central.

Tendo em conta os parâmetros cronológicos do presente trabalho, iremos circunscrevermo-nos à Idade do Bronze Final, onde se inserem os testemunhos agora estudados.

Durante a Idade do Bronze Final, a Península Ibérica foi ocupada, na sua grande totalidade, por populações indígenas que haviam evoluído social, económica, tecnológica e ideologicamente durante a Idade do Bronze Inicial e Médio, alcançando uma organização hierarquizada e estratificada, possivelmente do tipo das chefaturas, com estrutura social desenvolvida, onde elites político-militares haviam alcançado a liderança e dominado os mecanismos económicos, tal como os religiosos, ou seja retinham a quase totalidade dos poderes.

Aquele tipo de estrutura, conjugada com a provável divinização do papel dos líderes militares e conjuntamente com a prosperidade alcançada pelas populações ao longo dos milénios anteriores, levou a que a Idade do Bronze Final fosse marcada por clima de grande competitividade e de stress social, tal como, não raro, por constantes conflitos bélicos. As numerosas representações de armas, figuradas nas estelas e inclusive na arte rupestre, para além de uma primeira função dissuasora, serviam, de facto, na guerra.

Apesar de uma generalização de ideologia e estrutura social, ocorrida durante este período, o mesmo não se pode afirmar perante evidências de cariz ocupacional do território hoje português. No Norte, expandindo-se para a região da Galiza, e como

afirma Armando Coelho na “*Proto-História de Portugal*”, observamos uma cultura que respeita padrões específicos, havendo mesmo assim diferenciações regionais, nomeadamente a sua constituição em núcleos defensivos e de estruturas arquitectónicas habitacionais maioritariamente circulares, que aproveitam os materiais disponíveis, nomeadamente o xisto e o granito (Silva e Gomes, 1993, p. 35).

Na Galiza, este tipo de padrão de povoamento mantém-se semelhante, pelo que a única separação daquela reside nas divisões artificiais criadas em épocas muito posteriores.

R. Valcarce e M. Ruíz-Gálvez Priego (1997, p.205) apontam um tipo de ocupação para a Idade do Bronze Final dos territórios da Galiza e Norte de Portugal, baseado numa transumância, onde as populações poderiam alternar de localização consoante as estações do ano. Povoados como os de Lavra, Alto de Santa Ana ou Bouça do Frade, cujo registo arqueológico permite deduzir terem possuído ocupações sazonais, convivem a par de outros com ocupações claramente permanentes, como aconteceria nos povoados de S. Julião, Coto da Pena, Barbudo, Baiões, Santa Luzia, etc...

Estes povoados seguem uma estratégia de implantação em altura, relacionando-se com a exploração de recursos diversificados. Alguns possuem indícios de economia pobre, de subsistência, caracterizada pela ausência da fundição de metais (Valcarce e Ruíz-Gálvez, 1997, p.205).

Verifica-se que nas áreas cujo relevo é acidentado, o número de povoados aumenta exponencialmente em comparação com áreas de planície e planaltos (Silva e Gomes, 1993, p. 40).

A nível de exploração dos recursos, as populações que ocuparam as zonas Norte e Centro do Maciço Central, encontram-se a par com as que se estabeleceram nas restantes áreas do mesmo. Solos cuja produtividade não permite uma exploração agrícola em grande escala, com excepção do território da Bacia do Minho e Bacia do Coura, relevos pouco propícios à mesma, impedindo a dependência, em grande escala, de tais recursos, destacando-se no entanto a existência de trigo (*Triticum*), milho miúdo (*Poaceae panicoidae*), centeio (*Secale cereale*), cevada (*Hordeum vulgare*), favas (*Vicia faba*) e ervilhas (*Pisum sativum*).

A recollecção de frutos naturais assumiria grande importância, mais vincada nos territórios setentrionais e a pecuária surgiria como forma de combater a escassez de

recursos agrícolas em grande escala, sendo dada preferência a espécies ovinas e caprinas, estando estas últimas melhor adaptadas ao clima e topografia local. A criação de espécies bovinas, embora em menor escala, estaria mais confinada ao Norte e Noroeste da Península, onde as variações climáticas permitem a sua exploração com eficácia (Silva e Gomes, 1993, p.59).

Importa ter em conta a relação próxima das estratégias de povoamento com a exploração mineira e nomeadamente da relacionada com a metalurgia do bronze que, conforme o registo arqueológico comprova, integra o Ocidente Peninsular, nomeadamente o Norte e Centro, em contexto de relações comerciais com amplitude vasta (Silva e Gomes, 1993, p.43).

A existência de jazidas de cobre, embora em quantidades bastante reduzidas quando comparadas com as explorações de Rio Tinto no Sul de Espanha, permitiram uma exploração local e o desenvolvimento das metalurgias do bronze. Já o estanho, quase inexistente nas áreas meridionais, seria explorado na zona de Belmonte-Colmeal-Maçainhos e em outras regiões, nomeadamente próximas do rio Minho, providenciando assim matéria-prima necessária para a produção da liga metálica referida e para o comércio regional ou à distância (Silva e Gomes, 1993, p.14).

Durante a Idade do Bronze Final denota-se no Centro e Norte, a coexistência de conjunto de cerâmicas manuais, lisas e de fabrico grosseiro, tidas como de tradição autóctone, a par de outras cerâmicas, com menor expressão, de influência meridional, a par de contributos claramente continentais (Silva e Gomes, 1993, p.62).

As tipologias cerâmicas, caracterizadas pelo aspecto grosseiro, encontram-se generalizadas por toda a Península, existindo outras que possuem superfícies e decorações brunidas, quer no interior, quer no exterior das paredes. Reconheceu-se o predomínio de formas abertas, nomeadamente com carenas altas, facto já conhecido da Idade do Bronze Médio (Almagro Gorbea, 1977, p.108).

Para a Beira Interior, Centro - Sul, estudos feitos por Raquel Vilaça demonstram a existência de uma Idade do Bronze Final onde predomina a cerâmica manual, com variantes locais que se devem à auto-suficiência económica dos povoados onde é encontrada. Surgem, no entanto, cerâmicas mais ornamentadas, tais como as de tipo Baiões, que devido às suas características não poderiam ter sido feitas em grandes quantidades e teriam carácter de objectos de prestígio (Vilaça, 1995, p.294).

Se no Norte e Noroeste da Península podemos apontar como principais características a grande concentração de povoados em zonas de altitude, cuja dependência económica provinha da exploração mineira, nomeadamente do ouro e do estanho, como de recursos primários, designadamente, a caça, a pesca, a recollecção de frutos e de mel, a par da exploração intensiva da pecuária, nas zonas meridionais da Península, privilegiadas por clima bastante mais quente e seco, possuindo relevos bastante menos vincados e onde se encontram as grandes bacias terciárias, observamos diferenças nas estratégias de povoamento e exploração dos recursos.

Os solos das bacias terciárias, com algum potencial agrícola, permitiram nas zonas terminais do Tejo-Sado e Guadalquivir, ou nos terrenos basálticos da Baixa Península de Lisboa, a prática da agricultura com bastante sucesso, em oposição ao que acontecia às áreas xistosas e graníticas do Maciço Central. Também as zonas de exploração mineira (Rio Tinto em Espanha para o cobre e as aluviões do Tejo para o ouro) acentuaram fortemente as já existentes desigualdades sociais (Silva e Gomes, 1993, p.104).

Existiam, também, populações que ocuparam áreas com menores recursos e que irão, em última instância, possuir economia de subsistência baseada na agricultura e na pastorícia ou, inclusive, na exploração de moluscos nas zonas costeiras e estuarinas (Silva e Gomes, 1993, p.105).

Durante a Idade do Bronze Final, os povoados de maiores dimensões, considerados como centros de poder e decisão, localizaram-se em áreas de altitude, de preferência morros isolados de forma a permitir controlo do território envolvente, possuindo defesas naturais, depois reforçadas por muralhas, torres, fossos e cavalos-de-frisa.

Os povoados de menor dimensão, nomeadamente situados junto dos locais de exploração dos recursos minerais e agrícolas, ocupavam zonas baixas, não possuindo defesas naturais e raramente artificiais.

Podemos mesmo afirmar, que na sua esmagadora maioria, o povoamento das áreas meridionais da Península Ibérica durante a Idade do Bronze Final, era constituído por pequenos habitats de cariz familiar, dependentes da exploração agro-pecuária (Silva e Gomes, 1993, p.106).

Todavia, o povoamento da Idade do Bronze Final é bastante mal conhecido, devido à falta de escavações arqueológicas, havendo poucos povoados devidamente estudados e ainda menos em relação à sua envolvência, ou seja, as áreas de exploração de recursos. Esta lacuna levanta problemas no que concerne ao estabelecimento de relações entre povoados, necrópoles e estelas.

4 - ANTECEDENTES E FORMAÇÃO

Seguindo aspectos lógicos oferecidos pelas componentes cronológica e estilística das estelas da Idade do Bronze Final, rapidamente nos apercebemos que as mesmas constituem o culminar de um desenvolvimento cultural e artístico com influências muito anteriores ao período em que foram produzidas. Tais influências encontram-se dispersas pela Península Ibérica, tornando o trabalho de as rastrear algo difícil.

Olhando para trabalhos anteriores, verificamos que já M. Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro (1977, p.332) afirmaram que devemos olhar para o “período dos ídolos e punhais” de E. Anati (1968 pp.45-53) para encontrarmos a origem das influências visíveis em períodos rupestres e monumentos mais tardios, como a estela de Longroiva, do Bronze Inicial, ou estelas de tipo alentejano, do Bronze Médio e, por fim, as estelas de guerreiro da Idade do Bronze Final.

No entanto, trabalhos mais recentes, como o de M. Varela Gomes (2011,p.13) revelaram a existência de gravuras na arte do Vale do Tejo, com cronologias ainda do Neolítico, nas quais foram representadas entidades antropomórficas, quer divinas quer mortais, empunhando lanças e arcos, transmitindo características bélicas. Tais representações, embora ainda longe da conotação com guerreiros heroicizados de períodos mais tardios, poderão ter sido o início da concepção do guerreiro, como entidade ritual e divinizada.

Nos episódios cronológicos nos quais se enquadram a arte levantina da Península Ibérica surgem pinturas rupestres nas quais figuram, pela primeira vez, antropomorfos em quantidades elevadas. E mais importante ainda, o facto de serem representações de cenas nas quais participam em danças rituais e cenas de guerra claramente ritualizada. A posição das pernas e as figuras dançando de braços dados são motivos que surgem em algumas estelas da Idade do Bronze Final, nomeadamente na de Zarza Capilla III.

Na obra “**Arte Rupestre nelle Regioni Occidentali della Penisola Iberica**”, E. Anati (1968, p.45) começa por colocar uma questão que consideramos pertinente para o estudo destas temáticas e que remete para a existência de significado religioso de tais manifestações artísticas. Certamente que sim. E outros como Henri Breuil antes dele

provaram que tal assim o era. Apesar de serem acima de tudo uma consequência de realidades económico-sociais, possuem sempre um cariz próprio, devido a questões de ordem cognitiva que transcendem as materialidades palpáveis e os padrões de organização social.

Prestando atenção ao Neolítico Final e aos Cromeleques dos Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio, onde Mário Varela Gomes (2010, pp.17-23) revelou a existência de menires afeiçoados com representações antropomórficas e simbólicas, certamente resultando de concepções anteriormente presentes. Concepções relacionadas, ao que parece, com a fecundidade e o culto dos antepassados. Esta última vertente manifesta-se através de um tipo de “ídolos” cuja acção se situaria entre o mundo divino e o dos mortais. No entanto, a introdução destas gravuras nos menires pré-existentes representa a conceptualização visual de uma ideia, por certo já existente anteriormente, ou seja a representação dos antepassados que já seriam “cultuados” naquele local, quiçá os mesmos que o haviam construído (Gomes, 2010, p.27).

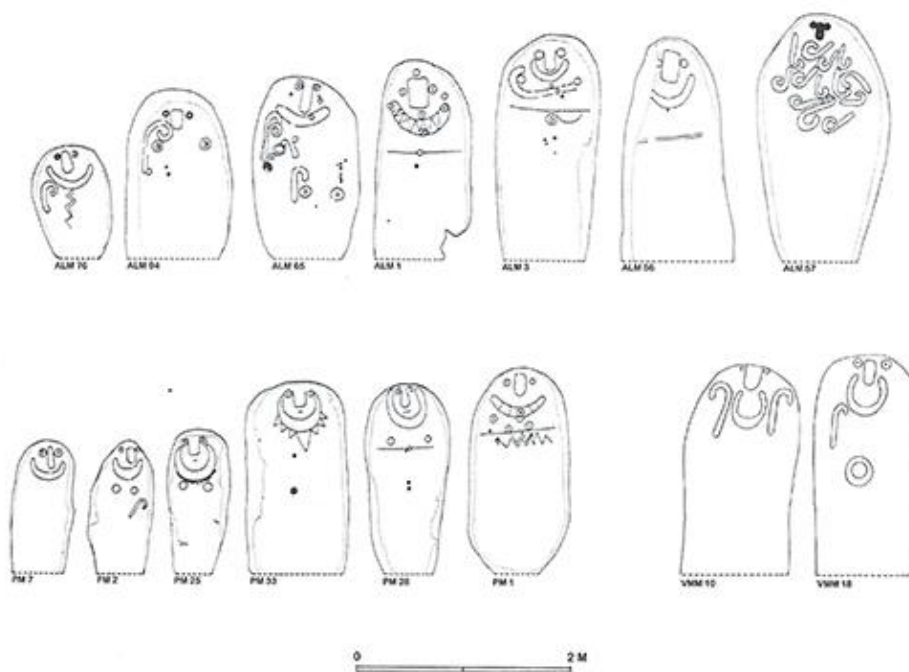


Figura 2 – Estátuas-menires dos cromeleques de Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio (seg. M.V.Gomes, 2010, p.33, est. 4)

No entanto, é no “período dos ídolos e punhais”, tão bem estudado por E. Anati (1968), que realmente encontramos o que se pode considerar como sendo as primeiras representações de armas como elemento de distinção do guerreiro relativamente ao mundo que o rodeia. Até aqui, estas imagens tinham um carácter representativo

secundário, ou seja, acompanhavam cenas idealizadas, não demonstrando autonomia simbólica ou a sua integração em culto próprio.

O “período dos ídolos e punhais” é uma manifestação que corresponde a conjunto artístico de arte rupestre do Noroeste Peninsular, no qual o tema das armas (punhais, espadas, alabardas, machados, escudos e outras) constituem o sujeito do discurso simbólico ou associando-se com guerreiros-ídolo que as empunham ou simplesmente foram a elas associados.

As gravuras feitas nas rochas de Castro de Conjo, Penã-Tú, Pedra das Ferraduras, Caneda de Morillos e Coto dos Mouros, entre outros apresentam a base conceptual-figurativa desta arte, constituindo importante núcleo estilístico (Gomes e Monteiro, 1977, p.332)

Em Castro de Conjo, uma das figuras mais emblemáticas será, sem dúvida, a que representa figura idolíforme com grande parte dos traços faciais representados e coroada por uma forma rectangular, preenchida por vários traços paralelos verticais. Já o corpo encontra-se representado esquematicamente através de linhas verticais paralelas formando um rectângulo de extremidades arredondadas. À sua volta foram gravados quatro punhais, sendo que um deles possui uma espécie de cinturão representado através de uma fita enrolada preenchida com linhas verticais paralelas. Segundo E. Anati (1968, pp. 45,46), o cinturão e dois dos punhais seriam acrescentos mais tardios que as restantes figuras, o que de certa forma integra um ideal de ritualização contínua relacionado com o idolíforme que estariam receptivos a alterações.

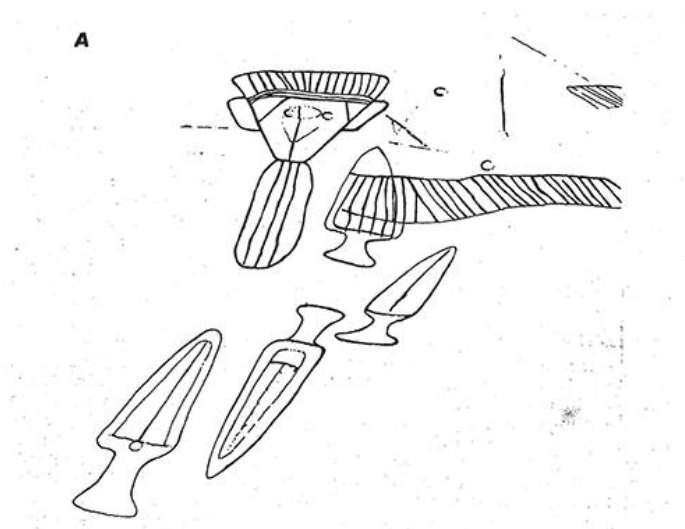


Figura 3 – Figura idolíforme e representações de punhais em Castro de Conjo (seg. M.V.Gomes e J.P.Monteiro, 1977, p.331, fig.11)

Observando este conjunto de figuras, torna-se visível a existência de um ser antropomórfico no qual o interesse prende-se mais com a estrutura facial, que não só recebeu mais atenção do gravador, como também foi coroada, certamente com diadema de algum metal precioso. O objectivo terá sido o de representar entidade que exhibisse o seu poder através das armas que a rodeiam. Sem dúvida que aqui estamos ainda longe da concepção do guerreiro heroicizado, que presta a sua existência e função como intermediário entre os deuses e os homens, mas da conceptualização de um poder divino antropomorfizado que se encontra noutro plano de existência cognitiva, certamente inalcançável pelos humanos.

Uma segunda figura aproxima-se mais do estilo figurativo das estelas mais tardias da Idade do Bronze Final. Trata-se de figura esquemática, com grande punhal e escudo na mão, associada ao outro punhal de tamanho mais reduzido. No entanto, o tamanho da primeira arma representa nada mais que a importância principal desta arma na composição, o que pode revelar que o antropomorfo representado seja uma divindade guerreira ou um guerreiro que empunha aquele objecto de prestígio. Neste caso, verifica-se algo semelhante ao que aconteceu nas estelas de tipologias mais tardias da Idade do Bronze Final, onde o guerreiro é igualmente acompanhado pelas armas, concedendo-lhe estatuto sócio-religioso.

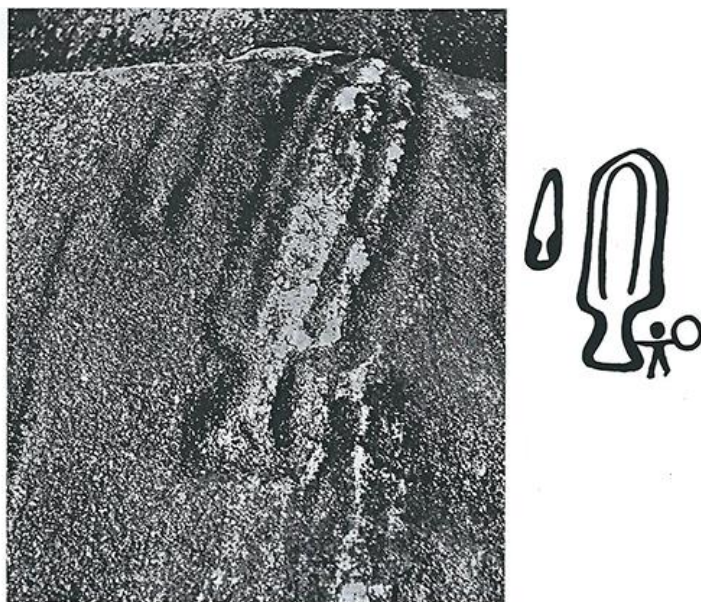


Figura 4 – Representação de punhais, figura antropomórfica e escudo em Pedras das Ferraduras (seg. E.Anati, 1968, p.53, figs 34 e 35)

Segundo E. Anati (1968, p.63), aquela concepção vai, num último momento evolutivo, difundir-se ao longo da Península Ibérica, sendo absorvida pelas tradições

locais e dando origem a diversas variantes alcançando a Idade do Bronze. De facto, durante início da Idade do Bronze, ou Bronze Antigo, verificamos diversidade de manifestações artísticas relacionadas com personagens antropomórficas e armas que tiveram lugar devido a desenvolvimentos regionais, certamente tendo como matriz principal a concepção do “período dos ídolos e punhais”.

Duas dessas manifestações comuns são as estátuas-ídolos, com representações de antropomorfos sem ou com armamento como é o caso do exemplar da Longroiva e da arte rupestre presente no Norte e Centro de Portugal, como da Extremadura Espanhola, tendo como exemplos, Pedra Riscada, Fuente del Gamo e Peña-Tu.

Na já referida estela-ídolo de Longroiva, foi gravada enorme figura antropomórfica, de corpo inteiro, quebrando a tradição de representações anteriores nas quais o corpo era representado por formas geométricas preenchidas por linhas. À esquerda do observador encontra-se representada uma alabarda, de tipo atlântico, e à sua direita, uma espada curta colocada num cinturão, motivo presente nas gravuras de Castro de Conjo, pertencentes ao “período dos ídolos e punhais”. A alabarda mostra penacho na parte superior, certamente tendo dois usos, um decorativo e outro mais prático, o de confundir o inimigo durante o combate.

Dentro do conjunto de arte rupestre da Idade do Bronze Inicial, destaca-se também a gravura de um Ídolo e de uma espada larga no abrigo de Peña-Tu (Asturias) (Díaz Guardarmino, 2011, p.86).

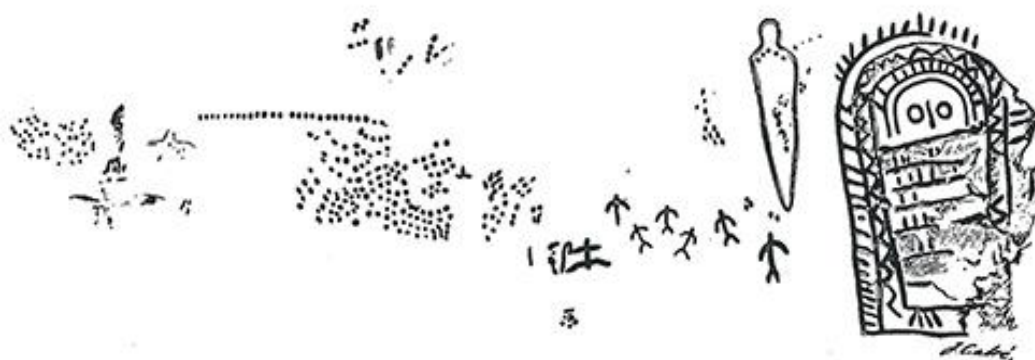


Figura 5 – Ídolo de Peña-Tu e espada (seg. J. Cabré, em E. Anati, 1968, p.65, fig.57)

As populações da Idade do Bronze Inicial, são uma continuidade das populações do Calcolítico, onde a guerra passou a ser preocupação constante do seu quotidiano. Na Idade do Bronze Inicial, a guerra, deixa de ocorrer de forma algo ritualizada e começa a

tornar-se uma forma de não só obter controlo dos recursos mas também de acumular poder, fazendo assim ascender ao poder líderes político-militares.

Com estas alterações sociais, as representações artísticas reflectem os acontecimentos e mudanças já que ao contrário de épocas anteriores, começam a denotar características mais antropomórficas ou, como no caso da Longroiva, corpo inteiro e armamento.



Figura 6 - Estela-Ídolo da Longroiva (seg. Almagro, 1966, p.109)

Após estudo destas manifestações artísticas da Idade do Bronze Inicial, é possível entender a diversidade estilística das mesmas relativamente à consolidação de matrizes ou períodos mais tardios da Idade do Bronze. No entanto, torna-se difícil perceber, ao certo, qual destas manifestações será a antecessora directa das estelas da Idade do Bronze Médio ou das da Idade do Bronze Final, ou sequer se existirá mesmo essa relação e estas manifestações tardias não serão senão o culminar de várias influências das tradições existentes no Bronze Antigo. Consideramos, contudo, esta uma questão em aberto, até que estudos mais aprofundados sejam feitos.

Com o início da Idade do Bronze Médio, e após a grande variedade de manifestações cognitivas alusivas a ideologias relacionadas com o guerreiro ou divindades e armamento ocorridas durante a Idade do Bronze Inicial, observamos agora o surgimento da primeira verdadeira matriz artística comum adstrita a uma zona geográfica específica, correspondendo ao Baixo Alentejo e Algarve. A estas

manifestações, deu-se o nome de estelas da Idade do Bronze Médio ou estelas de tipo alentejano ou de tipo I.

Tais monumentos, cujo primeiro estudo sistemático se deve a Martín Almagro Basch (1966), foram individualizados das estelas da Idade do Bronze Final ou estremenhas, verificando, mais tarde, não haver nenhuma relação de evolução estilística entre ambos tipos.

Relativamente ao uso das estelas de tipo alentejano, é largamente aceite que o mesmo seria o de cabeceiras de sepultura, ou seja, usadas fincadas verticalmente no topo de sepulturas do tipo cista (Gomes e Monteiro, 1977, p.309). Representações de correias a suportar objectos ancoriformes ou de cinturões em conjugação com espadas, tal como verificado nos monumentos de Trigaxes I e Pedreirinha, corroboram esta afirmação (Gomes, 1994, p. 29; 2006, p. 51).

O registo arqueológico também comprova este aspecto, notando-se área proximal pouco trabalhada em alguns destes monumentos, nomeadamente Alfarrobeira, Tapada da Moita e Passadeiras I (Gomes, 2006, pp. 50,51). Estelas deste tipo foram encontradas em necrópoles, como no caso da Herdade do Pomar, em Beja, onde, nas proximidades, foi encontrada a estela de Ervidel I, associada em área de necrópole de cistas da Idade do Bronze Médio (Gomes e Monteiro, 1977, p.281). Um segundo caso corresponde à necrópole de cistas de Alfarrobeira, onde uma estela foi encontrada tombada, mas próxima de local onde originalmente estava erguida, junto a um dos túmulos de tamanho mais reduzido e de cronologia mais recente (Idade do Bronze Médio) (Gomes, 1994, p.29).

Relativamente ao seu formato, as estelas de tipo alentejano são, na sua maioria, lajes, mais ou menos espessas, cuja decoração foi feita através do desbaste da área em redor das figuras, de maneira a criar o chamado falso-relevo. Às imagens representadas é, na grande maioria dos casos, aplicado polimento, resultando o efeito denominado “ronde-bosse”.

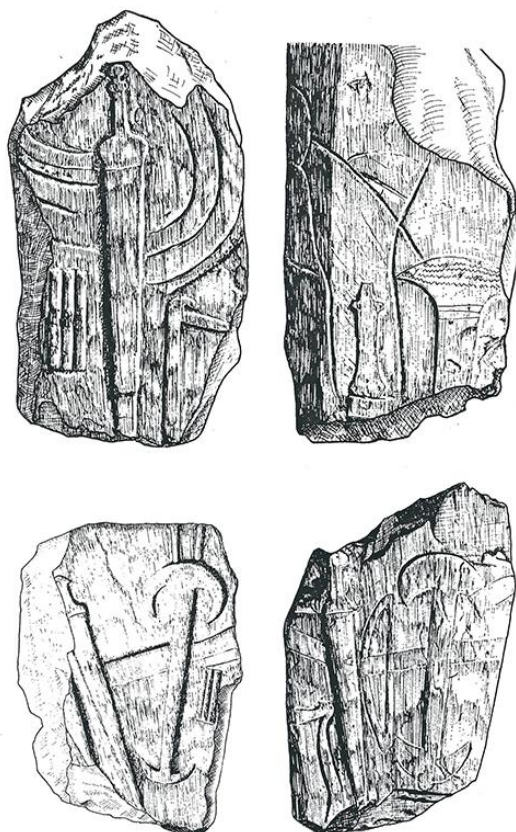


Figura 7 - Estelas de tipo alentejano de Trigaxes I, Mombeja I, Pedreirinha e Santa Vitória (E. Anati, 1968, p.76, figs 81-84)

A sua iconografia é composta por espadas de tipo micénico, espadas curtas e largas, alabardas, machados, símbolos ancoriformes e outras imagens como pares de podomorfos, conforme mostram as estelas de Ervidel I e São João de Negrilhos (Aljustrel). É interessante realçar que estas estelas mostram três sub-tipos. O sub-tipo A, onde surge apenas a associação espada-ancoriforme ou apenas o ancoriforme onde este elemento assume sempre uma posição central, o sub-tipo B, onde se reconhecem os anteriores elementos em conjunto com machados, denotando-se perda de importância do elemento ancoriforme, perdendo a sua posição central e reduzindo em tamanho, alabardas e outros artefactos e o sub-tipo C, sem ancoriforme e com espada, alabarda ou outros artefactos (Gomes, 2006, p.59).

Mário Varela Gomes (2006) realça relação entre os sub-tipos de estelas deste período e alterações das funções de chefia das elites. Verifica-se mais importância concedida a funções sócio-religiosas nos monumentos de sub-tipo I-A, passando a coexistir com funções político-militares num segundo momento, correspondente ao sub-tipo I-B e por fim um domínio completo das últimas, corroborado pelo desaparecimento das formas ancoriformes nos monumentos de sub-tipo I-C (Gomes, 2006, p.59).

Relativamente ao seu significado, podemos observar uma matriz cognitiva base que é a de um suporte, com figuras que representam um estrato social de carácter guerreiro ou heróico, mas que também possui importância religiosa.

5 - AS ESTELAS - INFORMAÇÃO EMPÍRICA

A informação disponível sobre as estelas da Idade do bronze Final do Território hoje português, reside nos catorze exemplares conhecidos. Eles apresentam diversos problemas, tais como a sua reutilização em épocas ulteriores, quer antigas ou tardias, aspecto que não permitiu a sua localização “*in situ*” e a recolha de dados importantes. Outro factor que condiciona a análise respeita relacionar o estado em que a maioria dos monumentos se encontra, devido à fragmentação e mutilação dos suportes e das imagens, o que impede a avaliação correcta do repertório figurativo e a integração em tipologias.

Gostaríamos também de referir a importância de relacionar os monumentos procedentes do território nacional com aqueles que se encontram do lado de lá da fronteira, em Espanha, pois só assim poderemos verdadeiramente criar um acervo da informação sobre a temática em estudo.

No anexo I, que corresponde ao catálogo das estelas da Idade do Bronze Final do território português, estas são apresentadas de acordo com a sua distribuição geográfica, de norte para sul.

5.1 - Dispersão dos Monumentos

Marcada por terrenos bastante acidentados, bacias fluviais de curso vincado e por planaltos extensos, a geografia da Península Ibérica foi desde cedo factor condicionante que se impõe como obstáculo às movimentações de populações e ideias quer dentro do território quer com o exterior.

Não será factor estranho, considerar que as estelas da Idade do Bronze Final terão sido condicionadas por tal geografia, não só na sua implantação espacial mas também pelas ideias representadas no repertório figurativo que exibem, como ainda pelas cenas e entidades presentes nos monumentos de tipologia mais complexa.

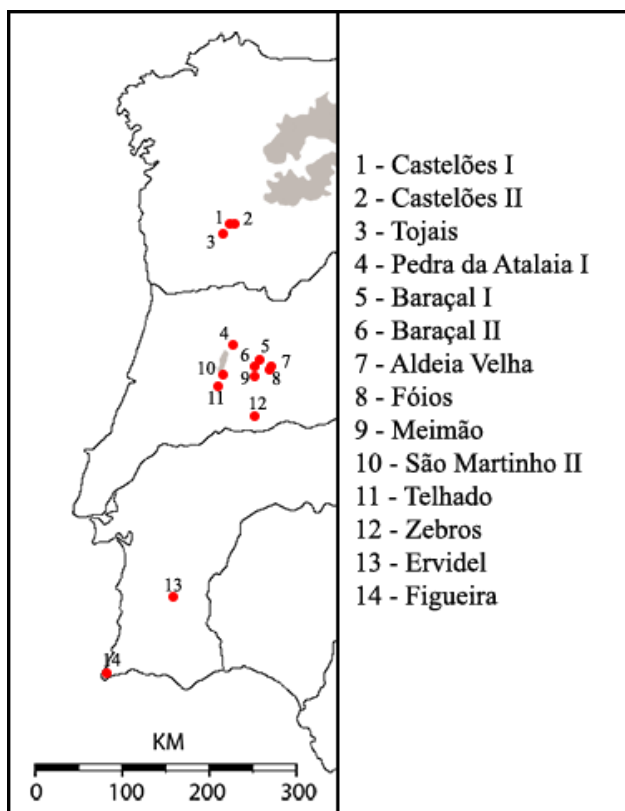


Figura 8 – Mapa de distribuição das estelas em território actualmente português.

A distribuição dos monumentos em território nacional, permite rapidamente observar que a maior concentração dos mesmos ocorre na região da Serra da Estrela e distritos da Guarda e Castelo Branco, zona onde nove dos catorze se encontram dispersos, sendo os restantes cinco divididos pelo Algarve, Alentejo e Vila Real.

Aquele “aglomerado” de monumentos, é composto, na sua quase totalidade, por estelas da tipologia II-A e II-B de Gomes e Monteiro (1977), sendo a única excepção a estela de São Martinho II, de tipologia II-D daqueles mesmos investigadores. Constatado este facto será de denotar que encontramos nesta área, pelo menos até ao momento, o centro da presença de tais monumentos, das duas tipologias referidas, no território nacional, situação semelhante à verificada por Díaz-Guardamino (2011, p.85) no território espanhol, para a província de Cáceres, onde se verifica também uma grande concentração de estelas de sub-tipos II-A e II-B de Gomes e Monteiro (1977).

A autora citada demonstra que, apesar de existirem exemplares em zonas de terreno com diferente morfologia, na sua grande maioria, as estelas das tipologias acima referidas estão concentradas em áreas de terreno acidentado e que, embora estejam próximas de bacias hidrográficas, possuem ainda alguma distância às mesmas, podendo encontrar-se em articulação, com afluentes dos principais cursos fluviais.

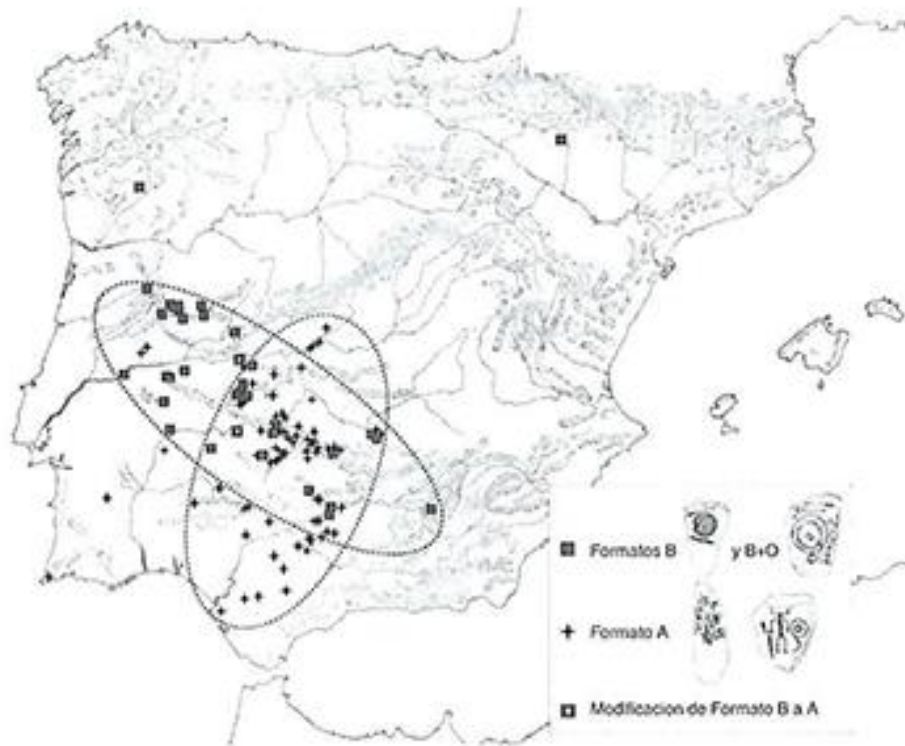


Figura 9 – Mapa de distribuição geográfica das estelas da Idade do Bronze Final na Península Ibérica segundo as formas de Díaz-Guardamino (2011, p.85, est. 3).

É também de realçar que os monumentos referidos possuem na sua iconografia, elementos típicos do Bronze Atlântico, tais como capacetes cónicos, cujas representações surgem em estelas de tipologia mais recuada e que irão sendo substituídos pelos capacetes de cornos de influência mediterrânica em estelas já com figuração antropomórfica (Vilaça, Osório e Santos, 2001, p.352).

Observando a distribuição das estelas do sub-tipo II-C e II-D de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977) ou a forma A de Díaz-Guardamino (2011), rapidamente se verifica que estes monumentos de cariz mais elaborado e com a presença de objectos com características orientalizantes ao invés de atlânticas, se encontram agregados maioritariamente nas bacias fluviais dos rios Tejo, Guadiana e Guadalquivir sendo a sua proximidade aos cursos de tais rios, muito mais evidente.

Uma explicação possível pode residir com a acentuação de trocas comerciais com o Mediterrâneo Oriental, fazendo uso das rotas fluviais, em conexão com as marítimas de forma a facilitar o comércio com populações do “*hinterland*”. Pode ainda relacionar-se com esse acentuar do comércio e o crescimento do poder por parte das elites guerreiras a representação de objectos tais como pinças, capacetes de cornos,

carros de combate e pentes. Assim aqueles monumentos parece terem perdido a sua função inicial de demonstração do poder puramente militar, para demonstração e ostentação da riqueza, por parte das poderosas elites político-militares que governavam as regiões onde as mesmas foram erguidas.

Tendo em atenção a figura 8 na sua totalidade, é fácil observar uma migração dos monumentos à medida que as sua tipologia progride e a complexidade da representações vai aumentando tal como vão surgindo mais para sul, em proximidade ao Mediterrâneo, Oceano Atlântico e à foz dos rios Guadalquivir e Guadiana. Este aspecto oferece a possibilidade de afirmarmos que esta evolução tipológica e sociocultural das populações da Idade do Bronze Final se deveu primariamente à sua permeabilidade a ideias e conceitos vindos de outras regiões da Europa e do Mar Mediterrâneo.

Curiosamente, cerca de dois terços da Península Ibérica encontram-se sem a presença de estelas ou apenas com achados isolados. Tal facto poderá dever-se à falta de mobilidade ou de navegabilidade dos cursos fluviais dessas regiões, tal como ocorre no Norte da Península. No entanto, a zona Sul do território actualmente português também se encontra quase sem a presença de monumentos, apesar de possuir bons cursos fluviais, capazes de permitir a navegação e do terreno em questão ser permeável à movimentação de populações (Girão, 1960, p.24), questão que nos leva a considerar que estas áreas poderão possivelmente vir a revelar novos achados. A proximidade dos monumentos a zonas onde os recursos minerais são abundantes é também um facto notado por Díaz-Guardamino (2010, p.73), este factor terá sido vital para o condicionamento da dispersão das estelas, lembrando que o comércio do estanho e do ouro, foi uma das principais razões do acentuar das relações comerciais nesta época.

5.2 - Matéria-Prima

Os exemplares de estelas encontradas em território actualmente português, foram predominantemente elaborados sobre suportes de granito. De facto, nove das catorze estelas conhecidas usaram esta rocha ígnea, resistente e que dificulta não só a gravação dos motivos, mas também a leitura dos mesmos. Material predominante no Maciço Central (Girão, 1960, p.21), o seu uso confina-se às estelas concentradas na região da Serra da Estrela, Guarda e Castelo Branco, sendo excepção a estela de Tojais

(Alves e Reis, 2011) e de Castelões I e II (Silva, 2014) em Trás-os-Montes. Todavia, a utilização de suporte pétreo em granítico explica-se pela sua localização no Maciço Galaico-Duriense, onde a matéria-prima em questão é bastante abundante (Girão,1960, p.23).

Um segundo grupo de estelas, composto por três monumentos, tem como suporte xistos, rocha de cariz metamórfico cujo trabalho permite maior pormenorização, mas apresentando resistência reduzida, tornando-se mais susceptíveis de sofrerem fracturas ou mutilações, tal como aconteceu com a estela de Meimão (Almagro,1966). Esta sofreu extensiva fragmentação e mutilação, ao ponto de tornar quase impossível a avaliação da tipologia das suas gravuras. No entanto, tal como anteriormente foi referido, a capacidade de permitir a representação de detalhes, origina peças com insculpturas de grande pormenorização como a de Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977), cujo detalhe permitiu rigorosa avaliação tipológica das representações. Relativamente à escolha do xisto enquanto material de suporte, as estelas com tal petrografia encontram-se todas relativamente próximas de locais onde a presença daquela rocha constitui elemento comum no meio ambiente envolvente e, portanto, de fácil obtenção, sem a necessidade de grandes esforços.

Por fim, surge o arenito como terceiro tipo de matéria-prima dos suportes, com apenas duas estelas. Trata-se de rocha de cariz sedimentar, pouco resistente, permitindo, tal como o xisto, maior atenção dada aos detalhes, mas, em contrapartida, é rocha que se deteriora facilmente, perdendo qualidade das gravuras. Constitui bom exemplo a estela de Figueira, que se encontra altamente erodida. As características litológicas das áreas de precedência das estelas de arenito, uma vez mais indica que a matéria-prima em questão está presente nas imediações, tal como foi explicado pelos autores do estudo da estela de Zebros (Henriques, Chambino e Caninas, 2012, p.31).

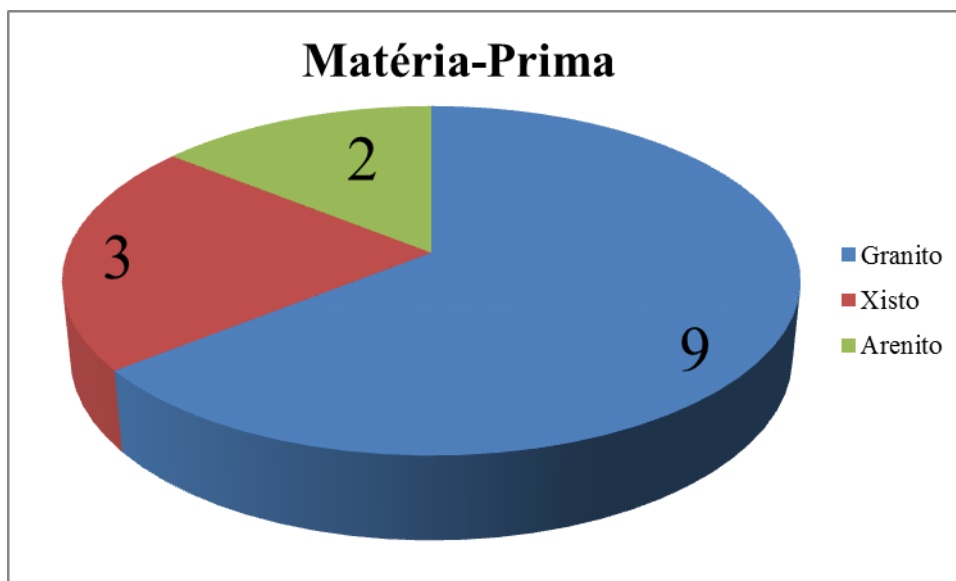


Figura 10 – Gráfico da matéria-prima constituinte das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

A partir dos testemunhos referidos, coloca-se a questão sobre a predominância das matérias-primas locais sobre as não locais. Os resultados obtidos evidenciam que o uso de matéria-prima existente nas proximidades teve sempre primazia sobre a que se encontra distante, mesmo que esta última pudesse permitir maior facilidade de detalhe e pormenorização das imagens, tal como é o caso do xisto e do arenito. No entanto, nos sítios em que existem várias matérias-primas disponíveis, a opção preferencial correspondeu à da rocha mais fácil de trabalhar (Henriques, Chambino e Caninas, 2012, p.31).

5.3 - Forma do Suporte

A forma dos suportes das estelas da Idade do Bronze Final, embora ao longo dos séculos muitas tenham sofrido alterações, constitui atributo importante no estudo das suas funções. Estelas em forma de bloco, como a de Ibahernando, em Espanha (Almagro,1966), foram usadas como banco ou estela funerária em época romana. Monumentos em forma de laje, tais como o de Fóios (Curado, 1986) e o de Tojais (Alves e Reis, 2011) viram também reutilização em casas e enquanto parte de muros de divisão de propriedades.

No repertório de estelas em estudo, a forma das mesmas encontra-se dividida entre as que foram criadas com forma de bloco, a que corresponde dois dos exemplares, as que usaram lajes correspondendo a onze dos monumentos e, por fim, apenas um exemplar que reutiliza e apresenta forma de menir (São Martinho II, Castelo Branco).

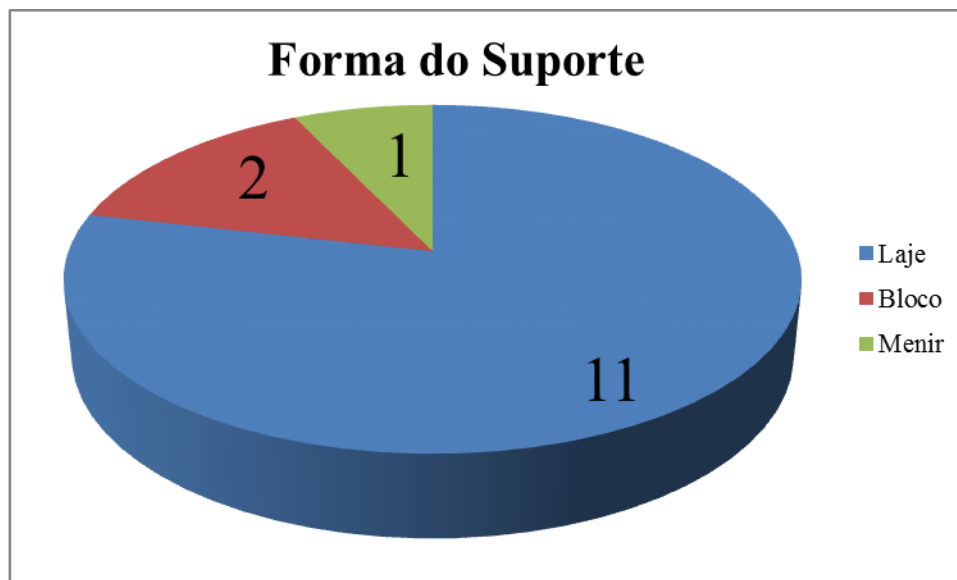


Figura 11 – Gráfico da forma do suporte das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Uma primeira análise colocaria de parte o relacionamento entre a forma dos suportes e as matérias-primas usadas. No entanto, existem vários exemplares de estelas lajiformes em rochas de difícil trabalho, como o granito, e também exemplares em forma de bloco, de que é exemplo a estela de Ervidel II, cuja rocha usada foi o xisto, possuindo características que permitem boa pormenorização das gravuras.

Outro aspecto respeita às estelas de tipologia II-A e II-B de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), que apesar de não possuírem representações antropomórficas, os suportes recordariam ou representariam, de forma esquemática os indivíduos cujas sepulturas assinalariam. Esta ideia parece parcialmente suportada pela presença de uma face esquemática na estela de Aldeia Velha, embora os autores que a deram a conhecer não avancem com qualquer explicação concreta sobre a mesma (Vilaça, Osório e Santos, 2011, p.348).

5.4 - Estado de Conservação

Tal como referimos anteriormente, o estado de conservação das estelas em estudo tem provado ser um dos obstáculos a seu estudo aprofundado, dado que grande parte delas se encontram fracturadas.

Infelizmente, devido à danificação das gravuras, a classificação tipológica dos elementos nelas representados torna-se difícil e certamente não correspondendo à intenção original dos que criaram tais monumentos.

Observando o conjunto formado pelas estelas descobertas em território nacional, chegamos à conclusão de que a grande maioria delas está danificada, quer por fractura do suporte, quer por mutilação das gravuras. Assim sete dos catorze monumentos encontram-se, de alguma forma, amputados.

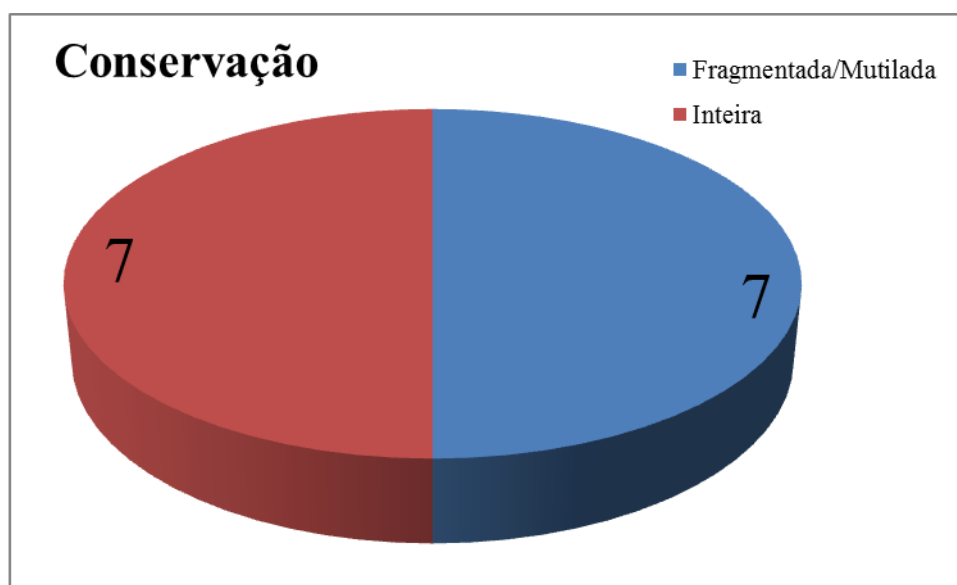


Figura 12 - Gráfico do estado de conservação das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Exemplos de como este aspecto afecta a tentativa de classificação tipológica das estelas ocorrem no exemplar de Pedra da Atalaia I onde uma fractura na zona distal do monumento terá afectado a possível representação de lança (Vilaça, Santos e Gomes, 2011, p.301) e na estela de Meimão, cujos estragos no suporte e nas figuras que restam é tão extenso que coloca em causa as tentativas de classificação daqueles elementos. Verifica-se, na estela da Figueira, onde o material usado no suporte é o arenito, que foi lentamente erodido ao longo do tempo, causando grande perda de detalhe nas gravuras (Almagro,1966, p. 72).

Posteriores reutilizações, tais como as referidas anteriormente, tendem a contribuir também para a perda de informação valiosa dos repertórios iconográficos das estelas.

5.5 - Dimensões

As dimensões das estelas da Idade do Bronze Final é bastante variada, tendo em conta o número de monumentos conhecido, observando-se que uma maioria deles possuem alturas que rondam o 1,50 m. Apesar disso, observam-se também monumentos com alturas acima dos 2 m, embora em número muito mais reduzido. Grande parte deles aparenta altura inferior a 1 m, devendo-se, no entanto, considerar que estas correspondem a fragmentos.

Assim, oito dos catorze monumentos encontrados em Portugal, têm altura compreendida entre 1 m e 2 m, encontrando-se exemplares cujo estado de conservação é, no mínimo, razoável. Outros quatro os monumentos possuem alturas inferiores a 1 m, embora grande parte se encontre facturada, tal como a estela de Zebros (Henriques, Chambino e Caninas, 2012) e a de Meimão (Almagro, 1966). Por fim, temos dois dos monumentos com mais de 2 m de altura, nomeadamente a estela de Telhado, cuja altura é de, 2,67 m e faz dela uma das mais altas das estelas da Idade do Bronze Final da Península Ibérica e certamente a maior do território actualmente português.

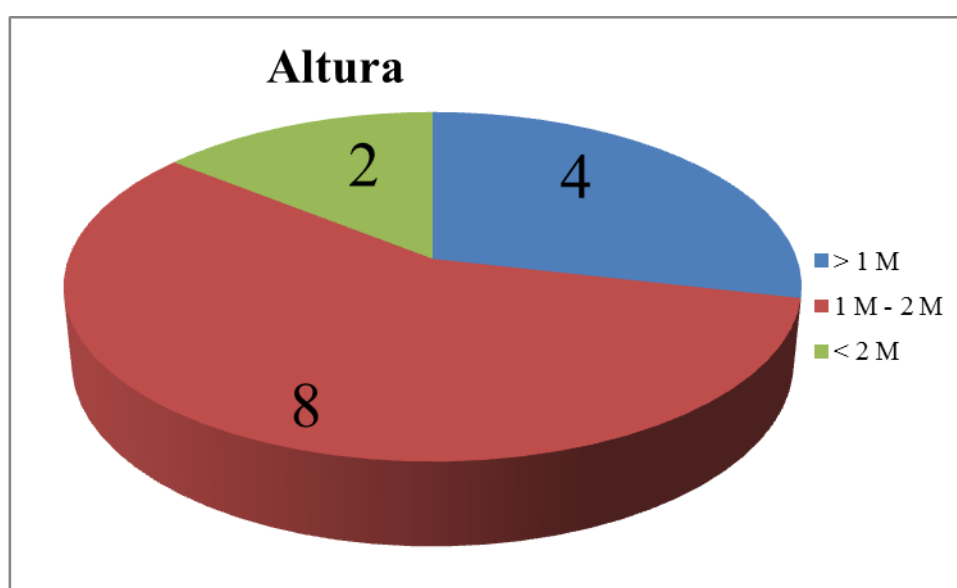


Figura 13 – Gráfico de altura das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Dado que bom número dos monumentos completos apresenta altura superior a 1,40 m, tal pode estar relacionado com a tentativa de representar a estatura de um ser humano, quiçá as entidades guerreiras às quais pertenceriam os bens representados nas gravuras. Quando os monumentos apresentam maiores dimensões, podemos considerar a hipótese de que teriam sido erguidos de forma a tentar criar uma mais marcada ideia de poder, implantando-se em locais com boa visibilidade sobre as áreas adjacentes, e vice-versa sabendo-se que grande parte delas se encontrou em zonas de terrenos acidentados e de altitude ou como o de Ervidel II, na planície alentejana (Gomes e Monteiro, 1977p.284).

Observando os números relativos à largura dos monumentos, verifica-se uma predominância de medidas que se encontram entre 0,50 m e 0,75 m, ou seja contando-se oito monólitos. Estelas com largura inferior a 0,50 m são apenas duas; São Martinho II, com 0,40 m e que deve tal tamanho devido à forma do suporte, um menir reutilizado (Almagro, 1966, p.36), e Zebros, somente 0,24 m de largura, e que deve esta à fragmentação do suporte (Henriques, Chambino e Caninas, 2012, p.31).

Larguras superiores a 0,50 m verificam-se em quatro exemplares, Baraçal I, com 0,83 m (Curado, 1984, p.83), possuindo formato bastante irregular e incomum para estes monumentos, Castelões I com 1,20 m de largura (Silva, 2014, p.625), a maior de todos os monólitos presentes neste acervo, Castelões II com 1,15 m (Silva, 2014, p.626) e Telhado (*Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna, Nº1, 2012*) com uma largura de 0,93 m, a maior dos exemplares conhecidos para o território actualmente português.

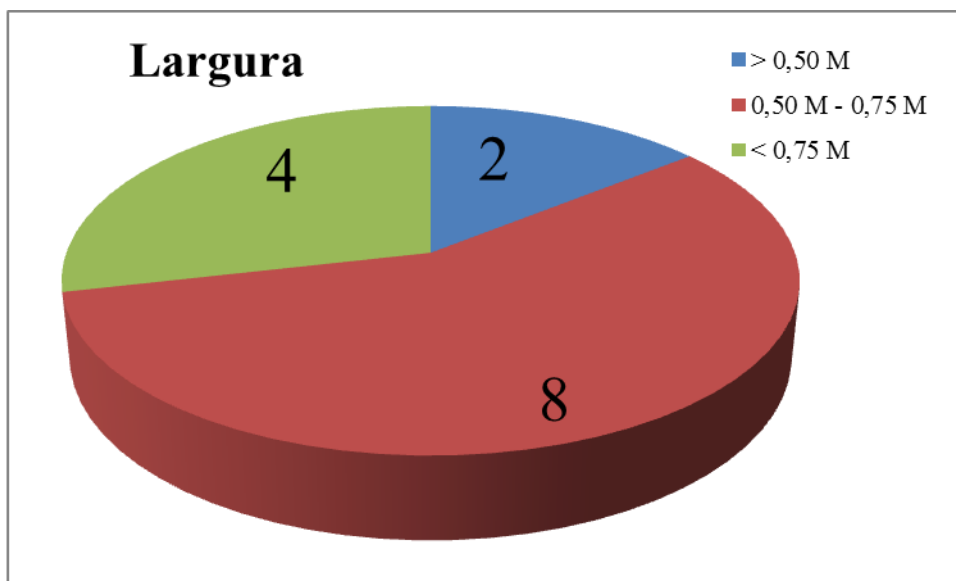


Figura 14 – Gráfico de largura das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Quanto à espessura dos monumentos, estes possuem dimensões que vão de 0,07 m a 0,50 m, existindo apenas um que ultrapassa a última medida referida.

Possuem espessura inferior a 0,25 m, a maioria dos exemplares, ou seja, nove medindo entre os 0,15 m e os 0,24 m constituindo excepção, a estela de Fóios, com 0,07m de espessura. De facto, a estela de Fóios apresenta espessura muito reduzida, devendo-se tal a facto desconhecido. Podemos questionar se o suporte foi propositadamente recolhido com estas dimensões, lembrando que o material que o compõe é o xisto, conhecido por se quebrar facilmente e muitas vezes fracturar naturalmente em forma de lajes, ou se terá sofrido amputação posterior.

Monumentos com espessura entre os 0,25 m e os 0,50 m são apenas quatro.

Resta apenas mencionar a estela de Meimão, para a qual a bibliografia não nos oferece dados sobre a sua espessura.

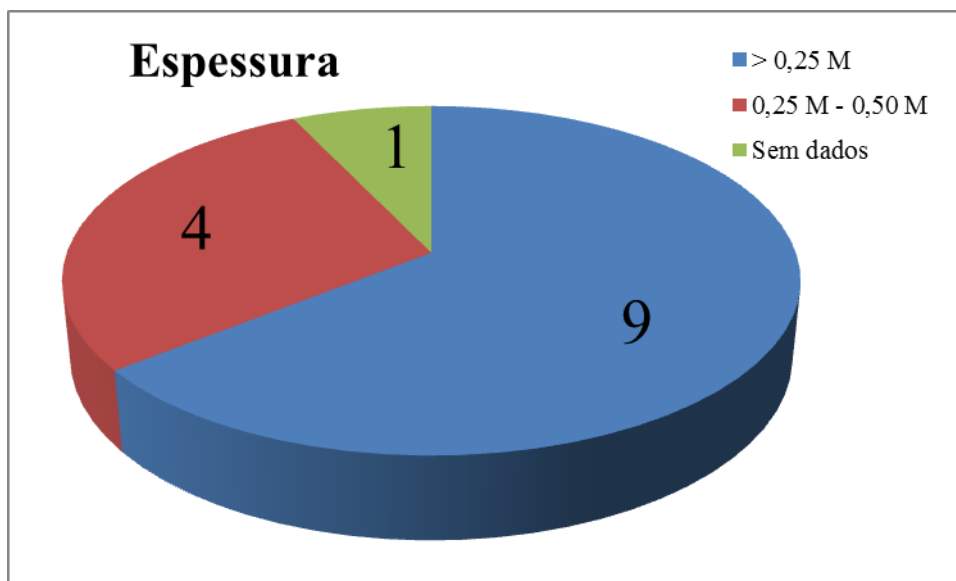


Figura 15 – Gráfico de espessura das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Pretende-se por fim, mencionar a relação entre altura e largura dos monumentos, questão que nos permite observar a existência, ou não, de intenção de proporcionalidade entre dimensões. No entanto, o estado de conservação dos suportes condiciona a obtenção de dados concretos, questão que se verifica também em monumentos que fazem uso de suportes reutilizados, caso de São Martinho II, em que o suporte é um menir.

Para a obtenção da referida proporcionalidade, dividiu-se a altura do monumento pela sua largura, tendo-se feito uso apenas dos dados obtidos em estelas cujo estado de conservação não afecta gravemente a sua iconografia.

Assim sendo, observa-se panorama curioso, com a já referida estela de São Martinho II, tendo a uma proporcionalidade de 5,55 entre altura e sua largura, facto já explicado devido ao seu suporte ser um menir reutilizado.

Apresenta-se grupo de estelas com proporcionalidades semelhantes, nomeadamente a estela de Ervidel II que possui 2,96 e a de Telhado 2,87. Já a da Figueira revela a proporção de 2,21. Um outro grupo, composto pelas estelas de Baraçal I, com proporção 1,86 e de Aldeia Velha com 1,89 sendo bastante incomum em monumentos congéneres.

Por fim, os monumentos de Castelões I e II, com uma proporcionalidade de 1,25 e 1,30, respectivamente, também devem estes número a formato pouco comum no leque de monumentos.

5.6 - Iconografia

A iconografia representada nas estelas da Idade do Bronze Final do território actualmente português, será tratada consoante os tipos de objectos representados.

Pretende-se também fazer aqui o estudo do número de elementos e da estrutura compositiva dos monumentos, tendendo à sua classificação tipológica. Todavia, a tipologia proposta por M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), continua a ser, em nosso entender, mais indicada neste momento, dada à distribuição dos monumentos e os elementos iconográficos que neles surgem, contrariando a tendência verificada em alguns autores de individualizar em demasia cada um daqueles.

5.6.1 – Número de Elementos

Encontra-se intrinsecamente relacionado com a tipologia dos monumentos o número de elementos neles representados, variando mesmo de estela para estela.

No entanto, podemos desde já afirmar que, os monumentos do sub-tipo II-A, nunca mostram mais que três elementos, da estrutura tripartida que os caracteriza. Existem casos em que surgem apenas um ou dois elementos, devido a fractura dos suportes e correspondente perda de iconografia.

Seguem-se as estelas de tipologia II-B, com iconografia variada, que vai desde capacetes, a espelhos, zoomorfos e bastantes elementos indeterminados, resultantes de fractura da suporte ou meramente de representações cuja funcionalidade não nos é possível determinar.

Verifica-se com as estelas de tipo II-C e II-D, a aparição de antropomorfos e o aumento exponencial do número de elementos representados nos monumentos, sendo que para além disso, a estrutura compositiva passar a possuir por vezes, a inclusão de cenas onde as figuras parecem interagir de alguma forma.

Nº	Denominação	Distrito	A	L	E	Escudo	Espada	Lança	Capacete	Arco	Fíbula	Espelho	Pente	Pinça	Antrop.	Zoomorfo	Covinhas	Ind.	Tipo
1º	Castelões I	Vila Real	150	120	20														B
2º	Castelões II	Vila Real	150	115	15			2											C
3º	Tojais	Vila Real	70	74	20														B
4º	Pedra da Atalaia I	Guarda	138	60	22														B
5º	Baraçal I	Guarda	155	83	36														A
6º	Baraçal II	Guarda	190	64	24														B
7º	Aldeia Velha	Guarda	188	53	28														B
8º	Fóios	Guarda	93	66	7														A
9º	Meimão	C. Branco	83	69	?														A
10º	São Martinho II	C. Branco	222	40	40											3		3	D
11º	Telhado	C. Branco	267	93	40														B
12º	Zebros	C. Branco	50	24	17														B
13º	Ervidel II	Beja	175	59	23										3		5		D
14º	Figueira	Faro	164	74	15														C

Quadro 1 – Estelas da Idade do Bronze Final em Portugal (medidas e iconografia).

Após análise do conjunto, podem-se facilmente elaborar algumas observações, nomeadamente em relação à presença constante da estrutura tripartida, de escudo, espada e lança, sendo que dois dos monumentos têm em falta um destes objectos e um terceiro não possui nenhum em questão, podendo tal dever à estrutura compositiva da mesma, que representando uma caça ao cervídeo e tais armas não teriam uso naquele.

Por outro lado, devido à predominância de estelas das duas tipologias mais antigas, a complexidade e número de gravuras aparece como sendo reduzido, restringindo-se nesses casos ao número limitado de possibilidades representados na tabela do Quadro 1.

A presença de covinhas, surge em Aldeia Velha (Vilaça, Osório e Santos, 2011) e em Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977, possuindo a última um número superior de representações e cuja funcionalidade é discutida em capítulo próprio. No entanto, o surgimento das mesmas em redor de figuras antropomórficas cuja representação nos parece remeter para uma concepção de morte, pode relacionar as covinhas com o mundo das forças sobrenaturais.

5.6.2 - Escudos

Os escudos surgem nas estelas da Idade do Bronze Final, como representação de carácter principal nos exemplares dos sub-tipos II-A e II-B (Gomes e Monteiro, 1977, pp. 310,311). Tal facto é verificado não só pela localização central que lhes é oferecida, mas também pelo tamanho das representações que, regra geral, é superior ao dos restantes elementos figurados.

Aquela importância vai-se desvanecer ao longo da baliza cronológica em que se inserem os monumentos, mais especificamente a partir do surgimento de figuras antropomórficas nas estelas do sub-tipo II-C e que irão ocupar o lugar de destaque anteriormente dado exclusivamente a tal peça de armamento.

Representações iniciais de escudos surgem através de vários círculos concêntricos, possuindo uma boa maioria, escotadura em V ou em U. A primeira variante é mais comum no leque de monumentos conhecidos, observando-se orientação da escotadura tanto para a esquerda como para a direita do observador.

Quanto aos monumentos em estudo, observa-se rapidamente o domínio da imagem do escudo. No conjunto dos catorze exemplares conhecidos, todos possuem tal arma, constituindo caso único, a estela de São Martinho II, em que a representação de escudo é feita de maneira diferente (Almagro, 1966, p.37). Dos catorze elementos conhecidos, dez possuem escotadura em V, tais como as estelas de Castelões I e II (Silva, 2014), Baraçal I (Curado, 1984,) Baraçal II (Santos, Vilaça e Marques, 2011), Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977) e a de Figueira (Almagro, 1966, p.72). A estela de Fóios é o único monumento com um escudo cuja escotadura é em forma de U, estando as restantes estelas, Meimão (Almagro, 1966, p.37) e Zebros (Henriques, Chambino e Caninas, 2012) demasiado danificadas para permitir uma leitura tipológica dos escudos presentes. Aquela última possuiria escotadura, apenas não sendo possível entender de que forma.

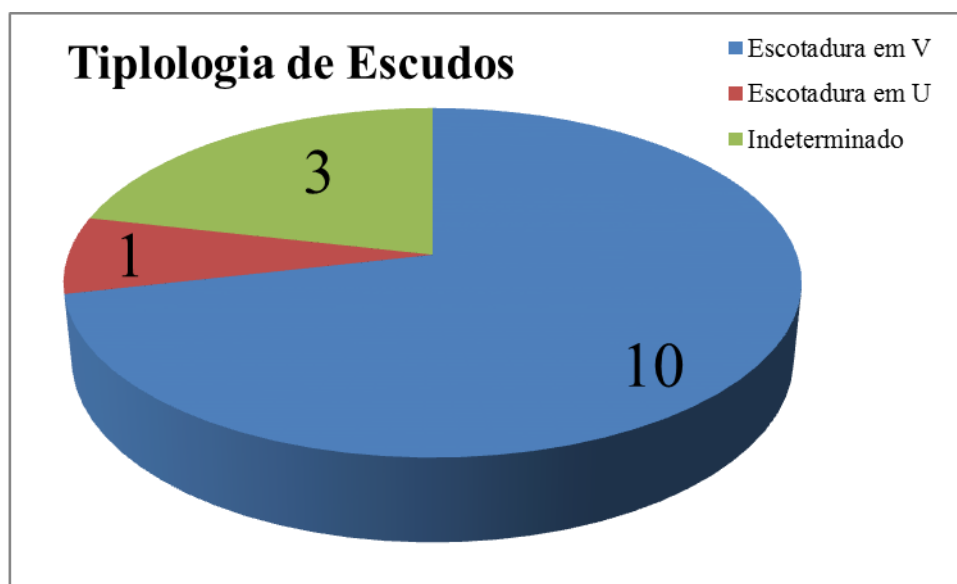


Figura 16 - Gráfico da tipologia de escudos em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Representações mais tardias de escudos em estelas de tipo II-C e II-D, onde o mesmo vai perdendo importância até se tornar um elemento opcional equivalente ao resto do armamento, surgem já escudos sem escotadura presente, ou seja de outra tipologia, questão já vista por Gálan (1993, p.48), sendo que os mesmos surgem primariamente em zonas mais a sul do que as restantes estelas com escudos que possuem escotadura.

No registo arqueológico da Península Ibérica, não se conhecem até ao momento, a existência de escudos das tipologias representadas, questão que se relaciona com o seu alto valor económico e prestigiante, mas acima de tudo com a possibilidade dos mesmos

terem sido criados em materiais perecíveis, sendo apenas mantida a ideia geral do artefacto. Conhecem-se no entanto escudos semelhantes aos de escudadura V do Bronze das Ilhas Britânicas (Guardamino, 2010, p.364), possível local de origem do conceito.

5.6.3 - Espadas

Surgindo como um dos elementos mais comuns em todos os sub-tipos de estelas, as espadas ofereceram variados formatos e tipologias, embora o esquematismo, de algumas representações, torne a classificação das mesmas, algo difícil.

No entanto, após análise do conjunto em estudo, cremos ter conseguido identificar pelo menos duas tipologias de espadas, correspondendo a diferentes cronologias.

Os exemplares de tipologia mais antiga, circunscrevem-se a cinco representações pistiliformes, conforme ocorre nos monumentos de Castelões I (Silva, 2014), Baraçal I (Curado, 1984), Baraçal II (Santos, Vilaça e Marques, 2011), Pedra da Atalaia I (Vilaça, Santos e Gomes, 2011) e Telhado (*Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, Nº1, 2012). Eles integram uma primeira fase da Idade do Bronze Final onde predomina a influência atlântica, ou seja, situada entre os séculos XII a X a.C (Silva e Gomes, 1992, p.122).

Outro sub-tipo, surge apenas em dois monumentos, a estela de Ervidel II, onde a espada representada à cintura da figura antropomórfica de maiores dimensões, nos parece ser em língua de carpa, apresentando empunhadura maciça (Gomes e Monteiro, 1977, p.299) e na de Castelões II (Silva, 2014, p. 626). A presença deste tipo de arma remete-nos para cronologia mais tardia. (Silva e Gomes, 1992, pp. 123,124).

Infelizmente, ao maior conjunto de espadas pertence às de forma indeterminada, onde por variadas razões, que vão desde a fragmentação ou deterioração das gravuras, até ao extremo esquematismo das mesmas, não nos é possível atribuir tipologia. Menciona-se também a inexistência de uma espada na estela de Figueira, único caso em que tal se verifica.

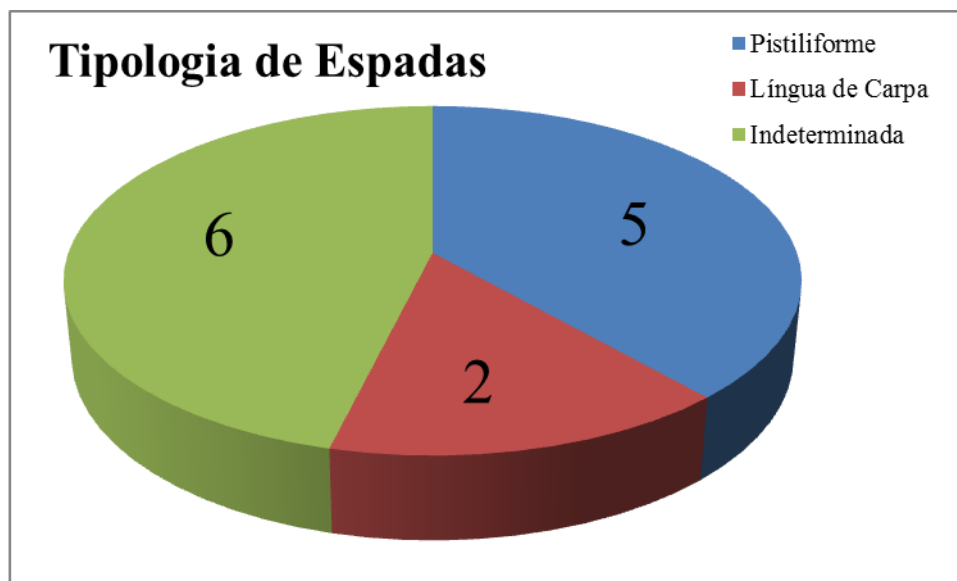


Figura 17 - Gráfico da tipologia de espadas em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Quanto ao posicionamento das espadas nas estruturas compositivas, as mesmas seguem em estelas dos sub-tipos II-A e II-B, a composição tripartida, localizando-se sob o escudo e situando-se a lança por cima do mesmo. Observam-se orientações para a esquerda ou para a direita do observador, muitas vezes em sentido oposto ao da posição da lança. Constitui excepção a estela de Tojais (Alves e Reis, 2011), onde a espada surge associada a escudo e a lança, embora a última se encontre em posição perpendicular. No entanto, a presença de canídeo e de variadas fracturas, colocam a possibilidade da mesma poder ser de uma tipologia mais avançada, onde o primitivo posicionamento do armamento por vezes sofre alterações.

Nas estelas dos sub-tipos II-C e II-D, as espadas surgem, por vezes, à cintura das figuras antropomórficas, conforme acontece em Ervidel II. A sua representatividade no contexto arqueológico é reduzida, podendo-se afirmar como razões para essa situação, o facto de primariamente serem objectos de prestígio cuja posse denotaria algum estatuto por parte do utilizador e também pela reutilização das mesmas, facto relacionado com o anterior.

Por fim, a presença deste tipo de artefactos está relacionada com a deposição dos mesmos, quer em cursos de águas, quer em meio terrestre como oferta a divindades, constituindo como possível exemplo a espada de Cacilhas, de tipologia pistiliforme e que foi encontrada na foz do rio Tejo (Guardamino, 2010, p.361), junto à margem sul do mesmo durante operações de dragagem.

O relacionamento entre espadas e estelas não parece ter, pelo menos no caso do território português, alguma relação específica, sendo que o seu número é bastante reduzido e a concentração das estelas surge em zona tidas como de passagem (Guardamino, 2010, p.362) e em número bastante superior.

5.6.4 - Lanças

A presença de lanças nos monumentos em estudo, surge como uma das figuras de armas mais comuns, fazendo as mesmas parte de três tipos.

Quanto à sua tipologia, a maioria das lanças enquadra-se em formas foliáceas, ou seja, ovaladas e alongadas, embora devido ao seu esquematismo, é, por vezes, difícil determinar atributos.

No entanto, apesar disso, sete das estelas possuem representações de lanças foliáceas, nomeadamente Castelões I e II (Silva, 2014), Aldeia Velha (Vilaça, Osório e Santos, 2011), Baraçal I (Curado, 1984), Telhado (*Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, Nº1, 2012), Tojais (Alves e Reis, 2011) e Zebros (Henriques, Chambino e Caninas, 2012).

Quanto a representações de lanças de tipologia mais tardia, existe o exemplar de Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977), em língua de carpa.

Quatro monumentos mostram lanças cuja avaliação tipológica se torna difícil, devido ao esquematismo usado ou simplesmente devido a fracturas do suporte. Estas encontram-se nas estelas de Castelões II (Silva, 2014), Baraçal II (Santos, Vilaça e Marques, 2011), Figueira (Almagro, 1966), Fóios (Curado, 1987) e Meimão (Almagro, 1966). A estela de Figueira mostra lança de recorte pouco comum, pois apresenta forma trapezoidal.

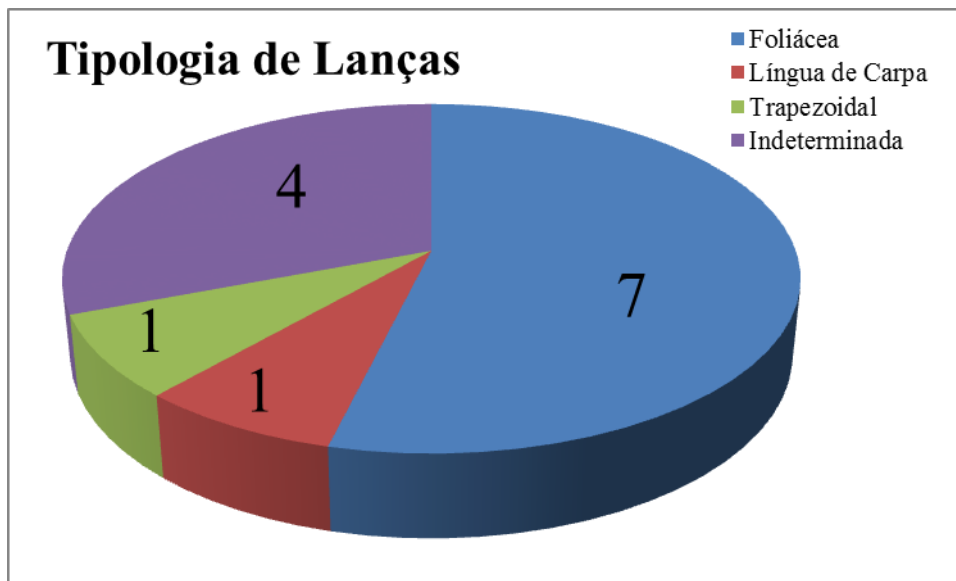


Figura 18 - Gráfico da presença de lanças em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

O monumento de Pedra da Atalaia I terá tido representação de lança que muito certamente desapareceu aquando da sua fractura (Vilaça, Santos e Gomes, 2011, p.301). São Martinho II é a única estela onde não se observa qualquer vestígio da existência de lança.

Caso curioso apresenta-se em Castelões II, onde o autor aponta a existência de uma segunda ponta de lança de topologia indeterminada, a par de uma primeira lança de características foliáceas (Silva, 2014, p.626).

5.6.5 - Capacetes

A presença de capacetes em estelas da Idade do Bronze Final surge a partir do sub-tipo II-B de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), ou seja, a partir do momento em que a estrutura compositiva dos monumentos começa a evoluir para lá da simples representação tripartida que caracteriza os monumentos do sub-tipo II-A.

Nos monumentos em estudo, a sua presença resume-se a apenas dois exemplares, um na estela de Aldeia Velha e outro na estela de Telhado. Ambos monumentos integram o sub-tipo II-B e possuem características que nos levam a classificar tais imagens como correspondendo a capacetes cónicos de influência marcadamente atlântica.

Em dois monumentos do sub-tipo II-B, pode pensar-se na presença de capacetes, devido à sua localização na estrutura compositiva. No entanto, devido a fragmentação dos suportes, na estela de Zebros (Henriques, Chambino e Caninas, 2012) e na de Baraçal II (Vilaça, Osório e Santos, 2011), a representação de capacetes foi afectada, verificando-se possível representação parcial dos mesmos.

Após análise dos monumentos em território espanhol, observamos que a presença de capacetes não só foi muito mais difundida, como também existe variação tipológica, surgindo representações de capacetes de cornos. As suas representações são extremamente impressionantes em monumentos dos sub-tipos II-B e II-C, substituindo quase inteiramente os de influência atlântica. (Vilaça, Osório e Santos, 2011, p.352). Constituem excelentes exemplos as estelas de Alamillo (Galán, 1993, p.104) e a de Magacela (Almagro, 1966, p.79).

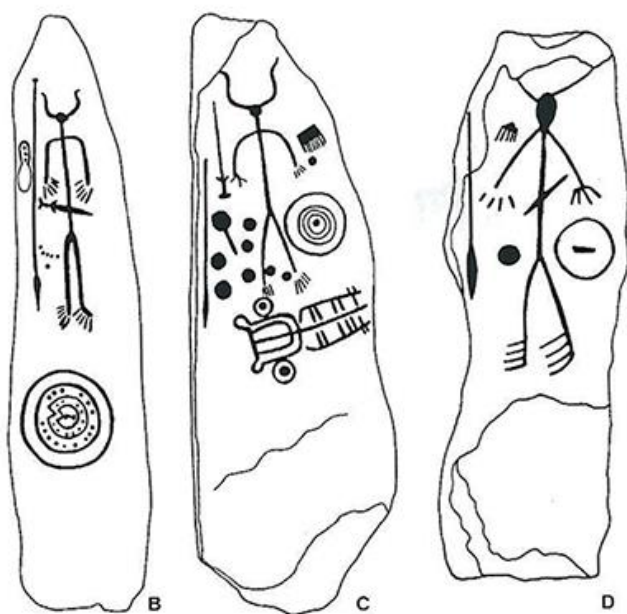


Figura 19 – Representações de capacetes de cornos em estelas da Idade do Bronze Final (seg. Gomes, 1990, p.62, fig.4)

O aparecimento de capacetes pode relacionar-se com o afastamento da iconografia tripartida e a necessidade, por parte das elites, de demonstrarem poder através da ostentação de objectos de cariz prestigiante, surgindo juntamente com este, pinças, fíbulas, espelhos e pentes. Relativamente à falta de exemplares de capacetes de cornos em território nacional, a mesma deve-se ao facto desta tipologia de armamento estar intimamente relacionada com estelas dos sub-tipos II-C e II-D, monumentos dos quais existem apenas dois exemplares conhecidos em Portugal. Todavia, Todavia, estela

de tipo diferente das agora tratadas (São Martinho I, Castelo Branco) mostra dois personagens com desenvolvidos capacetes de cornos.

São conhecidos no entanto, exemplos da presença de capacetes cónicos no registo arqueológico, nomeadamente o exemplar de Vila Coba de Perrinho, no distrito de Aveiro (Guardamino, 2010, p.364).

5.6.6 - Arcos

Apesar da única representação de arco surgir na estela de São Martinho II (Almagro, 1966, p.37) para o território actualmente português, eles constituem elemento bastante comum nos monumentos encontrados em território espanhol, integrando, na sua quase totalidade, monumentos dos sub-tipos II-C e II-D (Gomes e Monteiro, 1977, pp.313,314).

O seu uso, bastante bem representado na já referida estela de São Martinho II, parece prender-se, neste caso, com a caça de grande porte, nomeadamente a de cervídeos. O seu uso generalizado na guerra não pode ser descartado. Não obstante, as elites guerreiras da Idade do bronze Final surgem mais relacionadas com as espadas, escudos e lanças, armamento que depende do combate corpo a corpo para o seu uso pleno e correcto.

Há que relembrar também que a caça é considerada para a Idade do Bronze do Mediterrâneo uma actividade estreitamente relacionada com o prestígio e as classes governantes, questão já abordada anteriormente por Celestino no seu estudo sobre as estelas de guerreiro e diademadas (2001a, pp.160,161) e por M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977, p.299).

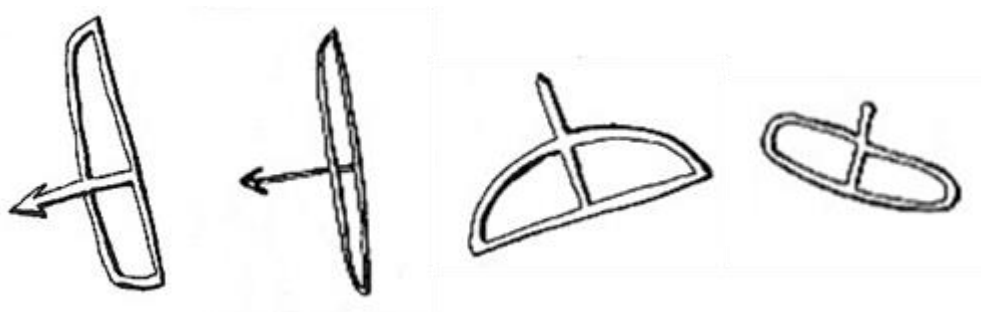


Figura 20 – Representações de arcos nas estelas de Alamillo, Capilla III, Cuatro Casas e El Viso I. (seg. Celestino 2001, pp. 392, 374, 415, 394).

Os arcos conhecidos no território espanhol surgem nas estelas de Alamillo (Celestino, 2001, pp. 392,393), Capilla III (Celestino, 2001, 374-375), Cuatro Casas (Almagro, 1966, p. 102), Ecija III (Gálan, 1993, p.109), El Viso I (Gorbea, 1977, p.173), El Viso VI (Celestino, 2001, p.402) e Monte Blanco (Gálan, 1993, p.100), todas elas monumentos dos sub-tipos II-C e II.D.

5.6.7 - Fíbulas, Espelhos, Pentas e Pinças

A decisão de agregar num só ponto (5.6.7) objectos como as fíbulas, os espelhos, os pentas e as pinças, prende-se não apenas com o uso que os mesmos tiveram, nomeadamente no cuidado da aparência corporal e da indumentária, mas acima de tudo com o que a sua representação nas estelas da Idade do Bronze Final significa para a sua cronologia, tipologia e questões de cariz cultural das populações que as ergueram.

De facto, este tipo de objectos aparece em monumentos do sub-tipo II-B de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), sendo aliás um dos factos que os destaca dos monumentos do sub-tipo II-A. A sua presença acentua-se com a evolução das estruturas compositivas e da cronologia, com os sub-tipos II-C e II-D, onde se fez sentir a presença de antropomorfos semi-naturalistas e a representação de cenas.

As representações de fíbulas nas estelas em estudo, é extremamente reduzida, tendo como exemplos claros apenas as estelas de Ervidel II e de São Martinho II, existindo ainda a possibilidade de representação de tal artefacto no monumento de Aldeia Velha (Vilça, Osório e Santos, 2011, pp. 352,353), aspecto que não corrobora, preferindo remeter aquela imagem para o conjunto dos objectos indeterminados.

Relativamente à tipologia das fíbulas, a estela de Ervidel II possui representação que indica o tipo Cassibile, com origem na Sicília no período entre 1000 e 750 a.C. (Brea, 1972, pp.145,146, fig.33) e cuja presença em outras estelas de Espanha é comum. A pormenorização é variada, surgindo na grande maioria, representações de formas bastante esquemáticas (Gomes e Monteiro, 1977, p.324).

A estela de São Martinho II, é um exemplo do que foi referido anteriormente, ou seja, a representação da fíbula foi feita de forma esquemática, mas que apesar disso, continua a ser facilmente identificada com tipo Cassibile.

É importante também referir que a presença de fíbulas nos monumentos encontrados em território nacional se restringe aos exemplares do sub-tipo II-D, ou seja à formas compositivas mais complexas onde a presença individual do guerreiro é integrada em cenas, tais como a representação de caça aos cervídeos presente em São Martinho II.

Se as fíbulas parecem ter pouca expressão, os espelhos ocupam um patamar de referência nos casos em estudo, sendo a sua presença bastante comum e inclusive possuindo várias formas, umas mais outras menos esquemáticas.

A sua importância é denotada pela representação em estelas do sub-tipo II-B, incluindo monumentos tais como Pedra da Atalaia I, onde a presença daquele artefacto representado por forma oval com cabo (Vilaça, Santos e Gomes, 2011, p.300), permite a classificação tipológica do monumento que, devido a fractura na zona distal, poderia ser remetido para tipo anterior.

Apesar da existência em diversos monumentos, e possuindo formas bastante diferentes, a sua tipologia permanece por estabelecer, talvez devido ao esquematismo das representações, como ao facto de se desconhecem os seus protótipos em território peninsular. Quanto à sua origem será sem dúvida o Mediterrâneo Oriental, estando associados aos restantes elementos do mundo fenício-tartésico da Andaluzia Ocidental (Pingel, 1974, pp.12,15, fig.6), mas também ao Micénico Recente III, surgindo na Sicília em sepulturas associadas a este horizonte (Gomes e Monteiro, 1977, p.324).

A presença de pentes nos monumentos em estudo resume-se apenas a uma representação na estela de Ervidel II. A sua origem, tal como referido para outros objectos deste subcapítulo, é o Mediterrâneo Oriental (Pingel, 1974, pp.12,15, fig.6) São conhecidos espelhos de bronze em túmulos de La Aliseda e La Joya, ambos em Espanha, tendo M.V. Gomes (1990, p.75) apontado como protótipos mais recuados, exemplares dos túmulos micénicos de Dendra. Exemplares semelhantes verificam-se em necrópoles de Creta e Chipre, onde foi encontrado um espelho dos finais do século XIII a.C., uma pinça de bronze e fíbulas com cronologias semelhantes aos objectos representados na estela de Ervidel II (Gomes, 1990, p.76).

Após análise comparativa com os monumentos encontrados em território espanhol, rapidamente se constata o facto, de que a esmagadora maioria de representações de pentes se inclui nos monumentos dos sub-tipos II-C e II-D, tal como ocorre nas estelas de Alamillo, Atégua, Cabeza de Buey II e Cabeza de Buey III, em Espanha, e nos três exemplares do território português.

O surgimento de representações de pinças é algo bastante incomum no repertório figurativo das estelas. Desde logo, no acervo de monumentos encontrados em território nacional apenas a estela de Ervidel II oferece representação certa deste tipo de objectos. Também no território espanhol, surgem pouquíssimos exemplares, sendo os mesmos de leitura duvidosa, quer devido a fractura do suporte em Aldea del Rey II (Celestino, 2001, p.412) ou no caso de Écija III (Celestino, 2001, p.425), devido à forma estranha da representação.

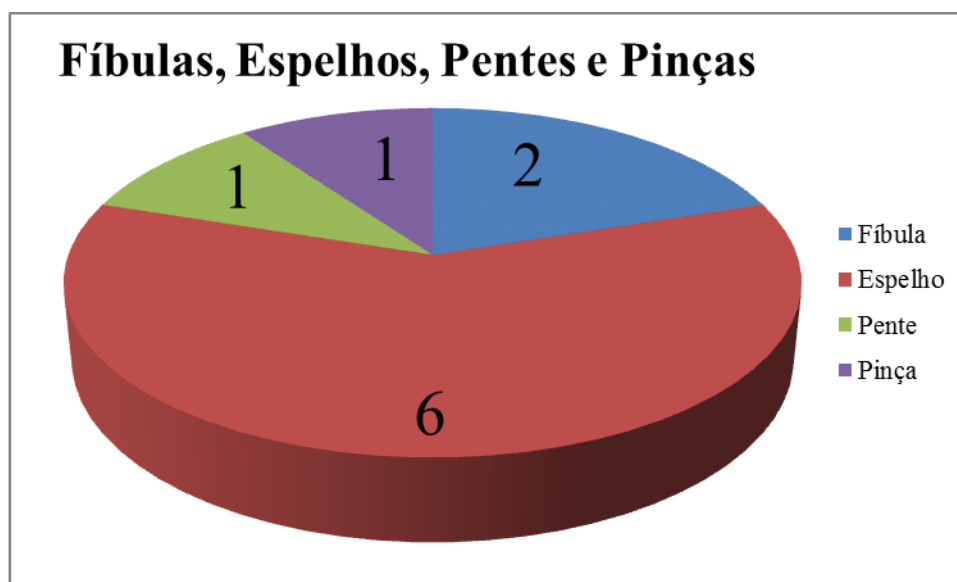


Figura 21 -Gráfico da presença de objectos de cuidado com a aparência e indumentária em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

No registo arqueológico, é importante mencionar o monumento funerário da Roça do Casal do Meio, em Sesimbra, onde se exumou uma fíbula de cotovelo, com mola simples, de bronze, bastante semelhante a formas da segunda fase da Cultura de Pantalica (Cassibile), duas pinças de bronze, de tamanhos diferentes, e pente de marfim, originário dos elefantes do Norte de África. (Gomes e Monteiro, 1977, p.324). Datações de carbono 14 para os restos osteológicos dos dois indivíduos, indicam média ponderada de 2790 +/- 30 BP, ou seja, 1004-835 cal. AC. (Vilaça e Cunha, 2005, p.52)

A presença dos artefactos acima referidos, quer nas estelas, quer na cultura material, sugere que algures durante a transição do século X para o século IX, surgiram novas ideias que lentamente se vão enraizando nas populações da Península Ibérica, reflectidas nas estelas dos sub-tipos II-B, II-C e II-D. Os dois últimos, em conjunto com a sua localização, levam-nos a considerar a possibilidade de um acentuar de trocas comerciais com o Mediterrâneo Oriental, através de rotas marítimo-fluviais.

5.6.8 - Formas Antropomórficas

O surgimento de formas antropomórficas nas estelas da Idade do Bronze Final, sinaliza mudança de concepção compositiva e ideológica.

Deve-se ter em conta que o principal objectivo das estelas em estudo não seria tanto o da representação de peças de armamento, ligadas ao cuidado da imagem do guerreiro ou inclusive de meras cenas de sua vida mas, acima de tudo, o significado que estes elementos tinham para o ser humano que representavam, e que seria, no fundo, a questão mais importante em todo o monumento.

É afastada a presença de figuras antropomorfas em estelas dos sub-tipos II-A e II-B, existindo apenas um caso curioso, o de Aldeia Velha I, onde o capacete cónico, surge com uma face antropomórfica altamente esquematizada. No entanto, embora não querendo avançar com a proposta, os autores que a deram a conhecer não deixaram de colocar a possibilidade de poder ser apenas a representação de uma viseira, fazendo parte integrante da peça de armamento referida (Vilaça, Osório e Santos, 2011, p.348).

Existe, não obstante, teoria que considera o suporte como constituindo representação vagamente antropomórfica, em estelas das tipologias acima referidas, estando os restantes motivos gravados na sua superfície, como se o guerreiro os estivesse a segurar (Gomes, 1990, pp.73,74).

O surgimento de imagens antropomorfas está inerentemente associado à perda de importância de certos elementos, tal como o escudo, figura principal em peças dos sub-tipos II-A e II-B e à associação de outros directamente à figura humana, tal como acontece no caso de Ervidel II, onde a espada surge à cintura do antropomorfo (Gomes e Monteiro, 1977, p.299).

O repertório de figuras de carácter antropomórfico no conjunto de estelas em estudo, restringe-se a apenas quatro casos. Destes, apenas em um surge mais que uma figura, na estela de Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977, p.302).

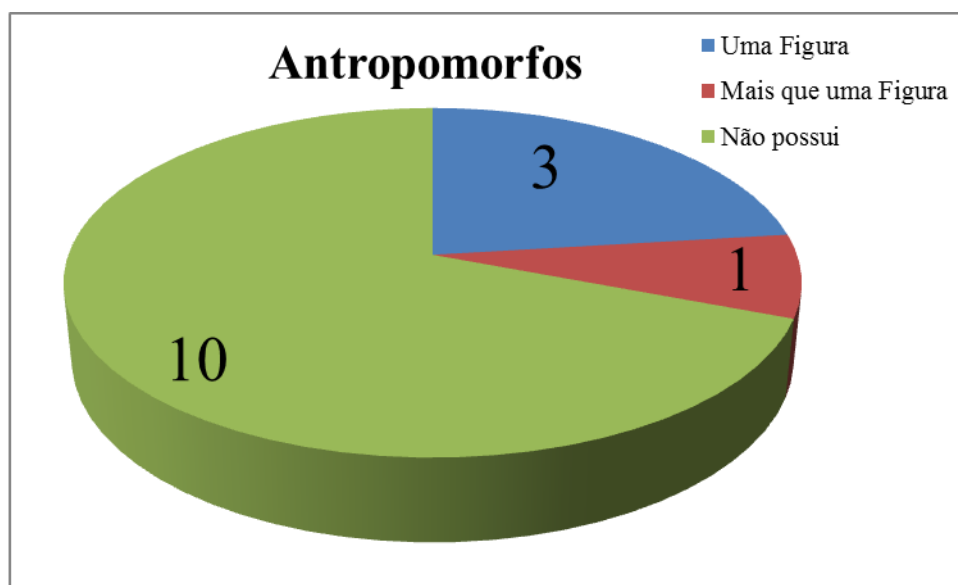


Figura 22 - Gráfico da presença de figuras antropomórficas em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Nos restantes três casos, Figueira e São Martinho II (Almagro, 1966, pp.22,37), e Castelões II (Silva, 2014, p.626), possuem apenas a representação de uma figura antropomorfa semi-naturalista ou esquemática, estando a segunda associada a cena de caça.

Nas estelas de Ervidel II e Figueira, a posição das figuras antropomórficas, uma de braços flectidos ao alto e a outra com apenas um braço flectido e erguido, permite colocar a possibilidade daquelas tentarem obter intervenção divina perante entidades sobrenaturais ou, até mesmo, tal como no caso daquele primeiro monumento, corresponderem elas próprias a entidades heroicizadas ou semidivinas, verificando-se semelhanças entre a postura dos antropomorfos referidos e os “smithing gods” do Mediterrâneo Oriental (Gomes, 1980, pp.68-71), zona que teve bastante influência na Península Ibérica devido às trocas comerciais então ocorridas.

No monumento de Ervidel II, surgem duas outras figuras antropomórficas, de estatura reduzida e em posição horizontal, sugerindo deposição mortuária para ambas, certamente relacionadas com a figura de maior dimensão e que parece dominar a cena. Dois dos antropomorfos, incluindo o de dimensões superiores surgem nus, devido a representações fálicas nos mesmos, tendo já sido relacionado este aspecto com uma

dimensão sagrada e relacionada com o mundo subterrâneo (Gomes, 1990, p.71). O surgimento de figuras fálicas, remete para um conceito conhecido das divindades greco-orientais, conotadas com virilidade, traços próprios do guerreiro (Gomes, 1990, p.71).

A presença das figuras de menor estatura, em posição estática, sugere a possibilidade de representação de indivíduo de maiores proporções no mundo dos mortos, acompanhado pelo que M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977, p.314), consideram ser ou um duplo espiritual, ou representação feminina, hipótese que indicaria para um possível “*sati*” e assim de uma dualidade entre divindades de sexo feminino e masculino (Gomes, 1990, p.80).

Casos de representações semelhantes são bem exemplificados pela estela de Ategua (Gálan, 1993b, p.108), monumento que possui cenas, incluindo o de uma figura fálica de dimensões superiores que está posicionada sobre outra de dimensões reduzidas e que jaz horizontalmente relativamente à primeira.

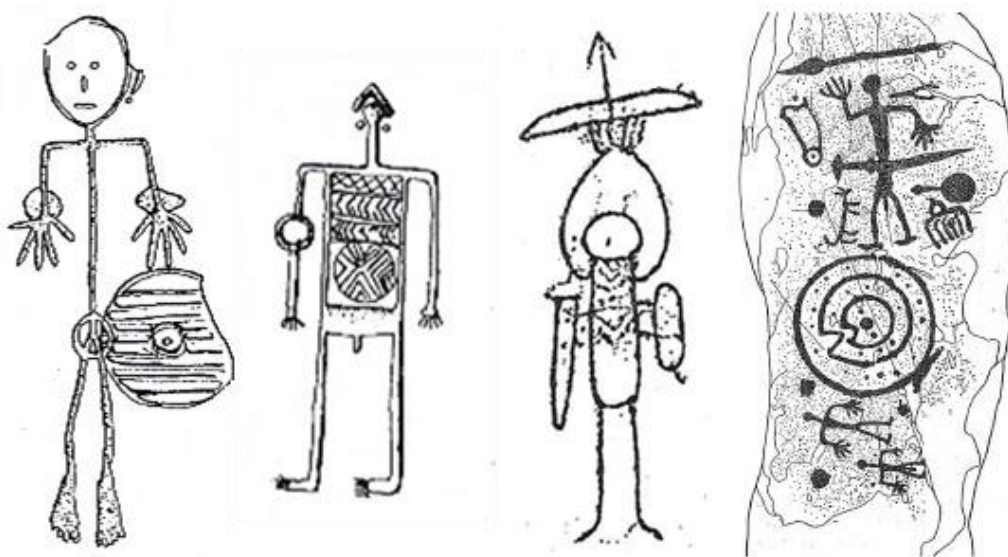


Figura 23 – Representações variadas de figuras antropomórficas das estelas de Torrejón el Rubio III, Ategua, São Martinho II e Ervidel II (seg. Celestino, 2001, pp. 332 e 430; Gomes e Monteiro, 1977, pp. 315 e 298, figs 4 e 7).

Podemos, desde logo, afirmar que independentemente da origem divina ou mortal das figuras de maiores proporções, as mesmas encontram-se sem dúvida numa posição de controlo e com maior importância perante as demais, características da estrutura social estratificada das populações da Idade do Bronze Final da Península Ibérica.

5.6.9 - Formas Zoomórficas

As representações zoomórficas surgem nas estelas da Idade do Bronze Final através de formas altamente esquemáticas, conhecendo-se quadrupedes; canídeos e uma figuração de cervídeo, no monumento de São Martinho II (Almagro, 1966, p.37).

No conjunto de monumentos em estudo, apresentam-se quatro casos cujo repertório gravado possui zoomorfos. Nos quatro casos trata-se de canídeos, nas estelas de Castelões II, Ervidel II, de Tojais e São Martinho II, onde participam na caça (Silva, 2014;Gomes e Monteiro, 1977;Alves e Reis, 2011; Almagro, 1966).

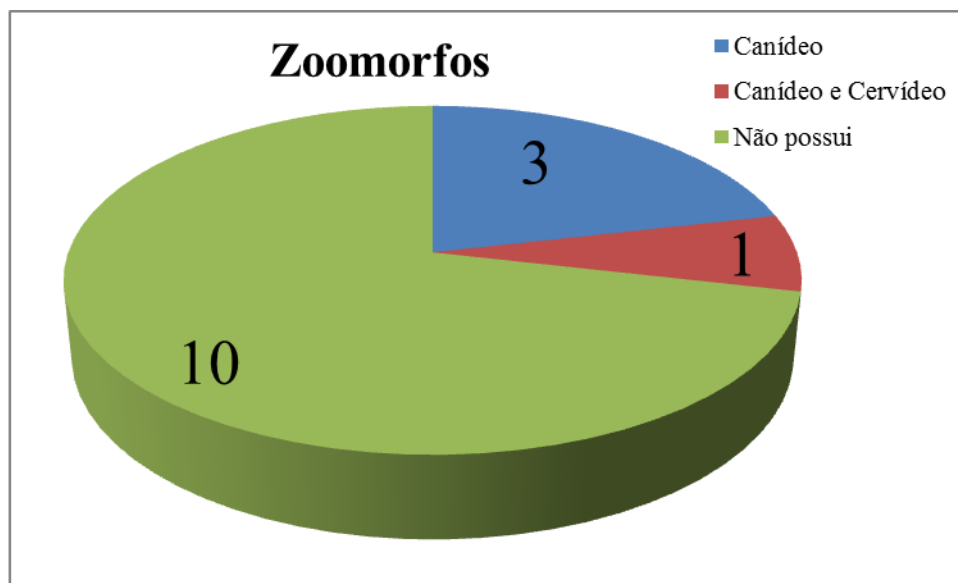


Figura 24 - Gráfico da presença de zoomorfos em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

Não se conhecem até ao momento, representações de cervídeos isolados ou constituindo cenas em estelas da Idade do Bronze Final exceptuando o caso de São Martinho II. Nos exemplares encontrados em território espanhol, a presença de canídeos continua a verificar-se, sendo a sua esmagadora maioria, representada em estelas de tipologia mais tardia, nomeadamente dos sub-tipos II-C e II-D, acompanhando as representações de antropomorfos, (Celestino, 2001; Gálan, 1993).

Naqueles observamos, também, a presença de quadrupedes esquemáticos, possivelmente cavalos, associados às representações de carros, não se conhecendo nenhum destes, até ao momento, nas estelas portuguesas.

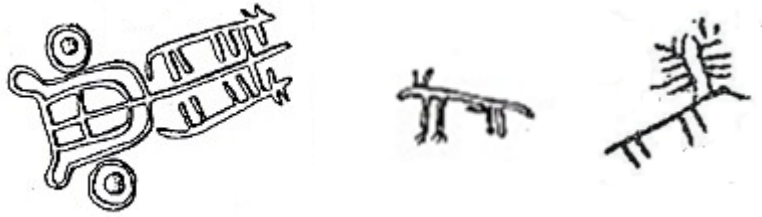


Figura 25 - Representações variadas de zoomorfos em estelas da Idade do Bronze Final nos monumentos de Cabeza de Buey I, Ategua e São Martinho II (seg. Celestino, 2001, p.361 e 430; Gomes e Monteiro, 1977, p.315, fig. 7).

Devemos considerar a presença de canídeos nas estelas como associados à guerra e, acima de tudo, à caça, sinal por excelência do comportamento das elites, substituindo a guerra enquanto forma de exaltação do guerreiro, conferindo prestígio e estatuto (Gomes, 1990, p.81). Os mesmos surgem associados, de acordo com Blázquez (1957-1958, pp.39,40), no mundo grego, acompanhando os seus donos depois da morte, tendo surgido esqueletos de canídeos, no Algarve, em cistas da Idade do Bronze Final (Gomes, 1990, p.81).

5.6.10 - Indeterminados

O surgimento de imagens cuja identificação no mundo real é difícil ou impossível, é uma realidade, devido à mutilação e fragmentação dos suportes, ou a corresponderem a figuras para as quais não encontramos paralelos.

Algumas figuras colocam-nos dificuldades de interpretação e dúvidas devido à dificuldade de compreensão das mesmas ou simplesmente pelo carácter único que têm no leque conhecido de monumentos desta cronologia.

Verdadeira incógnita surge em representações como as da estela de Aldeia Velha onde existe motivo de cariz predominantemente curvilíneo e cujo uso e interpretação é até ao momento desconhecido (Vilaça, Osório e Santos, 2011, p.349).

Outros motivos indistintos surgem no monumento de São Martinho II (Almagro, 1966, pp.38,39) onde três figuras semelhantes, rodeiam um cervídeo, talvez símbolos representativos de divindades da fertilidade e tendo paralelos nos raios triplos que seguram diferentes divindades babilónicas (Gomes, 1990, p.80).

Surge na estela de Telhado a representação de motivo de forma quadrangular associado a algumas linhas. Quando foi dada a conhecer avançou-se com a possibilidade de poder ser uma fíbula (*Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, Nº1, 2012). Todavia, achamos prudente não promover nenhuma leitura, dado que o possível objecto surge como demasiado esquemático e afectado por fractura, para permitir leitura viável.

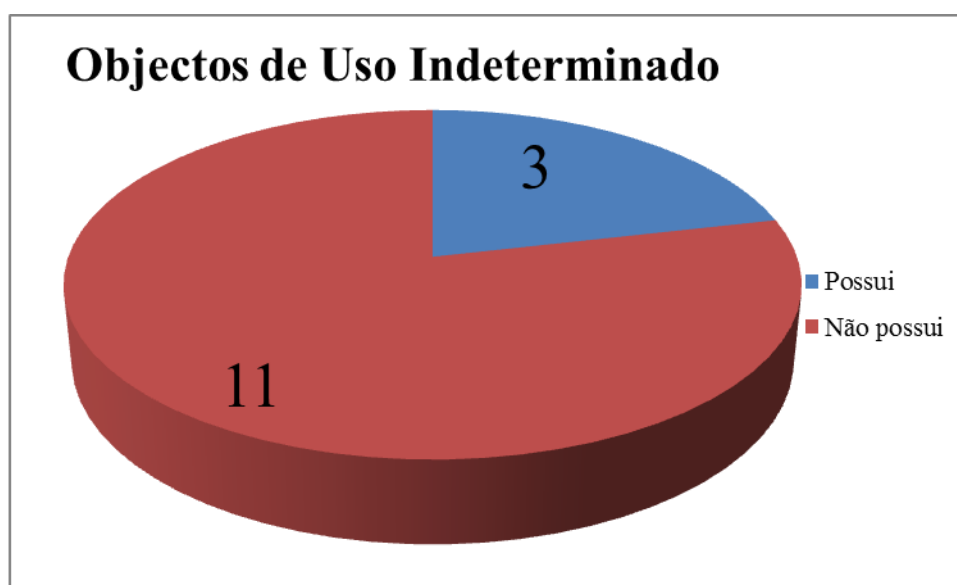


Figura 26 - Gráfico da presença de objectos de uso indeterminado em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

A existência destes casos verifica-se também em exemplares do território espanhol. Em Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977) e Aldeia Velha (Vilaça, Osório e Santos, 2011), surgem covinhas, possuindo a primeira, cinco, associadas a fíbula, a figuras antropomórficas e a zoomorfos, enquanto na última apenas se observa uma covinha sem associação a outras gravuras.

Se a covinha associada à fíbula estaria certamente a representar parte integrante da mesma, três das covinhas surgem em posição que pode querer transmitir ideia do mundo sobrenatural.

5.6.11 - Estrutura Compositiva

A estrutura compositiva das imagens presentes nas estelas da Idade do Bronze Final do território português, conduz à sua tipologia, estando a mesma associada ao

número, tipo e posicionamento das representações presentes em cada um daqueles monólitos.

Conforme referimos em capítulo anterior, são várias as propostas apresentadas ao longo das últimas décadas, para a sistematização crono-estilística das estelas da Idade do Bronze Final da Península Ibérica e Sul de França. Neste trabalho optámos por fazer uso da tipologia proposta por M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), dado considerarmos que a mesma continua adequada e não caiu no erro de criar numerosos sub-tipos, quase que para cada um de tais monumentos, como acontece em alguns casos. Apesar daquele trabalho ter sido efectuado em meados dos anos setenta, os muitos exemplares de estelas que daí para cá têm vindo a ser descobertos não deixam de corroborar a validade daquela proposta.

Assim, verifica-se que as estelas do sub-tipo II-A, ou seja de estrutura compositiva tripartida, com escudo, espada e lança, vão surgir em três dos catorze monumentos, nomeadamente em Baraçal I (Curado, 1984), Fóios (Curado, 1986) e Meimão (Almagro, 1966), todas na Beira Alta e Beira Baixa.

O sub-tipo II-B, apresenta-se como o mais comum das estelas encontradas em território português, figurando neste conjunto metade dos monumentos, ou seja sete dos catorze. Enquadram-se aqui os monumentos de Castelões I (Silva, 2014), Aldeia Velha (Vilaça, Osório e Santos, 2011), Baraçal II (Santos, Vilaça e Marques, 2011), Pedra da Atalaia I (Vilaça, Santos e Gomes, 2011), Telhado (*Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, Nº1, 2012), Tojais (Alves e Reis, 2011) e Zebros (Henriques, Chambino e Caninas, 2012).

As estelas de Figueira (Almagro, 1966) e de Castelões II (Silva, 2014), são os únicos exemplares do sub-tipo II-C, surgindo como as únicas estelas portuguesas em que a presença antropomórfica não se associa a cena, constituindo ainda curioso caso no qual não se verifica uma diminuição do tamanho do escudo, aquando da presença de uma figura antropomórfica.

Por fim, as estelas do sub-tipo II-D, estão representadas pelos monumentos de Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977, p.314) e de São Martinho II (Almagro, 1966, p.36), ambas possuindo cenas representadas, ambas de cariz funerário, onde o guerreiro surge heroicizado.

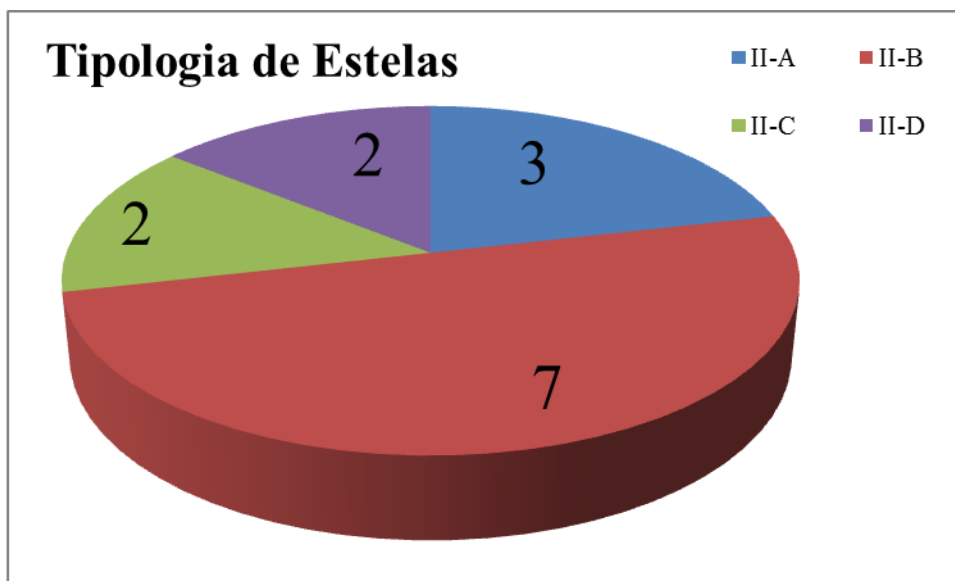


Figura 27 - Gráfico da tipologia de estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.

A evolução crono-estilística destes monumentos prende-se com o surgimento de artefactos nas suas composições, da figura humana e, também, com o aparecimento de cenas ao invés de meras imagens antropomórficas, de carácter estático. A importância deste desenvolvimento tipológico deve-se a mudanças ideológicas e da cultura material, que deixam de possuir marcadas influências atlânticas para demonstrar crescentes influências providas do Mediterrâneo Oriental.

Verificou-se que as estelas dos sub-tipos II-A e II-B, surgem em zonas interiores que não estão próximas de cursos de água importantes, enquanto as dos sub-tipo II-C e II-D localizam-se em zonas onde esses cursos facilitam as transacções comerciais e a interacção cultural.

Julgamos não ser de todo descabido propor que à medida que as elites aumentam a sua riqueza e o desejo de ostentar a mesma, essa mudança verifica-se nas representações dos monumentos, tornando-se mais complexos.

6 - CRONOLOGIA

As propostas cronológicas para as estelas da Idade do Bronze Final, constituem temática que, desde que o primeiro monumento foi dado a conhecer, tem criado grandes discussões no meio académico, tendo surgido diversas propostas que variam de autor para autor, questão já abordada em capítulo anterior.

Esta diversidade cronológica resulta de conjunto de factores que se devem, nomeadamente, à descontextualização dos monumentos e à falta de escavações arqueológicas nos locais dos achados. Em Vaucluse, no entanto, descobriram-se estelas ou os seus fragmentos, associados a necrópole coeva. Na Herdade do Pomar, em Ervidel, sepultura de incineração jazia perto do local onde se encontrou estela e poucos mais dados contextualizadores temos.

Confrontados com esta falta de informação, o método de atribuir cronologias, ainda que dentro de larga baliza cronológica, assenta no estudo da iconografia presente nos monumentos. A presença de certo tipo de objectos, tais como os espelhos e a tipologia de algum armamento, permite-nos avançar com propostas cronológicas, não esquecendo, no entanto, factores que as condicionam. O estado de conservação do repertório figurativo e o esquematismo de algumas representações impede uma correcta avaliação.

Importa referir a sobrevivência de algumas tipologias de objectos ao longo de épocas mais tardias, devido à matéria-prima na qual são feitos e ao facto de serem objectos de prestígio, sendo preservados, o que pode resultar na sua representação em estelas cujo restante repertório figurativo possuirá cronologias mais tardias.

Observando os monumentos mais antigos, do sub-tipo II-A, cujo número em território nacional resume-se a cinco, estando um dos monumentos fracturado e possivelmente com perda de iconografia. Dos exemplares em consideração, Baraçal I é o único com iconografia que permite atribuição cronológica para além do escudo de escotadura V, presente em mais três dos monumentos.

Ali, é representada espada, de tipologia pistiliforme, remetendo para influências continentais, com cronologias que começam no século XII a.C. e terminam por volta de X a.C. (Silva e Gomes, 1990, p.122).

Em Vaucluse (Provença, Sul de França), o estudo da necrópole no qual foi encontrada a estela de Buox I, acabaria por associar esta última a um contexto dos “campos de urnas”, conhecido na região e com cronologia, produzida por datação radiocarbono do século X a.C. (Gomes, 2010, p.351). Esta cronologia é semelhante à dos monumentos do sub-tipo II-A da Península Ibérica, sendo que o repertório figurativo de Buox I, se enquadra neste mesmo sub-tipo, estando, no entanto, afastada geograficamente do centro onde parecem surgir tais estelas na Península Ibérica.

As representações de capacetes cónicos, presentes nas estelas de Telhado e de Pedra da Atalaia I, ambas do sub-tipo II-B, mostram juntos, daqueles, objectos de influência mediterrânea, tal como os espelhos. Os capacetes desta tipologia têm cronologia que se localiza entre o século XI a.C. e o X a.C., enquadrando-se assim ainda dentro das já mencionadas influências continentais.

Ainda referente aos monólitos do sub-tipo II-B, neles surgem, representações de espelhos, objectos cuja presença se sabe ter sido resultado de influências provindas do Mediterrâneo Oriental. Na já referida estela de Telhado, um capacete cónico associando-se a espelho, apesar destes últimos surgirem apenas com o acentuar das relações comerciais com a região mencionada, a partir do século X a.C.

Por fim, surgem nas estelas dos tipos II-C e II-D, um grande número de representações com pentes e fíbulas. Uma destas está representada na estela de Ervidel II, através de exemplar de tipo Cassibile, com cronologias entre o século IX a.C. e o VIII a.C. Ainda neste último monumento, surge a representação de uma lança e de uma espada do tipo em língua de carpa, cuja cronologia se situa a partir do século IX a.C., ou seja num horizonte já do Bronze Final tardio (Silva e Gomes, 1990, pp.124,125).

Tendo em conta os dados apresentados, torna-se assim possível que as estelas da Idade do Bronze Final tenham existido, pelo menos, entre o século XII a.C. e o século VIII a.C.

7 - CONCLUSÕES

O presente trabalho teve como objectivo principal estudar o conjunto de estelas da Idade do Bronze Final conhecidas no território actualmente português. Assim, cada monumento foi abordado individualmente e a informação adquirida comparada com a disponível em monumentos congéneres de Espanha e França, tal como com outros testemunhos materiais procedentes de escavações arqueológicas, forma de obtermos informação sobre variadas questões que eles nos colocam, nomeadamente sobre a sua dispersão, tipos de suportes, matérias-primas, as iconografias, estrutura compositiva, possível evolução e significado sócio-cultural ou ideológico.

Apesar da significativa informação disponível, aceitamos que nos encontramos ainda longe de conseguir um bom conhecimento das muitas questões que as estelas da Idade do Bronze Final levantam. Na verdade, este trabalho levantou mais questões do que aquelas a que respondeu, dadas as limitações da investigação que tem ocorrido sobre as populações que as criaram e colocaram na paisagem.

Entre as conclusões possíveis, denota-se, desde logo, que o foco de presença das estelas no território nacional encontra-se, até ao momento, nos distritos de Castelo Branco e da Guarda, zona interior do país, com relevo altamente demarcado e cuja localização está relacionada com as bacias fluviais de dois dos principais rios peninsulares, o Douro e o Tejo. A implantação destes monumentos surge também numa conhecida zona de passagem, que dá acesso às planícies do Ribatejo, Alto Alentejo e, por fim, ao Vale do Guadiana.

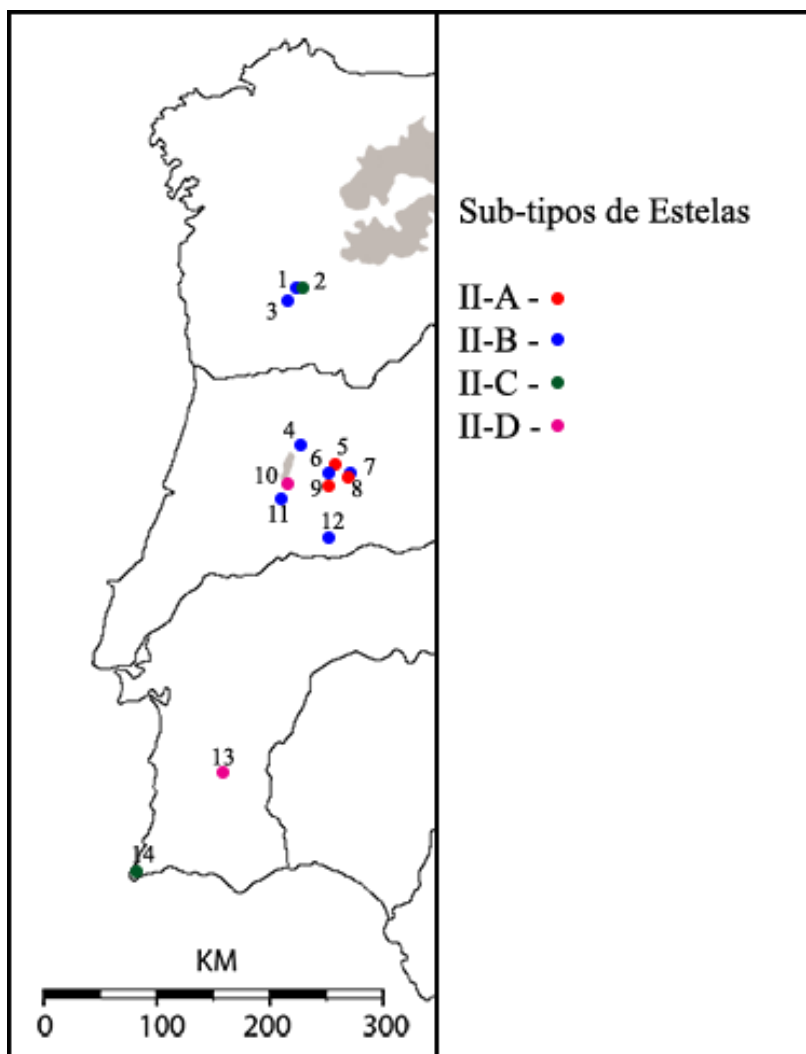


Figura 28 – Mapa de distribuição das estelas da Idade do Bronze Final em território actualmente português, por sub-tipos.

Aquelas realidades, demonstram que os monumentos em estudo se encontram intrinsecamente relacionados com a movimentação humana dentro da Península, facto que advém de factores de cariz económico, demonstrado pela presença de objectos de ostentação e prestígio ali representados e com origem exógena. Esta situação intensificou-se à medida que a presença das influências vindas do Mediterrâneo Oriental vão surgindo na Península Ibérica, situação que se sabe ter acontecido com a intensificação de relações comerciais entre as populações locais e comerciantes oriundos da região indicada.

De facto, apesar da quase exclusividade de monumentos dos sub-tipos II-A e II-B no nosso país, os poucos exemplares de tipologias mais tardias não deixam, mesmo assim, de demonstrar elevada simbologia ligada com o prestígio, situação demonstrada

pela presença de fíbulas, pentes, espelhos, capacetes e arcos, os últimos relacionados com a caça e a guerra.

Atendendo aos factores materiais e conceptuais, podem-se dividir as estelas da Idade do Bronze Final em dois momentos, sendo o primeiro ainda altamente relacionado com o Bronze Atlântico, facto demonstrado pela presença de capacetes cónicos e escudos com escotadura em V ou em U, conhecidos da Europa Continental, integrando os monumentos mais simples, do sub-tipo II-A, possuindo iconografia tripartida (lança, escudo e espada), e do sub-tipo II-B, onde surgem novos elementos como capacetes, espelhos e pentes que, apesar da sua possível origem mediterrânica, possuem ainda grandes influências do mundo acima referido. Neste primeiro momento não surgem figuras antropomórficas. No entanto, a atenção dada ao formato do suporte, coloca a possibilidade do mesmo ser uma representação esquemática do individuo cuja sepultura a estela assinalava, hipótese já apresentada por Mário Varela Gomes (1990, pp.73,74), que nós também consideramos como sendo correcta.

O segundo momento pertence a uma Idade do Bronze Final, com grandes influências vindas do Mediterrâneo Oriental, surgindo, no entanto, espadas e lanças de tipologias mais tardias e de origem atlântica, tais como as de tipo em língua de carpa. O aparecimento dos capacetes de cornos, que substituem os capacetes cónicos, e o surgimento dos primeiros antropomorfos mais ou menos esquemáticos ou semi-naturalistas, irão substituir, em termos de protagonismo, os escudos. Estes que vão não só perdendo importância mas sendo substituídos por representações que, por vezes, não possuem as características escotaduras, quer em V ou em U (Gomes e Monteiro, 1977, p.313).

Os monumentos deste momento, do sub-tipo II-C, onde surgem os antropomorfos, apesar de demonstrarem uma mudança, possuem ainda itens de origem ou influência atlântica.

Por fim, as estelas do sub-tipo II-D vão aparecer, mostrando cenas relacionadas com o mundo dos mortos e da vivência mundana, mas ambas intrinsecamente relacionadas com as elites guerreiras que governavam os territórios da Península Ibérica e cujo poder aumentou ao longo da Idade do Bronze Final. Este desenvolvimento ficou a dever-se ao comércio de metais e de outros bens, primeiro com a Europa Continental e

Atlântica e, depois, com o Mediterrâneo Oriental, facto que vai criar mudanças culturais e sociais, demonstradas nestes monumentos.

Pode-se colocar a possibilidade de que, ao longo da Idade do Bronze Final, a função meramente guerreira das elites vai sendo substituída pelo desempenho administrativo e político, tornando-se o domínio comercial o principal meio de aquisição de riqueza, o que terá influenciado o repertório de imagens das estelas. Depois da iconografia tripartida, de cariz puramente militar, do sub-tipo II-A, surgem as composições em que o indivíduo demonstra possuir objectos de prestígio, para além das armas, alguns deles relacionados com a aparência. Mais tarde, ocorrem as cenas nas quais a superioridade do líder é sublinhada pela sua representação a par de outros antropomorfos mas de tamanho mais reduzido.

As estelas da Idade do Bronze Final serão o culminar de uma sucessão de ideias, cujo início deverá remontar ao Neolítico Final, como já referimos anteriormente, através das representações de menires com características antropomórficas que encontramos nos Cromleques dos Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio, denunciando o culto dos antepassados, e procurando laços entre o mundo dos vivos e o mundo sobrenatural.

Todavia, é com o período dos ídolos e punhais, no Calcolítico, que iremos ver as primeiras representações de armamento bélico e de antropomorfos esquemáticos em suportes pétreos, assim como estelas, onde se representam personagens armados.

As estelas da Idade do Bronze Final são o resultado de evoluções locais, que migram dentro do território com alguma facilidade, mas que, acima de tudo, são bastante permeáveis a influências extrapeninsulares, resultantes de um comércio que se verifica desde épocas recuadas e que então se intensificou de forma a que, mais tardiamente, se instalaram feitorias fenícias nos estuários dos grandes rios. Desde o surgimento de influências atlânticas, em uma primeira fase da Idade do Bronze Final, até às influências orientalizantes da segunda fase, a variedade de ideias e conceitos que as populações parecem ser capazes de integrar e se reflectem nas estelas, não parecem ter ultrapassado grandes barreiras, para além das que surgem devido à morfologia do terreno.

Numa época em que o sistema de estradas romano estava ainda longe dos seus inícios, as montanhas impediam o comércio feito exclusivamente por terra. A utilização

dos cursos fluviais, com navegabilidade durante boa parte do seu percurso, permitiu alcançar zonas interiores. A mudança da distribuição das estelas, de uma primeira fase das zonas montanhosas para perto dos cursos dos grandes rios ou dos seus afluentes, durante uma segunda fase, demonstra a importância que os mesmos tiveram e a influência que o comércio, regional e à distância, teve para estas populações.

Sobre a função, ou funções, das estelas, a falta de contextos arqueológicos sobre a sua implantação e a inexistência de estruturas ou de artefactos a elas associados constitui falta de informações vitais para obter respostas.

A reutilização ou simplesmente movimentação dos monumentos, parece ser outro factor recorrente, impedindo a sua contextualização. No entanto, apesar de os contextos arqueológicos serem quase nulos, proximidade daqueles monólitos a zonas de montanha durante a primeira fase e a cursos de água numa segunda, juntamente com as diferenças iconográficas que já vimos terem sido motivadas pelo incremento do comércio, permitem-nos considerar que, apesar da sua funcionalidade poder variar, a sua criação foi de cariz cognitivo e será associada à tentativa de imitar antepassados e heróis idealizados que figuravam no imaginário das populações. Cenas que surgem em estela tardias podem representar algumas mito-histórias.

Olhando uma última vez para as estelas do território actualmente português, algumas coisas ficam na nossa mente, nomeadamente o uso, quase na sua totalidade de matérias-primas locais na sua construção e a concentração de monumentos em uma primeira grande fase na Beira Interior, com possível ramificação para o distrito de Vila Real. Estas deverão, nos próximos anos, revelar informação importante para o estudo de tais monumentos, dado até a pouca atenção que tem despertado nos arqueólogos. Por outro lado, não podemos deixar de ter em conta a presença de monumentos da segunda grande fase mais a sul e que prospecções permitirão entender se ali também ocorreu zona focal de estelas, ou terá sido região de dispersão das mesmas, cujo centro se encontra do lado de lá da fronteira, em Espanha.

BIBLIOGRAFIA

ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Las estelas decoradas del Suroeste Peninsular*, Biblioteca Praehistorica Hispana, vol. VIII, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y El Período Orientalizante en Extremadura*, Biblioteca Praehistorica Hispana, vol. XIV, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.

ALMAGRO GORBEA, M. (1997) - *La Edad del Bronce en la Península Ibérica: periodización y cronología*, **Saguntvm**, vol. 30, pp.217-229.

ALVES, L. B.; REIS, M. (2011) - *Memoriais de pedra, símbolos de identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real), Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas*, pp.187-216, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

ANATI, E. (1968) - *Arte Rupestre nelli Regioni Occidentali della Penisola Iberica*, Archivi n°2, Edizioni del Centro, Capo di Ponte.

BENDALA GALÁN, M. (1977) – *Notas sobre las estelas decoradas del Suroeste y los orígenes de Tartessos*, **Habis**, vol. 8, pp.177-205.

BLAS CORTINA, M.A. (2010) - *Una “Estela de Guerrero” del Bronce Final Precolonial de Orellana (Badajoz), Hoy en el Palacio de Meres (Siero, Asturias), Veleia*, vol. 27, pp.23-42.

BLÁZQUEZ, J. M. (1957-1958) – *Caballos en el infierno etrusco*, **Ampurias**, vols XIX-XX, pp.31-80.

BLÁZQUEZ, J. M. (1985-1986) – *Los escudos con escotadura em V y la presencia fenicia en la costa atlántica y en el interior de la Península Ibérica*, **Stvdia Palaeohispanica. IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas. Veleia**, vols 2-3, pp.469-497.

BREA, L. B. (1972) - *Sicília*, col. Historia Mundi, vol. 31, Editorial Verbo, Cacém.

CELESTINO PÉREZ, S. (2001) - *Estelas de Guerrero e Estelas Diademadas, La Precolonización y Formación del Mundo Tartésico*, Bellaterra S.L., Barcelona.

CELESTINO PÉREZ, S.; SALGADO CARMONA, J. A. (2011) – *Nuevas metodologías para la distribución de las estelas de Oeste Peninsular, Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas*, pp.417-448, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

CORREIA, A. M. V. (2010) – *Estelas e Estátuas-menires no Centro e Norte de Portugal e Sudoeste da Meseta Superior*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

CURADO, F. P. (1984) – *Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta (Baraçal, Sabugal-Guarda)*, **Arqueologia**, nº 9, pp. 81-89.

CURADO, F. P. (1986) – *Mais uma estela do Bronze Final na Beira Alta (Fóios, Sabugal-Guarda)*, **Arqueologia**, nº 14, pp. 103-109.

DÍAZ-ANDREU, M. (1993) - *Las sociedades del Calcolítico y Edad del Bronce en la Península Ibérica, 1º Congreso de Arqueología Peninsular*, vol. I, pp.245-263, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.

DÍAZ GUADARMINO, M. (2010) – *Las Estelas Decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*, Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, Madrid.

DÍAZ GUADARMINO, M. (2011) - *Iconografía, lugares y relaciones sociales: Reflexiones en torno a las estelas y estatuas-menhir atribuidas a la Edad del Bronce en la Península Ibérica, Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas*, pp.63-88, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

DÍAZ GUADARMINO, M. (2014) – *Shaping social identities in Bronze Age and Early Iron Age Western Iberia: the role of funerary practices, stelae and statue-menhirs*, **European Journal of Archaeology**, vol. 17, (2), pp.329-349.

DRAIN, M. (1975) - *Geografia da Península Ibérica*, 144 pp., Livros Horizonte, Lisboa.

GÁLÁN DOMINGO, E. (1993b) – *Estelas, Paisaje y Territorio en El Bronce Final del Suroeste de la Peninsula Iberica*, Editorial Complutense, Madrid.

GASPAR, A. T.; GODOY, S. J.; MONTESCEOCA, R. Q. (1995) - *La Estela IV de "La Atalaya de La Moranilla" (Écija, Sevilla)*, **SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología**, vol. 4, pp.251-255.

GIRÃO, A. A. (1960) - *Geografia de Portugal*, Portucalense Editora, Porto.

GOMES, M.V. e MONTEIRO, J. P. (1977) – *As Estelas Decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel-Beja) – Estudo Comparado*, **Setúbal Arqueológica**, vols II-III, pp. 279-343.

GOMES, M.V. (1990) – *O Oriente no Ocidente. Testemunhos Iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal: smithing gods ou deuses ameaçadores*, **Estudos Orientais**, vol. I, pp. 53-106.

GOMES, M.V. (1994) – *A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*, **Xelb**, nº2, Museu Municipal de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves.

GOMES, M.V. (2006) – *Estelas funerárias, da Idade do Bronze Médio, do Sudoeste Peninsular – A iconografia do poder*, **O Arqueólogo Português**, Suplemento nº3, pp. 47-62.

GOMES, M. V. (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

GOMES, M. V. (2011) - *Estátuas-menires antropomórficas da Região de Évora. Novos testemunhos e problemáticas*, **Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História**, **Actas das IV Jornadas Raianas**, pp.11-36, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

GONZÁLEZ, F. M.; SERRANO, J. A. C. (2004) - *La Cultura de El Argar en Área Occidental del Sureste*, **La Edad del Bronce en Tierras Valencianas e Zonas Limítrofes**, pp.455-470, Espagráfic, España.

GUERRERO, J. J. (1998) - *El carro y su función social durante el Bronce Final y el Orientalizante en el Suroeste de la Península Ibérica: una revisión necesaria*, **SPAL Revista de Prehistoria y Arqueología**, vol. 7, pp.81-92.

HARRISON, Richard J. (2004) – *Symbols and Warriors - Images of the European Bronze Age*, Western Academics & Specialist Press Ltd., Bristol.

HENRIQUES, F.; CHAMBINO, M. L.; CANINAS, J. C. (2012) – *A estela de guerreiro (lusitano) de Zebros (Idanha-a-Nova)*, **SABUCALE**, vol.4, pp. 25-44.

MAC WHITE, E. (1947) – *Sobre unas losas grabadas en el Suroeste de la Península Hispánica y el problema de los escudos de tipo Herzprung*, **Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria**, vol. XXII pp. 158-166.

MARCOS, P. X. S. (2011) - *La estela decorada del Puerto de Honduras (Cabezuela del Valle, Cáceres)*, **Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas**, pp.369-388, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

PINGEL, V. (1974) – *Bemerkungen zu den Ritzverzierten stelen und zur gegennenden Eisenzeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*, **Hamburguer Beitrage zur Archaologie**, vols IV, pp.1-19.

PRIETO, M. Z.; BORRAJO, G. E.; GÓMEZ, P. H. (2011) - *Las estelas grabadas de la Bienvenida-Sisapo (Ciudad Real, España): nuevas aportaciones para la caracterización del contexto cultural del Bronce Final en el reborde suroccidental de la Meseta*, **Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas**, pp.389-416, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

RAMÓN y FERNANDEZ OXEA, J. (1950) – *Lapidas sepulcrales de la Edad del Bronce, en Extremadura*, **Archivo Español de Arqueología**, vol. 23, pp. 293-318.

RIBEIRO, O. (1987a) - *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, 245 pp., Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

RIBEIRO, O. (1987) - *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991) - *Geografia de Portugal I. A Posição Geográfica e o Território*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991a) - *Geografia de Portugal V. A Vida Económica e Social*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

SANTOS, A. T.; VILAÇA, R.; MARQUES, J. N. (2011) - *As estelas do Baraçal, Sabugal (Beira Interior, Portugal)*, **Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à**

Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas, pp.319-342, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

SILVA, A. C. F.; GOMES, M.V. (1992) – *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

SILVA, A. C. F.; RAPOSO, L.; SILVA, C. T. da (1993) – *Pré-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

SILVA, A. C. F. (2013) – *As Estelas de Castelões e as Representações Proto-Históricas do Poder, Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pp.625-632, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

TAVARES DE PROENÇA, F. (1905) - **Notice sur deux monuments epigraphiques**, Typographia França Amado, Coimbra.

TAVARES DE PROENÇA, F. (1906) - *Notice sur la Prehistoire de Beira Alta et sur deux monuments gravés trouvés en Portugal, Congrès Préhistorique de France (Perigueux)*, pp.282-285, Schleicher frères, Paris.

VALCARCE, R. F.; RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1997) - *El Noroeste de la Península Ibérica en el III e IIº Milenios: Propuestas para una síntesis, Saguntvm*, vol. 30, pp.191-216.

VIANA, A.; FORMOSINHO J.; FERREIRA; O. da V. (1953) – *De lo preromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos, Archivo Español de Arqueología*, vol. 26, pp. 113-138.

VILAÇA, R. (1995) – **Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze**, Trabalhos de Arqueologia 9, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

VILAÇA, R. (2006) – **Depósitos de Bronze do Território Português: Um Debate em Aberto**, Conímbriga/ Anexos 5, Instituto de Arqueologia da FLUC, Coimbra.

VILAÇA, R.; CUNHA, E. (2005) - *A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra). Novos Contributos, Al-madan*, II série, nº13, pp. 48-57 Almada.

VILAÇA, R.; OSÓRIO, M.; SANTOS, A. T. (2011) - *Nova peça insculturada da região raiana do Sabugal (Beira Interior, Portugal): uma primeira abordagem*,

Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas, pp.343-367, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

VILAÇA, R.; SANTOS, A. T.; GOMES, S. M. (2011) - *As estelas da Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico*, **Estelas e Estátuas-Menires, da Pré à Proto-História, Actas das IV Jornadas Raianas**, pp.293-318, Câmara Municipal do Sabugal/Centro de Estudos, Sabugal.

Sites:

Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna, Ano 1 – N°1, Agosto de 2012, pp. 2-3 [On-line]. (Consultado a 7 de Setembro de 2015) Disponível em <http://pt.calameo.com/read/0013780052cdd63521025>

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estela de Cortijo de la Reina 1 e urnas associadas (seg. Guardamino, 2014, p.338, fig.3).....	16
Figura 2 – Estátuas-menires dos cromeleques de Almendres, Portela de Mogos e Vale Maria do Meio (seg. M.V.Gomes, 2010, p.33, est. 4)	38
Figura 3 – Figura idolíform e representações de punhais em Castro de Conjo (seg. M.V.Gomes e J.P.Monteiro, 1977, p.331, fig.11).....	39
Figura 4 – Representação de punhais, figura antropomórfica e escudo em Pedras das Ferraduras (seg. E.Anati, 1968, p.53, figs 34 e 35).....	40
Figura 5 – Ídolo de Peña-Tu e espada (seg. J. Cabré, em E. Anati, 1968, p.65, fig.57).....	41
Figura 6 - Estela-Ídolo da Longroiva (seg. Almagro, 1966, p.109)	42
Figura 7 - Estelas de tipo alentejano de Trigaxes I, Mombeja I, Pedreirinha e Santa Vitória (E. Anati, 1968, p.76, figs 81-84)	44
Figura 8 – Mapa de distribuição das estelas em território actualmente português.	48
Figura 9 – Mapa de distribuição geográfica das estelas da Idade do Bronze Final na Península Ibérica segundo as formas de Díaz-Guardamino (2011, p.85, est. 3).	49
Figura 10 – Gráfico da matéria-prima constituinte das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.	52
Figura 11 – Gráfico da forma do suporte das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.....	53
Figura 12 - Gráfico do estado de conservação das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.	54
Figura 13 – Gráfico de altura das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.....	55
Figura 14 – Gráfico de largura das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.....	57
Figura 15 – Gráfico de espessura das estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.	58
Figura 16 - Gráfico da tipologia de escudos em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal. 62	
Figura 17 - Gráfico da tipologia de espadas em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal. 64	
Figura 18 - Gráfico da presença de lanças em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal. ..	66
Figura 19 – Representações de capacetes de cornos em estelas da Idade do Bronze Final (seg. Gomes, 1990, p.62, fig.4).....	67
Figura 20 – Representações de arcos nas estelas de Alamillo, Capilla III, Cuatro Casas e El Viso I. (seg. Celestino 2001, pp. 392, 374, 415, 394).....	68

Figura 21 -Gráfico da presença de objectos de cuidado com a aparência e indumentária em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.	71
Figura 22 - Gráfico da presença de figuras antropomorfas em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.	73
Figura 23 – Representações variadas de figuras antropomórficas das estelas de Torrejón el Rubio III, Ategua, São Martinho II e Ervidel II (seg. Celestino, 2001, pp. 332 e 430; Gomes e Monteiro, 1977, pp. 315 e 298, figs 4 e 7).	74
Figura 24 - Gráfico da presença de zoomorfos em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.	75
Figura 25 - Representações variadas de zoomorfos em estelas da Idade do Bronze Final nos monumentos de Cabeza de Buey I, Ategua e São Martinho II (seg. Celestino, 2001, p.361 e 430; Gomes e Monteiro, 1977, p.315, fig. 7).	76
Figura 26 - Gráfico da presença de objectos de uso indeterminado em estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.....	77
Figura 27 - Gráfico da tipologia de estelas da Idade do Bronze Final em Portugal.....	79
Figura 28 – Mapa de distribuição das estelas da Idade do Bronze Final em território actualmente português, por sub-tipos.	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Estelas da Idade do Bronze Final em Portugal (medidas e iconografia).	60
---	----

ANEXO 1 – CATÁLOGO DAS ESTELAS DA IDADE DO BRONZE FINAL NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

A numeração das fichas que se seguem fez-se de norte para sul.

Castelões I

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Castelões, Chaves, Vila Real.

1.2. Descoberta: Maria Albertina Pinto Martins, Armindo Cunha Rodrigues e Rui Miguel Martins Rodrigues.

1.3. Contexto: Desconhecido.

1.4. Conservação: Inteira.

1.5. Matéria-Prima: Granito, de tonalidade cinzenta com muito quartzo e mica preta.

1.6. Forma: Laje, com uma face aplanada.

1.7. Dimensões: 1,50m x 1,20m x 0,20m.

1.8. Localização: Desconhecida.

1.9. Proprietário: Desconhecido.

2. Informação Iconográfica

2.1. Campo iconográfico: Ocupa as áreas distal e mesial.

2.2. Técnica de gravação: Picotagem.

2.3. Conservação: Bom.

2.4. Número de motivos: 5

2.5. Número de associações: 1 (espada, escudo e lança).

2.6. Tipologia proposta: Tipo II-B .

2.7. Descrição das Gravuras: Espelho; motivo em zig-zag; escudo com escotadura em V; espada pistiliforme e lança foliácea.

2.8. Observações: Monumento descoberto em zona de altitude com boa visibilidade e enterrado em posição lateral. Matéria-Prima encontrada localmente.

3. Comentário: A estela de Castelões I faz parte do um conjunto de monumentos descobertos recentemente no distrito de Vila Real. A sua existência, perto de outro exemplar, remete para um possível foco de estelas de tipologia recuada nesta região, anteriormente considerada apenas zona de dispersão. O monólito foi encontrado em zona de altitude e enterrado lateralmente, talvez nas imediações do local onde teria sido primitivamente erguido. O repertório figurativo, mostra iconografia tripartida, inicialmente do sub-tipo II-A talvez, sofrendo acrescentos em épocas posteriores.

4. Bibliografia: Silva (2014, pp.625-632).



Castelões I (Silva, 2013, p.630, fig.1)

Castelões II

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Castelões, Chaves, Vila Real.

1.2. Descoberta: Maria Albertina Pinto Martins, Armindo Cunha Rodrigues e Rui Miguel Martins Rodrigues.

1.3. Contexto: Desconhecido.

1.4. Conservação: Inteira.

1.5. Matéria-Prima: Granito, de tonalidade amarelada com muito feldspato, quartzo, pouca moscovite e muita biotite.

1.6. Forma: Laje, com uma face aplanada.

1.7. Dimensões: 1,50m x 1,15m x 0,15m.

1.8. Localização: Desconhecida.

1.9. Proprietário: Desconhecido.

2. Informação Iconográfica

2.1. Campo iconográfico: Ocupa as áreas distal e mesial.

2.2. Técnica de gravação: Desconhecida.

2.3. Conservação: Bom.

2.4. Número de motivos: 7

2.5. Número de associações: 1 (espada, escudo e lança).

2.6. Tipologia proposta: Tipo II-C.

2.7. Descrição das Gravuras: Escudo com escotadura em V; espada de tipo língua de carpa; lança foliácea; ponta de lança de tipologia indistinta; antropomorfo esquemático; zoomorfo, possivelmente um canídeo e motivo geométrico indistinto.

2.8. Observações: Monumento descoberto em zona de altitude com boa visibilidade e enterrado em posição dorsal. Matéria-prima não local.

3. Comentário: A matéria-prima que compõe o suporte, embora sendo granito, possui características específicas que fazem com que o mesmo não seja oriundo das imediações onde jazia a estela, questão que remete para movimentação do monumento, quiçá em época posterior à sua criação. O repertório iconográfico, dá visível atenção à iconografia tripartida (espada, escudo e lança). As restantes gravuras poderão ter sido acrescentadas ulteriormente, caso também verificado na estela de Castelões I e indica reutilização dos monumentos.

4. Bibliografia: Silva (2014, pp.625-632).



Castelões II (Silva, 2013, p.630, fig.2)

Tojais

1. Informação Arqueológica

- 1.1. **Proveniência:** Cervos, Montalegre, Vila Real.
- 1.2. **Descoberta:** Fernando Barreiros, em 1920.
- 1.3. **Contexto:** Desconhecido.
- 1.4. **Conservação:** Fragmento.
- 1.5. **Matéria-Prima:** Granito, de grão médio e de duas micas.
- 1.6. **Forma:** Laje, com uma face aplanada.
- 1.7. **Dimensões:** 0,70m x 0,74m x 0,20m.
- 1.8. **Localização:** Desconhecida.
- 1.9. **Proprietário:** Artur Pires Lucas.

2. Informação Iconográfica

- 2.1. **Campo iconográfico:** Ocupa a áreas mesial.
- 2.2. **Técnica de gravação:** Picotagem.
- 2.3. **Conservação:** Razoável.
- 2.4. **Número de motivos:** 4.
- 2.5. **Número de associações:** 1(escudo, espada e lança).
- 2.6. **Tipologia proposta:** Sub-tipo II-B de Gomes e Monteiro (1977).

2.7. Descrição das Gravuras: No topo surge um escudo composto por três círculos concêntricos, com covinha central e em que os dois exteriores possuem escotadura em V; Espada de tipologia indistinta, com 24 cm de comprimento; Lança com orientação à direita e lâmina foliácea; Possível representação de quadrúpede.

2.8. Observações: Esta estela, encontrada num muro de divisória de propriedade havia sido retirada, segundo o proprietário, de cima de uma anta pelo seu pai, tendo-se fracturado durante o processo, perdendo-se parte dele.

3. Comentário: A estela de Tojais é considerada como um exemplo raríssimo, senão único da presença da representação de um animal não associado a um antropomorfo. No entanto, deve-se ter em consideração que a fractura existente pode ter removido parte da estela onde poderiam existir outras figuras.

4. Bibliografia: Alves e Reis (2011, pp. 187-216).



Tojais (seg. Alves e Reis, 2011, p. 216, est. 8)

Pedra da Atalaia I

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Vide entre Vinhas, Celorico da Beira, Guarda.

1.2. Descoberta: Sofia Melo Gomes, em 2005.

1.3. Contexto: Acompanhamento ambiental e arqueológico da obra do Parque Eólico de Videmonte.

1.4. Conservação: Bom estado de conservação estando no entanto o volume distal amputado.

1.5. Matéria-Prima: Granito porfiróide de grão médio, essencialmente biotítico, de cor castanha-amarelada.

1.6. Forma: Estela de configuração poligonal, com secções longitudinal e transversal sub-rectangulares em forma de laje.

1.7. Dimensões: 1,38m x 0,60m x 0,22m.

1.8. Localização: Câmara Municipal de Celorico da Beira.

1.9 Proprietário: Câmara Municipal de Celorico da Beira.

2. Informação Iconográfica

2.1 Campo Iconográfico: Ocupa cerca de 3/5 do comprimento total da laje não apresentando gravuras na superfície proximal.

2.2. Técnica de Gravação: Picotagem indirecta.

2.3. Conservação: Óptimo estado.

2.4. Número de motivos: 3.

2.5. Número de associações: 1.

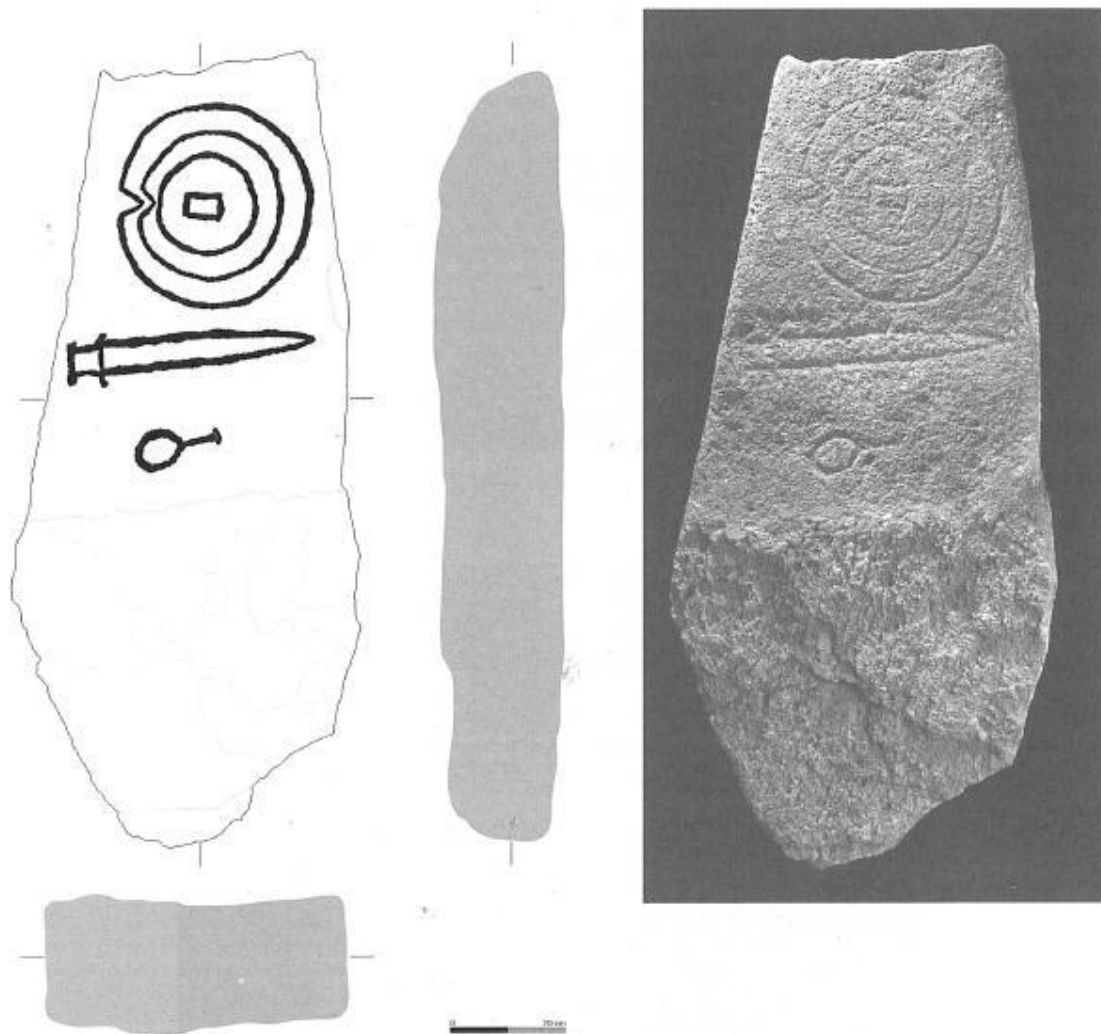
2.6. Tipologia proposta: Sub-tipo II-B.

2.7. Descrição das Gravuras: Escudo com 34,4 cm de diâmetro composto por três círculos concêntricos, tendo os dois exteriores escotaduras em V. Possui ainda abraçadeira representada por retângulo de cantos algo arredondados; espada com comprimento de 43,2cm é de tipologia pistiliforme; espelho de forma oval com o comprimento total de 14,28cm.

2.8. Observações: Segundo hipótese avançada pelos autores que a deram a conhecer, a parte superior da estela possuiria lança.

3. Comentário: A estela de Pedra da Atalaia I faz parte de conjunto de monólitos do sub-tipo II-B, concentrado na zona da Beira Interior. O dano sofrido na zona distal, remete para a perda de uma possível, representação de capacete cónico, tema que surge em vários outros monumentos da região.

4. Bibliografia: Diáz-Guardamino (2010, Catálogo, número 327); Vilaça, Santos e Gomes (2011, pp. 293-318).



Pedra da Atalaia I (seg. Vilaça, Santos e Gomes, 2011, p.316, est. 4 e 5)

Baraçal I

1. Informação Arqueológica

- 1.1. **Proveniência:** Baraçal, Sabugal, Guarda.
- 1.2. **Descoberta:** José Aleixo Teixeira, em 1978.
- 1.3. **Contexto:** Desconhecido.
- 1.4. **Conservação:** Boa.
- 1.5. **Matéria-Prima:** Granito cinzento claro, de grão fino.
- 1.6. **Forma:** Laje, com uma face aplanada.
- 1.7. **Dimensões:** 1,55m x 0,83m x 0,36m.
- 1.8. **Localização:** Museu Municipal do Sabugal.
- 1.9. **Proprietário:** Museu Municipal do Sabugal.

2. Informação Iconográfica

- 2.1 **Campo iconográfico:** Ocupa a área mesial e distal.
- 2.2. **Técnica de gravação:** Desbaste, formando falso-relevo.
- 2.3. **Conservação:** Óptima.
- 2.4. **Número de motivos:** 3.
- 2.5. **Número de associações:** 1.
- 2.6. **Tipologia proposta:** Sub-tipo II-A.

2.7. Descrição das Gravuras: No topo do monumento observa-se representação de lança, medindo 57 cm de comprimento, mostrando folha de formato foliáceo; Abaixo detecta-se figuração de escudo, com diâmetro aproximado de 46 cm, composto por três círculos concêntricos, possuindo os dois exteriores escotadora em V. O círculo interior mostra, ao centro, elemento sub-rectangular, talvez a abraçadeira; Sob o escudo vê-se espada de tipologia pistiliforme, com 56 cm de comprimento.

2.8. Observações: Encontrada tombada, junto a caminho de acesso à aldeia do Baraçal. Segundo Curado (1984, p. 83), a matéria-prima do suporte encontra-se abundantemente na região, pelo que deve corresponder a produção local.

3. Comentário: Este monumento possui grande importância uma vez que não só corresponde a exemplar de tipologia tida como mais antiga, como também é a única que possui os motivos em relevo, característica típica das estelas de tipo alentejano, da Idade do Bronze Médio.

4. Bibliografia: Curado (1984, pp. 81-85); Gálan (1993b, p. 94); Celestino (2001a, p. 327); Santos, Díaz-Guardamino (2010, Catálogo, número 255), Vilaça e Marques (2011, pp. 319-342).



Baraçal I (seg. Curado, 1984, p. 84, fig.4)



Estampa 8 - Estela de Baraçal 1.
(Fotografia de José Pessoa, DDF - IMC)

Baraçal I (Santos, Vilaça e Marques, 2011, p. 342, est. 8)

Baraçal II

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Baraçal, Sabugal, Guarda.

1.2. Descoberta: Luís Carlos Lages, em Maio de 2006.

1.3. Contexto: Desconhecido.

1.4. Conservação: Razoável estado de conservação, estando fracturada no volume distal.

1.5. Matéria-Prima: Granito de grão fino, de cor acinzentada.

1.6. Forma: Laje, com quatro faces aplanadas.

1.7. Dimensões: 1,90m x 0,64m x 0,24m.

1.8. Localização: Moradia do proprietário na aldeia do Baraçal.

1.9. Proprietário: Luís Carlos Lages.

2. Informação Iconográfica

2.1 Campo Iconográfico: Ocupa as áreas mesial e distal.

2.2. Técnica de Gravação: Picotagem indirecta.

2.3. Conservação: Razoável. As duas gravuras inferiores encontram-se em bom estado de conservação, embora as restantes tenham sofrido danos devido a fracturas e bojardagem, dada a tardia reutilização como banco.

2.4. Número de motivos: 5.

2.5. Número de associações: 1.

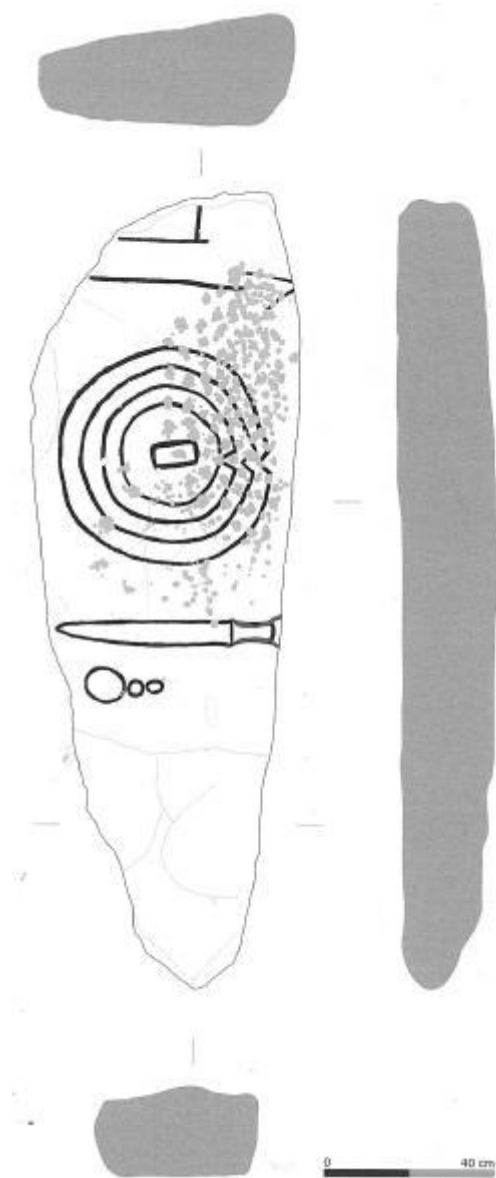
2.6. Tipologia proposta: Sub-tipo II-B.

2.7. Descrição das Gravuras: No topo do monumento observa-se motivo incompleto, devido a fractura do mesmo, composto por dois sulcos, um vertical e outro horizontal, formando um ângulo recto. Pode tratar-se da representação de capacete, se atendermos a diversos paralelos em estelas congéneres da vizinha Espanha. Logo abaixo vê-se uma lança orientada à direita, danificada e com comprimento de 48,30 cm de tipologia indistinta. Ao centro do monumento encontra-se escudo com o diâmetro máximo de 52 cm, composto por quatro círculos concêntricos, apresentando os três exteriores escotadoras em V e possivelmente a abraçadeira, representada por forma rectangular de cantos arredondados. Sob o escudo foi figurada horizontalmente uma espada orientada à esquerda, com 53,3 cm e tipologia pistiliforme e, sob esta, espelho, colocado na horizontal, constituído por um corpo subcircular, com 9,8 cm de diâmetro e sendo o cabo representado por dois círculos menores com o comprimento de 9 cm.

2.8. Observações: A estela foi reutilizada como banco num pátio externo de moradia. Em época posterior, já com a estela em posição horizontal a secção mesial esquerda foi intensamente picotada, com utensílio de ponta romba, possivelmente devido ao uso da estela como base para bater linho, segundo informações avançadas pelos autores do seu primeiro estudo. Possui também, no reverso, forma subrectangular composta por sulco com aproximadamente de 2 cm de largura e 1 cm de profundidade produzido através de picotagem, com elemento de ferro. Foi ainda gravado um canal junto à forma acima referida, apresentando forma subtriangular (Santos, Vilaça e Marques (2011)).

3. Comentário: A estela de Baraçal II denota processo evolutivo, não só pela qualidade das gravuras mas também pela existência de objectos que permitem atribuí-la aos sub-tipo II-B de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977). Encontrada em área onde havia sido encontrada estela de tipo II-A, coloca-se, assim, a possibilidade de uma evolução estilística e diacrónica na região.

4. Bibliografia: Santos; Vilaça e Marques (2011, pp.319-342)



Baraçal II (seg. Santos, Vilaça e Marques, 2011, p. 339, est. 3)



Estampa 7 - Estela de Baraçal 2 (verso e reverso).

Baraçal II (Santos, Vilaça e Marques, 2011, p. 341, est. 7)

Aldeia Velha

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Aldeia Velha, Sabugal, Guarda.

1.2. Descoberta: Ulisses Fonseca Pires, em 2008.

1.3. Contexto: Desconhecido.

1.4. Conservação: Bom estado de conservação, surgindo apenas uma fractura na área distal.

1.5. Matéria-Prima: Granito porfiroide de grão médio a grosseiro, de cor acinzentada.

1.6. Forma: Bloco, com quatro faces aplanadas.

1.7. Dimensões: 1,88m x 0,53m x 0,28m.

1.8. Localização: Museu Municipal do Sabugal.

1.9. Proprietário: Ulisses Fonseca Pires.

2. Informação Iconográfica

2.1 Campo iconográfico: Ocupa as áreas mesial e distal do anverso.

2.2. Técnica de gravação: Picotagem directa.

2.3. Conservação das gravuras: Bom estado de conservação.

2.4. Número de motivos: 7.

2.5. Número de associações: 1.

2.6. Tipologia proposta: Sub-tipo II-B.

2.7. Descrição das gravuras: No topo da face decorada do monumento observa-se possível representação de capacete, com forma cónica, talvez com viseira e sulco que inicia da base daquele e envolve o que parece representar face humana extremamente esquemática; Imediatamente abaixo da figura que descrevemos surge motivo com traçado curvilíneo de difícil interpretação; Ao centro da estela detecta-se escudo, com diâmetro aproximado de 40 cm, constituído por três círculos concêntricos, munidos de escotaduras em forma de V, mostrando, ao centro, duas ovais concêntricas que podem figurar abraçadeira; Acima do escudo existe imagem de lança dirigida para o lado esquerdo do observador e possuindo folha de forma foliácea. Mede 46 cm de comprimento; Abaixo do escudo encontra-se espada com a empunhadura voltada para o lado esquerdo do observador e com 28 cm de comprimento. A lâmina é recta na parte superior e curva na inferior, revelando que poderá tratar-se de arma com um só gume, do tipo machete; Na parte inferior da zona mesial existe covinha e já na área proximal, sulco rectilíneo disposto na diagonal.

2.8. Observações: Apesar do seu contexto inicial ser desconhecido, a estela foi encontrada deitada em pavimento anexo à adega do seu actual proprietário. Todavia, este achado encontra-se nas proximidades do povoado proto-histórico do Sabugal Velho e do recinto pétreo da Serra do Homem de Pedra.

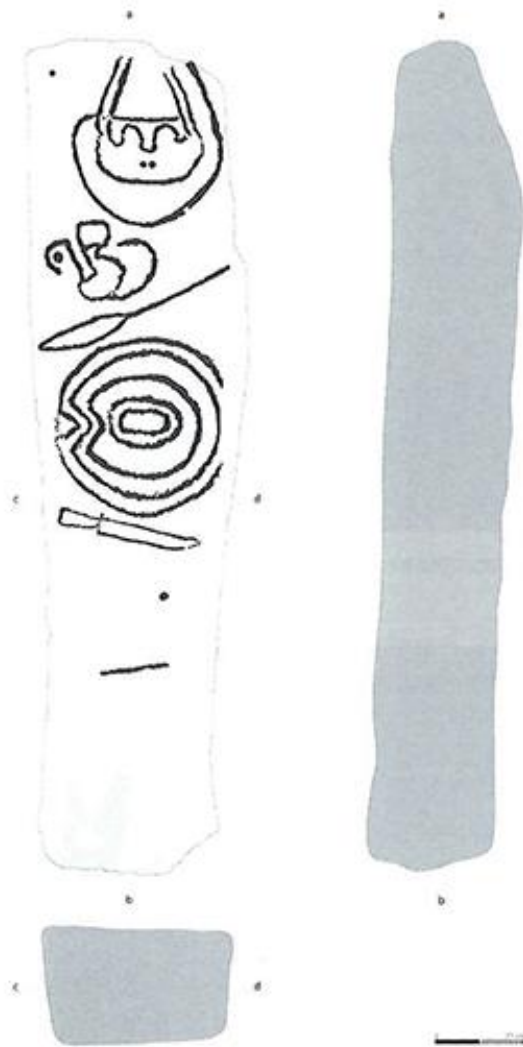
3. Comentário: A estela de Aldeia Velha chama a atenção não só pela existência de um motivo de traçado curvilíneo cuja função ou utilidade são desconhecidos, mas também pela existência de possível face antropomórfica esquemática, associada ao capacete. Este facto remete-nos para o “período dos ídolos e punhais”, descrito por Emmanuel Anati (1968) onde a existência de ídolos coroados é semelhante a este motivo, colocando a possibilidade de encontrarmo-nos perante guerreiro divinizado cujos atributos mortais, nomeadamente o corpo, são substituídos por presença sobrenatural. Apesar da referida possibilidade de uma face antropomórfica, a incerteza sobre a mesma leva-nos até ao momento, a avançar com uma avaliação tipológica do tipo II-B de Gomes e Monteiro (1977).

Relativamente à sua localização fora de contexto, é importante realçar que o suporte do monumento é construído por matéria-prima bastante abundante na região do achado. Tal facto, juntamente com a conhecida proximidade a assentamento proto-histórico, coloca a possibilidade de que apesar de não estar “*in situ*”, a estela seria oriunda de região próxima, existindo a hipótese remota de conexão com o povoado anteriormente descrito. Os autores do seu primeiro estudo colocam também a zona fértil de Alagoa como possível origem do monumento, realçando a associação destes monumentos a zonas de cultivo e campos de pasto, tese que não foi demonstrada (Vilaça, Osório e Santos, 2011).

Por fim, o acima descrito recinto pétreo da Serra do Homem de Pedra é, segundo os mesmos autores, uma toponímia curiosa, levando a considerar o possível relacionamento entre o recinto e a estela. Uma vez mais importa aprofundar esta questão, embora actualmente não passe de mais uma hipótese a considerar (Vilaça, Osório e Santos, 2011).

.

4. Bibliografia: Vilaça, Osório e Santos (2011, pp. 343-367).



Estampa 1 – Decalque da estela de Aldeia Velha.



Estampa 2 – Fotografia da estela de Aldeia Velha.

Aldeia Velha (seg. Vilaça, Osório e Santos, 2011, p. 363, est. 1 e 2)

Fóios

1. Informação Arqueológica

- 1.1. **Proveniência:** Fóios, Sabugal, Guarda.
- 1.2. **Descoberta:** Identificada nos anos 80 por José Ramos Pacheco.
- 1.3. **Contexto:** Desconhecido.
- 1.4. **Conservação:** Razoável.
- 1.5. **Matéria-Prima:** Xisto.
- 1.6. **Forma:** Laje. Uma face aplanada.
- 1.7. **Dimensões:** 0,93m x 0,66m x 0,07m.
- 1.8. **Localização:** Museu Municipal do Sabugal.
- 1.9. **Proprietário:** José Ramos Pacheco.

2. Informação Iconográfica

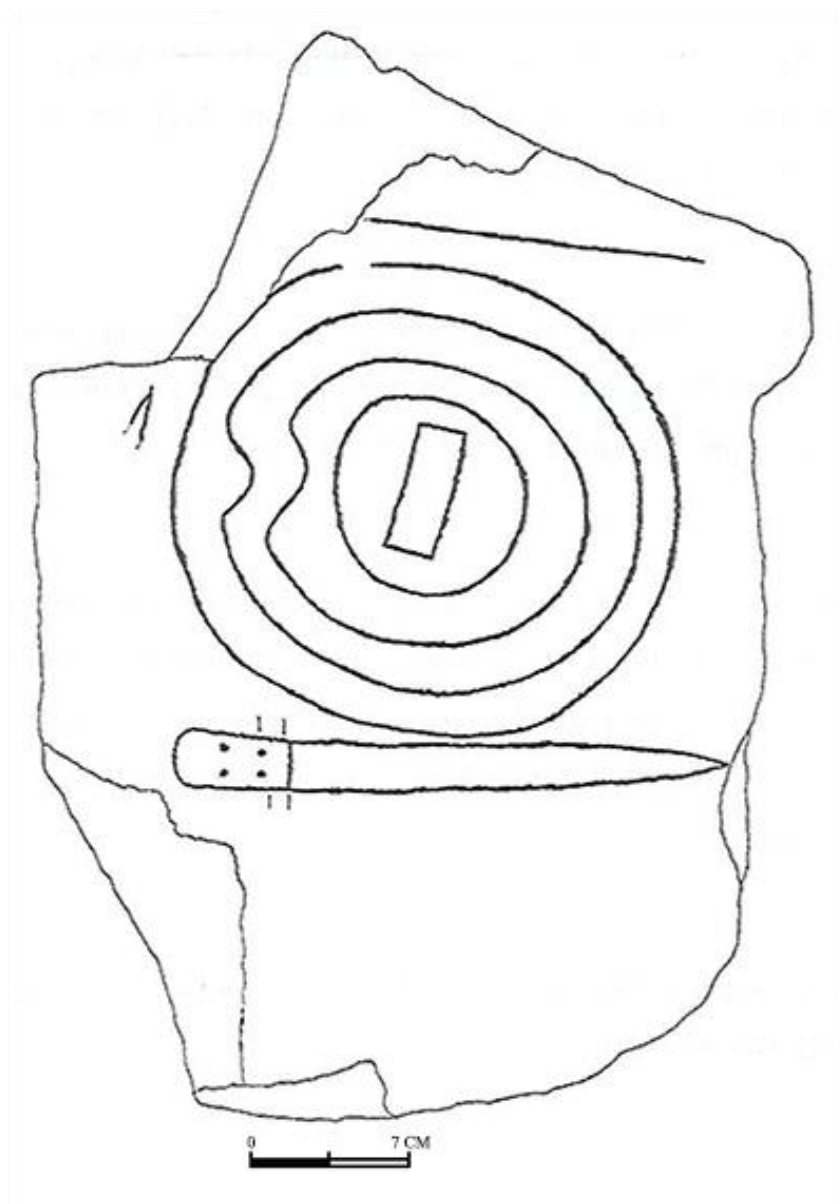
- 2.1 **Campo iconográfico:** Ocupa a área mesial e distal.
- 2.2. **Técnica de gravação:** Picotagem.
- 2.3. **Conservação:** Boa.
- 2.4. **Número de motivos:** 4.
- 2.5. **Número de associações:** 1.
- 2.6. **Tipologia proposta:** Sub-tipo II-A.

2.7. Descrição das Gravuras: Lança orientada à esquerda de tipologia indeterminada, com 30 cm de comprimento, de que resta apenas o cabo; Motivo indeterminado, composto por dois sulcos unidos em ângulo aproximado de 45°; Escudo com 40 cm de diâmetro composto por quatro círculos concêntricos, em que os dois intermédios estão munidos de escotadura em U. Observa-se abraçadeira (?) de forma rectangular; Espada de tipologia indeterminada com 37,5 cm de comprimento, encontrando-se orientada à direita.

2.8. Observações: A estela foi encontrada cerca de cinquenta anos antes da sua identificação nos anos 80 do século XX após ter sido reutilizada numa casa. O autor do estudo que a deu a conhecer coloca a hipótese de ter estado “*in situ*”.

3. Comentário: Esta estela faz parte do grupo de estelas do tipo estremenho que têm vindo a ser encontradas na Beira Alta. O tipo de matéria-prima do suporte é proveniente de afloramentos locais. A tipologia da espada é incomum nos monumentos em estudo, constituindo a única possível representação da mesma em achados no território actualmente português.

4. Bibliografia: Curado (1986, pp.103-109); Gálan (1993b, p.94); Celestino (2001a, p.328); Díaz-Guardamino (2010, Catálogo, número 305)



Fóios (seg. Curado, 1987, p. 104, fig.2)

Meimão

1. Informação Arqueológica

- 1.1. **Proveniência:** Meimão, Penamacor, Castelo Branco.
- 1.2. **Descoberta:** Padre José Miguel Pereira, em 1959.
- 1.3. **Contexto:** Desconhecido.
- 1.4. **Conservação:** Péssimo estado de conservação com várias fracturas e mutilações.
- 1.5. **Matéria-Prima:** Xisto.
- 1.6. **Forma:** Laje. Com uma face aplanada.
- 1.7. **Dimensões:** 0,83m x 0,69m.
- 1.8. **Localização:** Museu Diocesano do Porto.
- 1.9. **Proprietário:** Museu Diocesano do Porto.

2. Informação Iconográfica

- 2.1 **Campo iconográfico:** Ocupa área mesial.
- 2.2. **Técnica de gravação:** Picotagem.
- 2.3. **Conservação:** Mau estado.
- 2.4. **Número de motivos:** 3.
- 2.5. **Número de associações:** 1.
- 2.6. **Tipologia proposta:** Sub-tipo II-A.

2.7. Descrição das Gravuras: Espada de tipologia e orientação indeterminadas; escudo composto por quatro círculos concêntricos; lança de tipologia e orientação indeterminadas.

2.8. Observações: A estela de encontra-se extremamente mutilada e desfigurada, não permitindo verificar tipologias dos artefactos. Não se verificou a existência de dados sobre a espessura do monumento.

3. Comentário: Esta estela de enquadra-se no grupo de estelas que têm surgido em redor do concelho do Sabugal, zona onde predomina o sub-tipo II-B de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977). Existe também quem avance a possibilidade de a lança ser um espelho, hipótese suportada pelo seu posicionamento fora do e comum junto da espada. No entanto, a extrema desfiguração do monumento, e daquela imagem, não permitem uma avaliação concreta.

4. Bibliografia: Almagro (1966, pp. 100-101, est. XXVII); Gomes e Monteiro (1977, p. 312); Gorbea (1977, p. 165); Gálan (1993b, p. 94); Celestino (2001a, p. 326), Díaz-Guardamino (2010, número 321).



Meimão (seg. Almagro, 1966, p. 101, fig. 32)

São Martinho II

1. Informação Arqueológica

- 1.1. **Proveniência:** Monte de São Martinho, Castelo Branco.
- 1.2. **Descoberta:** Tavares de Proença, em 1905.
- 1.3. **Contexto:** Área com povoado proto-histórico.
- 1.4. **Conservação:** Ótima.
- 1.5. **Matéria-Prima:** Granito de grão fino.
- 1.6. **Forma:** Reutiliza menir que foi aplanado.
- 1.7. **Dimensões:** 2,22m x 0,40m x 0,40m.
- 1.8. **Localização:** Museu Tavares de Proença Júnior, Castelo Branco.
- 1.9. **Proprietário:** Museu Tavares de Proença Júnior, Castelo Branco.

2. Informação Iconográfica

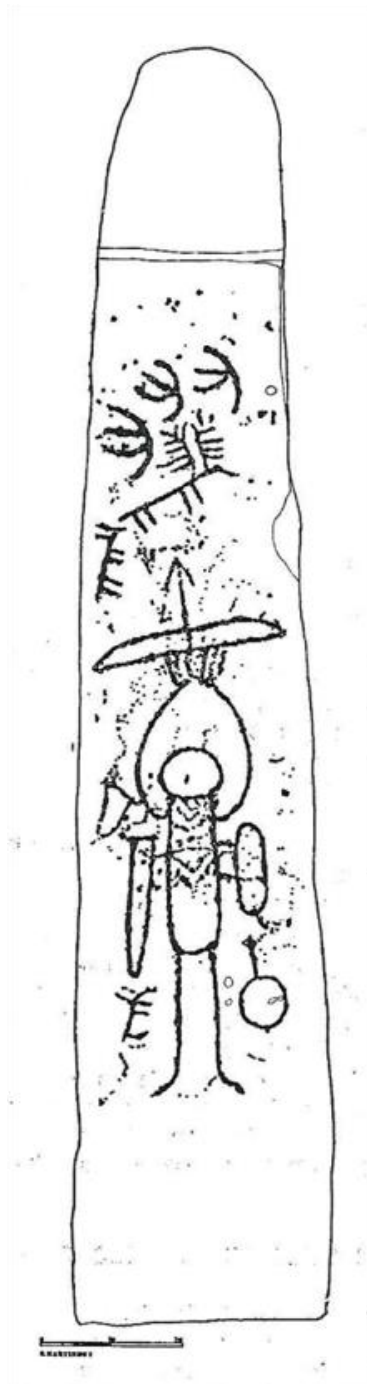
- 2.1 **Campo iconográfico:** Ocupa as áreas mesial e distal.
- 2.2. **Técnica de gravação:** Picotagem.
- 2.3. **Conservação:** Ótima.
- 2.4. **Número de motivos:** 12.
- 2.5. **Número de associações:** 2.
- 2.6. **Tipologia proposta:** Sub-tipo II-D.

2.7. Descrição das Gravuras: Três motivos indeterminados rodeiam cervídeo esquemático; quadrúpede esquemático representando canídeo, perseguindo cervídeo; arco segurado por cima da cabeça de figura antropomórfica; antropomorfo semi-naturalista, com presença de vários dedos individualizados e decoração no torso em forma de triângulos invertidos, remetendo para possível protecção; fíbula de cotovelo; espada de tipologia indeterminada; escudo de tipologia indistinta às costas da figura antropomórfica composto por forma ovalada; quadrúpede esquemático representando canídeo; espelho composto por forma circular e cabo.

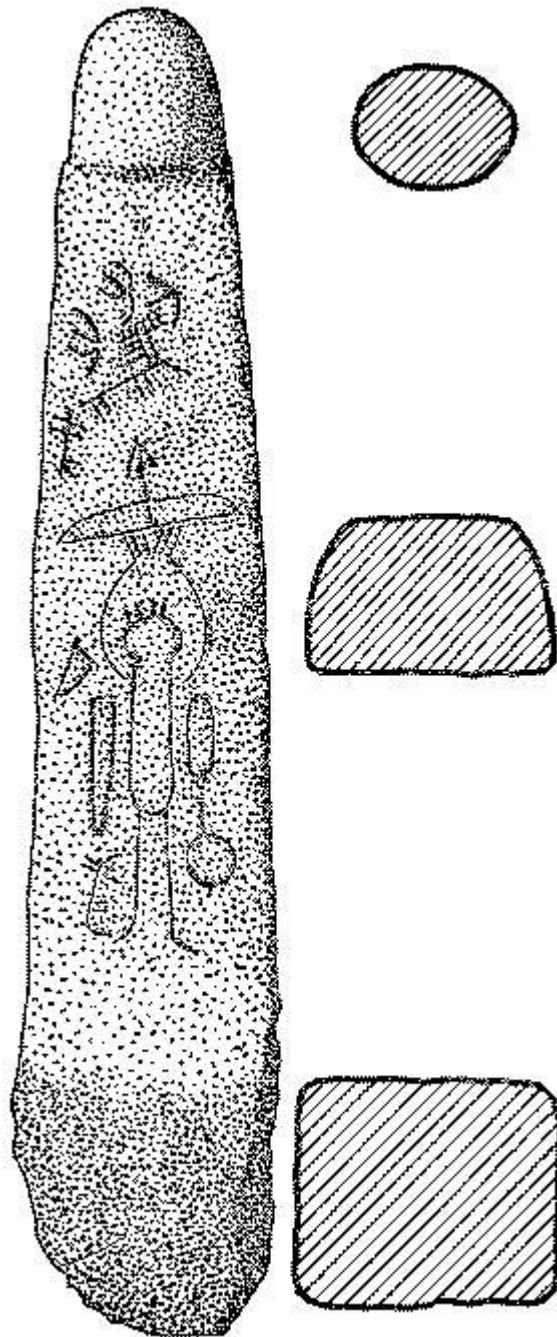
2.8. Observações: A forma do suporte é inédita no mundo relativamente alargado das estelas da Idade do Bronze Final, dado que reutiliza menir claramente fálico.

3. Comentário: As representações existentes na estela de S. Martinho II são bastante incomuns em monumentos congéneres. Embora se conheçam cenas, em estelas da Idade do Bronze Final, raramente as mesmas fogem às representações de guerreiros ou de armamento. Já esta, representando um indivíduo guerreiro, cuja actividade preferencial pós-mortem seria a caça, actividade de prestígio entre as elites de então. A representação de figuras não identificadas em volta do cervídeo confirma a natureza sobrenatural desta cena, que pode por si representar a transição de uma elite guerreira, e combatente, por uma elite de ostentação, que apenas surge no campo de batalha para demonstrar o seu poder e riqueza.

4. Bibliografia: Tavares de Proença, F. (1905, pp. 9-14; 1906, pp. 282-285); Almagro (1966, pp. 36-37 e est. III); Gomes e Monteiro (1977, p. 312); Gálan (1993b, p. 96); Celestino (2001a, p. 359), Díaz-Guardamino (2010, número 338).



São Martinho II (seg. Gomes e Monteiro, 1977, p. 315, fig.7)



São Martinho II (seg. Almagro, 1966, p. 37, fig.5)



São Martinho II (seg. Celestino, 2001, p. 359)

Telhado

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Aldeia de Telhado, Fundão, Castelo Branco.

1.2. Descoberta: Museu Arqueológico do Fundão, em 2012.

1.3. Contexto: Desconhecido.

1.4. Conservação: Bom estado de conservação.

1.5. Matéria-Prima: Granito de grão fino.

1.6. Forma: Laje, com uma face aplanada.

1.7. Dimensões: 2,67m x 0,93m x 0,40m.

1.8. Localização: Museu Arqueológico do Fundão.

1.9. Proprietário: Álvaro Brito e Filomena Brito.

2. Informação Iconográfica

2.1. Campo iconográfico: Ocupa as áreas distal e mesial.

2.2. Técnica de gravação: Picotagem.

2.3. Conservação: Bom estado de conservação.

2.4. Número de motivos: 6

2.5. Número de associações: 1

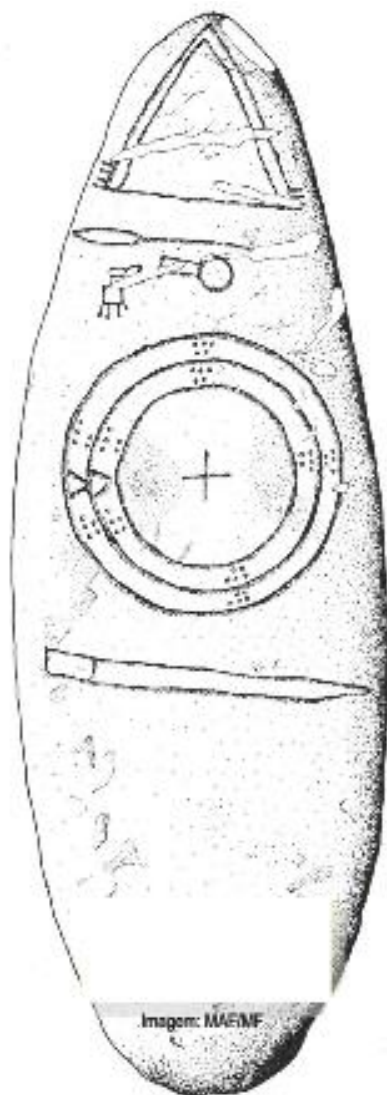
2.6. Tipologia proposta: Sub-tipo II-B.

2.7. Descrição das Gravuras: No topo da estela surge um capacete de forma cónica. Logo abaixo do mesmo, a imagem de lança dirigida para o lado esquerdo do observador e possuindo folha de forma foliácea. Abaixo observa-se espelho composto por uma forma circular e outra rectangular. Junto surge figura indeterminada, apontada pelos autores do estudo que deram a conhecer este monumento como possível fíbula. Na área mesial vê-se escudo composto por três círculos concêntricos, onde os dois exteriores estão munidos de escotadura em V. Ao centro, motivo em forma de cruz grega; Por fim vê-se espada pistiliforme, com a extremidade orientada para o lado direito do observador.

2.8. Observações: Com 2,70m, a estela do Telhado é um dos monumentos com maiores dimensões conhecidos até ao momento. Apesar do seu tamanho, a estela encontra-se bastante bem preservada.

3. Comentário: A informação disponível permite, desde logo, compreender que este monumento, não só pelo tamanho mas também pela composição e conservação, trás nova luz às problemáticas relacionadas com outras da mesma tipologia, encontrados em regiões adjacentes mas cuja maioria se encontra bastante danificada.

4. Bibliografia: *Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, 2012 , pp. 2,3.



Telhado (*Boletim Informativo dos Sócios da Sociedade de Trebaruna*, Ano 1 – Nº1, Agosto de 2012, p. 3)

Zebros

1. Informação Arqueológica

- 1.1. **Proveniência:** Zebreira, Idanha-a-Nova, Castelo Branco.
- 1.2. **Descoberta:** Mário Lobato Chambino, em 2011.
- 1.3. **Contexto:** Desconhecido.
- 1.4. **Conservação:** Mau estado de conservação encontrando-se fracturada nas zonas distal e proximal.
- 1.5. **Matéria-Prima:** Arenito.
- 1.6. **Forma:** Laje, com uma face aplanada.
- 1.7. **Dimensões:** 0,50m x 0,24m x 0,17m.
- 1.8. **Localização:** Desconhecida.
- 1.9. **Proprietário:** Mário Lobato Chambino.

2. Informação Iconográfica

- 2.1. **Campo iconográfico:** Ocupa as áreas distal e mesial.
- 2.2. **Técnica de gravação:** Picotagem indirecta.
- 2.3. **Conservação:** Razoável estado de conservação devido à destruição de elementos.
- 2.4. **Número de motivos:** 4
- 2.5. **Número de associações:** 1
- 2.6. **Tipologia proposta:** Sub-tipo II-B.

2.7. Descrição das Gravuras: Figura indefinida, possível representação de um capacete cónico; lança com 30,5 cm de comprimento, de lâmina foliácea orientada à esquerda; Segue-se escudo composto por três círculos concêntricos com escotadoras de tipo indistinto e empunhadura de formal subrectangular; espada com folha larga e 28cm de comprimento de tipologia indistinta e orientada à direita do observador.

2.8. Observações: Uma vez mais, a presença de uma fractura na zona distal do monumento impede a avaliação concreta de elemento, que os autores que o deram a conhecer, colocam a possibilidade de ser um capacete. Outra fractura, na área mesial afecta o escudo.

3. Comentário: A presença de monumentos de iconografia semelhante à deste tem sido recorrente ao longo dos vários achados feitos em regiões adjacentes. Embora a presença de danos em alguns motivos não permita uma avaliação assertiva.

4. Bibliografia: Henriques; Chambino e Caninas (2012, pp. 25-44)



Zebros (seg. Henriques, Chambino e Caninas, 2012, p. 32, fig.7)

Ervidel II

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Herdade do Pomar, Ervidel, Beja.

1.2. Descoberta: Mário Varela Gomes e Jorge Pinho Monteiro, em 1976.

1.3. Contexto: Necrópole da Idade do Bronze Final.

1.4. Conservação: Completa com fractura nas extremidades inferior e superior. Um pedaço do verso da estela foi removido, mas encontra-se salvaguardado.

1.5. Matéria-Prima: Xisto, de cor cinzenta-esverdeada escura.

1.6. Forma: Bloco, com uma face aplanada.

1.7. Dimensões: 1,75m x 0,59m x 0,23m.

1.8. Localização: MAEDS – Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal.

1.9. Proprietário: M.V.Gomes.

2. Informação Iconográfica

2.1 Campo iconográfico: Ocupa as áreas mesial e distal.

2.2. Técnica de gravação: Picotagem precisa e indirecta.

2.3. Conservação: Bem conservadas sendo que apenas falta parte do cabo da lança, devido a fractura.

2.4. Número de motivos: 16

2.5. Número de associações: 2

2.6. Tipologia proposta: Sub-tipo II-D.

2.7. Descrição das Gravuras: No topo, lança orientada à esquerda do tipo “língua de carpa”; fíbula de cotovelo, com uma covinha imediatamente acima; personagem esquemático fálico, de pé, medindo 35,5 cm de estatura e com gravura mais profunda em comparação às restantes. Possui o braço direito dobrado e levantado à altura da cabeça com os cinco dedos bem abertos, enquanto o esquerdo flexiona na direção da cintura, também com os cinco dedos abertos. Sobre o ombro esquerdo surge o que se pensa ser uma pinça. Espada de tipologia em “língua de carpa” à cintura do antropomorfo de dimensões superiores; Covinha pertencente a um conjunto de quatro cuja função é desconhecida; Sob o punho da espada surge um quadrúpede com semelhanças a um canídeo; Sob a lâmina da espada surge um espelho composto por uma figura circular e um arranque que surge como cabo; Pente composto por vários sulcos diagonais unidos por uma forma semicircular que constitui o cabo; Escudo figurado por três círculos concêntricos sendo que os dois interiores possuem chanfradura em V; Início de uma gravura, possivelmente um erro de trabalho; Dois antropomorfos esquemáticos sendo o segundo fálico rodeados por três covinhas pertencentes ao conjunto.

2.8. Observações: A estela foi encontrada em área de necrópole, com testemunhos da Idade do Bronze Médio e Idade do Bronze Final.

3. Comentário: Esta estela enquadra-se no sub-tipo II-D de M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977), devido ao facto de representar uma cena complexa que faz parte do mundo da morte, altamente ritualizado e complexo. Nesta cena, o guerreiro, após a passagem para o mundo transcendente obtém um estatuto divino, como comprovado pelo posicionamento das mãos que não só recebem a bênção divina como a transmite ao mundo mortal. O antropomorfo encontra-se rodeado pelo seu armamento e animal de guerra ou caça, sendo isto sem dúvida uma tentativa de realçar a importância do guerreiro perante o mundo divino. Na base surgem dois outros antropomorfos, na horizontal, um deles fálico. Será aqui que se considera a possibilidade da representação de um sati, apresentada por M. V. Gomes e J. P. Monteiro (1977, p.314). Deve-se também prestar atenção às covinhas, que poderão representar seres amorfos ou espirituais, o que apenas contribuiria para a afirmação desta cena como ligada ao mundo sobrenatural.

4. Bibliografia: Gomes e Monteiro (1977, pp. 281-343); Gorbea (1977, p. 165); Gomes (1990, pp. 68-70); Gálan (1993b, p. 109); Celestino (2001a, p. 447-448) Díaz-Guardamino (2010, número 215).



Fig. 4 — Decalque da estela de Ervidel II.

Ervidel II (seg. Gomes e Monteiro, 1977, p. 298, fig.4)



Estela II de Ervidel (R V/76 — 14).

Ervidel II (Gomes e Monteiro, 1977, p. 300, estampa VI)

Figueira

1. Informação Arqueológica

1.1. Proveniência: Budens, Aldeia da Figueira, Vila do Bispo.

1.2. Descoberta: José Formosinho.

1.3. Contexto: Necrópole.

1.4. Conservação: Razoável, com estalamentos e fracturas diversos.

1.5. Matéria-Prima: Arenito muito compacto de cor vermelha escura.

1.6. Forma: Laje, com todas as faces aplanadas.

1.7. Dimensões: 1,64m x 0,74m x 0,15m.

1.8. Localização: Museu Municipal Dr. José Formosinho.

1.9. Proprietário: Museu Municipal Dr. José Formosinho.

2. Informação Iconográfica

2.1 Campo iconográfico: Ocupa as áreas mesial e distal.

2.2. Técnica de gravação: Picotagem e abrasão.

2.3. Conservação: Péssimo estado de conservação, dado que as gravuras se encontram muito erodidas e afectadas por estalamentos.

2.4. Número de motivos: 3.

2.5. Número de associações: 1.

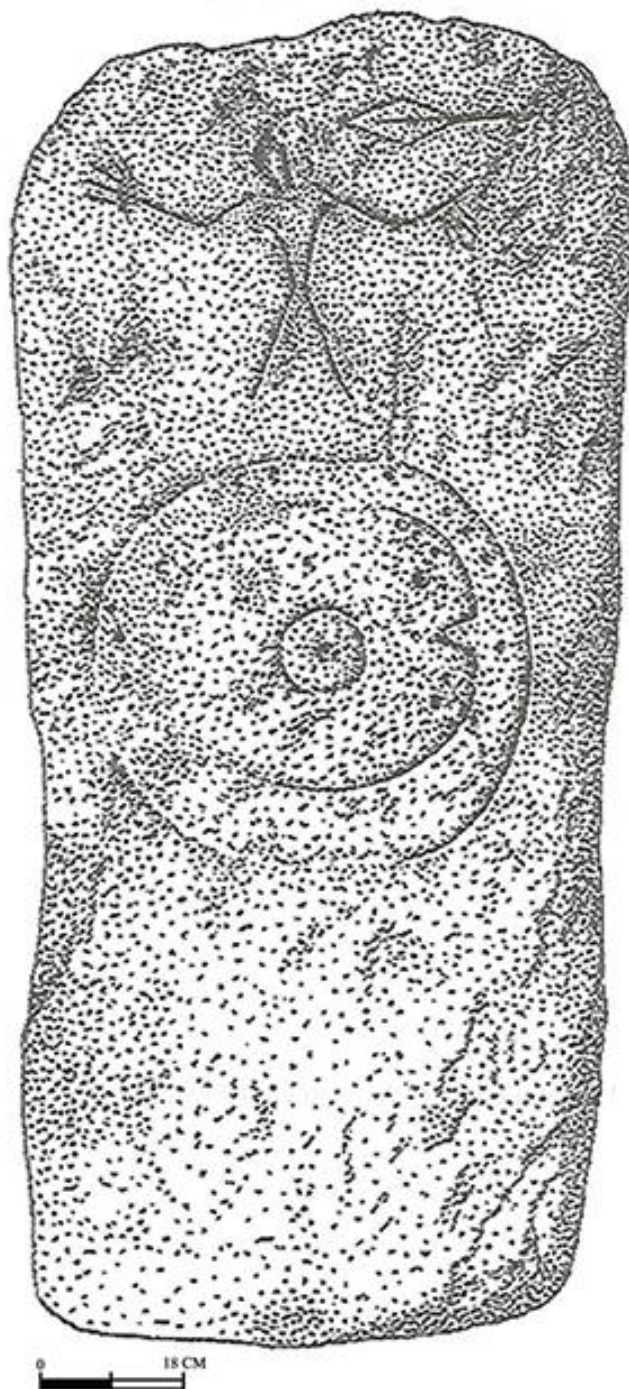
2.6. Tipologia proposta: Sub-tipo II-C.

2.7. Descrição das Gravuras: Lança orientada à esquerda, de forma trapezoidal, figura antropomórfica, algo esquemática, com a representação de traços faciais (olhos e nariz) e ambos os braços erguidos à altura dos ombros. Escudo composto por dois círculos concêntricos, o mais interior possuindo chanfradura em V, possuindo ainda umbo.

2.8. Observações: Publicação inicial de Mac White (1947) denotou o monumento como tendo sido encontrado a cobrir os restos de uma cista. No entanto, publicação posterior de A. Viana, J. Formosinho e O. Ferreira (1953, p.134), vem revelar os dados concretos do achado do monumento que foi encontrado junto de lajes dispersas, mas sem relação directa com as mesmas.

3. Comentário: A estela de Figueira é um exemplar bastante incomum, no que se refere à representação de antropomorfos com corpo e traços faciais. São raras as estelas em que se verifica atenção dada a este detalhe e cremos que o motivo para tal se prende com a importância da posição do guerreiro. Uma vez mais, e à semelhança de Ervidel II, os braços flectidos, relaciona-se com o indivíduo, que após a sua morte assume uma posição de heroicização e glorificação, integrada no mundo dos “*smithing gods*”, do Mediterrâneo Oriental (Gomes, 1990, p.68).

4. Bibliografia: Mac White (1947, pp. 159-160); Ramón y Fernández Oxea, J. (1950, pp. 295-296); Viana, Formosinho e Ferreira (1953, pp. 133-134); Almagro (1966, pp. 72-74 e est. XVII); Gomes e Monteiro (1977, p. 312); Gorbea (1977, p. 165); M. V. Gomes (1990, pp. 68-69); Gálan (1993b, p. 110); Celestino (2001a, pp. 443-444); Díaz-Guardamino (2010, número 304)



Figueira (seg. Almagro, 1966, p.73, fig.22)



Figueira (seg. M. V. Gomes, 1990, p. 69, fig.7)